



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS - UFNT
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E
DINÂMICAS REGIONAIS - PPGDIRE

JULIETE SANTOS

Araguaína/TO

2022

JULIETE SANTOS

**A CIDADE INVISÍVEL DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: TESSITURAS
SOBRE A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA EM ARAGUAÍNA/TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDIRE da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), como requisito à obtenção do grau de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Subárea de Concentração: Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Linha de Pesquisa: Vulnerabilidade e Dinâmicas Regionais. Orientadora: Profa. Dra. Thelma Pontes Borges. Araguaína, TO 2022

Araguaína/TO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S237c Santos, Juliete Santos.
A Cidade Invisível da Violência Intrafamiliar: Tessituras Sobre a Infância e Adolescência em Araguaína/TO. / Juliete Santos Santos. – Araguaína, TO, 2024.
150 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, 2024.
Orientadora : Profa. Dra. Thelma Pontes Borges Borges
1. Planejamento Urbano. 2. Araguaína Tocantins. Invisibilidade. 3. Vulnerabilidade. Desigualdade social. 4. Segregação sócio-espacial. I. Título

CDD 711.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JULIETE SANTOS

**A CIDADE INVISÍVEL DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: TESSITURAS
SOBRE A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA EM ARAGUAÍNA/TO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - Campus Universitário de Araguaína, Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDIRE da. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional/Demografia, tendo como subárea Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 15/03/2024

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Thelma Pontes Borges (Orientadora PPGDIRE/UFNT)

Prof. Dr. Mauro Torres Siqueira (Membro interno PPGDIRE/UFNT)

Profa. Dra. Luciana Butzke (Membro externo/Universidade Regional de Blumenau)

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação ao Eterno, criador e mantenedor de todas as coisas visíveis e invisíveis, biológicas e espirituais. Ele tem me sustentado com a força da sua destra todos os momentos de minha existência nessa esfera humana. Ele fortalece e conduz os meus passos, nos momentos mais sombrios da minha história Ele esteve presente, mesmo quando os amigos mais chegados não puderam me ajudar, Ele me estendeu a mão. Dedico à minha amada esposa Raquel Lopes Gonçalves Santos, minhas duas filhas Juliany Lopes Santos e Rayane Lopes Santos, e, ao meu filho, Arthur Lopes Santos, ao genro Mateus da Silva Oliveira o qual tenho como um segundo filho, minha neta Maria Júlia Lopes Oliveira e minha mãe (*in memoriam*) Maria dos Espirito Santos Souza Avelino, por ser o meu referencial de garra, fé e determinação. Os ensinamentos e experiências que compartilhamos, destituídos de valor monetário, mas repletos de sentimentos que perdurarão por toda eternidade.

AGRADECIMENTOS

Chegar aqui significa que vale a pena lutar pela realização dos nossos sonhos, ainda que pareçam surreais e utópicos. É extremamente necessário reconhecer que não cheguei até aqui sozinho, muitas pessoas contribuíram para que eu aqui estivesse. Minha família, por caminhar comigo mesmo nos momentos de solidão, impostos pela necessidade de se dedicar aos estudos, suportando a minha ausência em muitos momentos que comumente passávamos juntos. Pelo cuidado e carinho de minha esposa, jamais esquecerei a célebre frase, que constantemente pronunciava: “Tenho medo de tu ficar doido com tanto estudo”, demonstrando um misto de preocupação e cuidado. Muito obrigado a toda minha família.

Serei eternamente grato a três pessoas que foram fundamentais para minha inserção ao mestrado. Maria Marciene Costa da Silva, por me incentivar a entrar no processo seletivo quando eu não acreditava na possibilidade da aprovação, por conta de reprovações anteriores. Ela se colocou ao meu lado, com palavras que foram capazes de resgatar os meus sonhos, estimulando a prosseguir. A cada etapa do processo uma emoção indizível permeava os nossos corações, até chegar ao resultado final do processo.

Alexsandro de Arruda dos Santos Morais, quando eu ainda era aluno especial você esteve junto comigo, ouvindo minhas angústias procurando me ajudar como se fossemos amigos há muito tempo, quando na verdade o nosso contato era apenas pelo *google meet*, por conta da pandemia.

Vangela Azevedo dos Santos, tive o privilégio de conhecê-la ainda como aluno especial (quase me tornei patrimônio da UFNT, pela quantidade de disciplinas que cursei), ela me escolheu para escrever o trabalho de conclusão da disciplina, foram muito ricos os momentos que compartilhamos saberes, aprendi muito com ela, sua alegria e disposição motiva as pessoas que estão próximas a você.

A Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), mais especificamente o Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire). Toda essa conjuntura institucional, existe e trabalha para oportunizar às pessoas menos favorecidas a possibilidade de ascensão pessoal, cultural e profissional. Ainda no âmbito institucional, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES), pois o presente trabalho foi realizado com apoio financeiro através de bolsa, código de financiamento 001, auxílio sem o qual seria praticamente impossível chegar a

esse momento. À Igreja Evangélica Assembleia de Deus na pessoa do seu presidente Pr. Paulo Martins Neto, pelo apoio financeiro e pessoal.

A minha orientadora Profa. Dra. Thelma Pontes Borges, por me conduzir em todo esse processo. Ela me tomou pela mão, suportou meus devaneios na escrita mostrando o caminho, a cada reunião de orientação um universo de possibilidade se descortinava diante de mim, mesmo quando nada parecia fazer sentido. Ela consegue reunir características aparentemente antagônicas, doçura no modo de falar e firmeza para agir. A paixão com a qual ela realiza o seu trabalho inspira e produz segurança àqueles que dela dependem, sei que não sou o seu melhor orientando, mas o que me consola é saber que dei o meu melhor, muito obrigado por tudo.

Aos professores, Prof. Dr. João de Deus Leite pelo esmero na realização do seu trabalho, tanto na coordenação do programa quanto na docência, será eternizada a célebre oração “Meus filhos não façam serviço sebooso” (Leite, 2023). Profa. Dra. Thelma Pontes Borges pelo seu brilhante trabalho na coordenação do programa, ao lado do professor João e na ministração das disciplinas, você é incrível. Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho sua humildade e sabedoria nos constrange, sempre esperando o momento certo para falar. Prof. Dr. Luciano Guedes pela serenidade e profundidade em assuntos geográficos. Prof.^a. Dra. Sabrina Guimarães Paiva a “fada” do SPSS, apesar de assoberbada de atividades sempre com um sorriso no rosto, disposta a cooperar. Fez parecer que trabalhar com dados estatísticos seria uma coisa simples, você foi extraordinária. Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes; Prof. Dr. Adimilson Renato da Silva; Prof. Dr. Wallace Rodrigues; Profa. Dra. Tatiane Marinho Tavares; Prof. Dr. Mauro Torres Siqueira; Profa. Dra. Lilyan Rosmery Luizaga; Prof. Dr. César Alessandro Sargrillo Figueredo. O sincronismo e respeito que impera entre os docentes, mostra claramente o perfil de profissionais de excelência que são.

Aos professores (as) que participaram das bancas de qualificação do projeto e da dissertação, Prof. Dr. João de Deus Leite; Prof. Dr. Mauro Torres Siqueira (Membros internos) e Profa. Dra. Luciana Butzke (Membro externo). Muito obrigado por se empenharem em ler e fazer os devidos apontamentos para o aperfeiçoamento da pesquisa. Suas contribuições foram preciosas para a construção de um trabalho de qualidade.

Aos meus colegas, os quais me escolheram como líder da turma não pela minha capacidade, mas pelo amor e carinho que Deus colocou em seus corações. Procurei cooperar da melhor forma possível, embora saiba que não fiz tudo que deveria fazer, aprendi muito com todos vocês, especialmente com os que convivi mais de perto Valéria

Pereira Macedo; Karimy Emmily Oliveira Fonseca; Cristiane de Oliveira do Carmo; Maria do Socorro Silva; Mácia da Luz Barros; Hélio Alves Lima e Antônio dos Santos Sousa. Vocês entraram na minha história, sempre serão lembrados com muito carinho.

Finalizo agradecendo as conselheiras tutelares que se empenharam em cooperar para que eu tivesse acesso aos dados, Adriana Moraes da Silva Gomes polo I e Renata Barbosa Rego polo II. Agradeço ainda, às duas mulheres que compartilharam comigo parte de suas histórias para compor o banco de dados qualitativos, as quais denominei de Gemma e Opala, pois na verdade são duas jóias raras. Muito obrigado a todos vocês que Deus os recompense devidamente, visto que minhas palavras são pobres para expressar o que fizeram.

RESUMO

A violência intrafamiliar possui múltiplas formas e níveis de incidências, no entanto, neste trabalho abordamos o fenômeno considerando as agressões físicas, psicológicas e sexuais, perpetrada exclusivamente contra crianças e adolescentes, que ocorrem dentro e fora do ambiente familiar. Partindo da interrogação sobre a possibilidade da existência de duas cidades, imbricadas uma à outra, a ponto de uma delas se tornar invisível. A hipótese da invisibilidade de parte da cidade foi admitida por conta do *gap* existente a respeito do tema voltado à cidade de Araguaína/TO. A pesquisa possibilitou espacializar a ocorrência de violência intrafamiliar nos bairros da cidade, verificar a tipologia das agressões com maior incidência, infringida contra crianças e adolescentes e examinar a amplitude da invisibilidade das violações perpetrada contra os infantes em Araguaína. Para a realização da pesquisa foram adotadas as técnicas quali-quantitativas, para tanto obteve-se acesso ao banco de dados dos dois polos do Conselho Tutelar, para compor o viés quantitativo ao passo que, no âmbito qualitativo foi realizado o estudo de dois casos específicos. Após o percurso realizado foi possível constatar a existência de um contingente invisibilizado e marginalizado, vivendo nas bordas da cidade tendo como principal antagonista o poder público. Logo, o trabalho realizado pode contribuir de modo significativo para elaboração e consecução de políticas públicas mais eficientes e eficazes.

Palavras-chave: Araguaína Tocantins. Invisibilidade. Vulnerabilidade. Desigualdade social. Segregação sócio-espacial.

ABSTRACT

Intrafamily violence has multiple forms and levels of incidence, however, in this paper we address the phenomenon considering physical, psychological and sexual aggressions, perpetrated exclusively against children and adolescents, which occur inside and outside the family environment. Starting from the question about the possibility of the existence of two cities, intertwined with each other, to the point that one of them becomes invisible. The hypothesis of the invisibility of part of the city was admitted due to the existing gap regarding the theme related to the city of Araguaína/TO. The research made it possible to spatialize the occurrence of intrafamily violence in the city's neighborhoods, to verify the typology of aggressions with the highest incidence, inflicted against children and adolescents and to examine the extent of the invisibility of violations perpetrated against children in Araguaína. To carry out the research, the qualitative-quantitative techniques were adopted, for which access was obtained to the database of the two poles of the Tutelary Council, to compose the quantitative bias, while in the qualitative scope the study of two specific cases was carried out. After the tour, it was possible to verify the existence of an invisible and marginalized contingent, living on the edges of the city, with the public power as the main antagonist. Therefore, the work carried out can contribute significantly to the development and achievement of more efficient and effective public policies.

Keywords: Araguaína Tocantins. Invisibility. Vulnerability. Social inequality. Socio-spatial segregation.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Violência contra crianças e adolescentes em 2020.....	43
Figura 2 - Violência sexual contra crianças e adolescentes em 2020.....	44
Figura 3 - Bairro Costa Esmeralda em Araguaína/TO	114
Figura 4 - Nuvem de palavras mais citadas pelas entrevistadas.....	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Índices de trabalho infantil no Brasil por regiões considerando gênero	34
Tabela 2 - Rendimento nominal mensal domiciliar per capita (RDPC) da população residente e Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) Brasil e Regiões 2022	35
Tabela 3 - Taxa de reprovação no Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio 2019.....	35
Tabela 4 - Índices de trabalho infantil no Brasil considerando cor/raça	37
Tabela 5 - Violações com maior incidência em Araguaína/TO	116
Tabela 6 - Violações contra crianças e adolescentes em Araguaína/TO.....	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Vítimas de Mortes Violentas Intencionais por tipo de ocorrência e raça/cor	42
Gráfico 2 - Número de Municípios com 100 mil habitantes ou mais com taxa de Mortes Violentas acima da média nacional, por Unidade da Federação - 2020.....	46
Gráfico 3 - Percentual de ocorrência de violência entre meninos e meninas	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de Política Pública.....	54
Quadro 2 - Tratamento e análise dos dados.....	104
Quadro 3 - Categorias de análise.....	126

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização dos Conselhos Tutelares Polos I e II em Araguaína/TO.....	101
Mapa 2 - Localização dos bairros e setores de Araguaína/TO	108
Mapa 3 - Espacialização da violência contra crianças e adolescentes por gênero	110
Mapa 4 - Localização dos bairros Costa Esmeralda e Lago Azul em Araguaína/TO..	111
Mapa 5 - Espacialização da violência contra crianças e adolescentes em Araguaína/TO	115
Mapa 6 - Espacialização da violência em Araguaína/TO.....	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CIBIA** – Centro Brasileiro para Infância e Adolescentes
- CT** – Conselho Tutelar
- CF**- Constituição Federal
- CONANDA** – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente
- ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente
- FBSP** - Fórum Brasileiro de Segurança Pública
- FEBEM** – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
- FNPETI** - Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
- FUNABEM** – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
- MVI** – Mortes Violentas Intencionais
- NUCAE** - Núcleo de Coleta e Análise Estatística
- OMS** - Organização Mundial de Saúde
- ONG** - Organização Não Governamental
- ONU**- Organização das Nações Unidas
- PeNSE** - Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares
- PNAISC** - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança
- PNBEM** – Política Nacional do Bem Estar do Menor
- SINAN** - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
- SIPIA-CT**- Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Conselho Tutelar
- UNICEF** -Fundação das Nações Unidas para a Infância
- UNODC** – *United Nations Office on Drugs and Crime*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. SILÊNCIOS QUEBRADOS: DESVENDANDO A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	25
1. 1 A Violência Contra Crianças e Adolescentes no Brasil, na Amazônia Legal, Norte e no Tocantins.....	33
1. 2 Políticas Públicas e o Papel dos Conselhos Tutelares no Enfrentamento da Violência Intrafamiliar	51
2. PROCESSO HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO E DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL: ELEMENTOS TEÓRICOS	59
2.1 Apropriação territorial e organização sócio-espacial no Brasil.....	66
2.2 A (Des)organização capitalista do espaço urbano: reflexões sobre o direito à cidade e a segregação sócio-espacial	80
3. A CIDADE (IN)VISÍVEL DE ARAGUAÍNA NA AMAZÔNIA LEGAL	91
3.1 Araguaína e a Pujança do Crescimento Econômico Versus a Vulnerabilidade de Crianças e Adolescentes	94
3. 2 Olhares sobre a violência e o espaço urbano das vítimas de violência intrafamiliar	98
4. METOLOGIA.....	102
4.1 Coleta de dados.....	103
5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	107
5. 1 Segregação sócio-espacial e violência intrafamiliar: estudo de caso no Setor Costa Esmeralda em Araguaína/TO	125
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
7. REFERÊNCIAS	136
8. ANEXO.....	148

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, tem como premissa, problematizar a organização do tecido social da cidade de Araguaína/TO, partindo da interrogação sobre a possibilidade da existência de duas cidades, imbricadas uma à outra, a ponto de uma delas se tornar invisível. A cidade invisível, composta por grupos sociais vivendo à margem dos acontecimentos, experiências e difundidos na cidade visível.

A cidade visível é constantemente posta em evidência. Pacífico Filho *et al* (2020), demonstra em seu trabalho o protagonismo de Araguaína, fato corroborado por Trindade Júnior (2009). Através dos veículos de comunicação é conhecida por exercer protuberância regional, estabelecendo relações comerciais intermunicipais e globais e, sobretudo, realçando seu forte potencial econômico e produtivo, tornou-se conhecida nacional e internacionalmente. No entanto, a nossa lupa científica, foi posta sobre a tessitura social a fim de averiguar a presença de sujeitos e comunidades destituídos da condição de sujeito de direito social, político e jurídico em quantidade suficiente para compor “outra cidade”, coexistindo de modo invisível paralelo à cidade visível (TRINDADE JÚNIOR, 2009).

Dispõe-se a mensurar a condição de invisibilidade desse contingente, a partir do enfoque à violência intrafamiliar. A violência intrafamiliar se enquadra na categoria de violência interpessoal no seio familiar. Pode ser definida como toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física e a psicológica, ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Esse tipo de violência é cometido, dentro ou fora de casa, por algum membro da família, inclusive pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e que apresentam relação de poder sobre a outra pessoa (BRASIL, 2001).

A violência intrafamiliar possui múltiplas formas e níveis de incidências, no entanto, neste trabalho abordamos o fenômeno considerando as agressões físicas, psicológicas e sexuais, acometidas exclusivamente contra crianças e adolescentes, que ocorrem dentro e fora do ambiente familiar. Será analisada a participação do poder público, como principal agente na formulação e execução de políticas públicas capazes de minimizar a ocorrência do fenômeno da violência.

Dentro da tipologia da violência, definimos como abuso sexual intrafamiliar o contato sexual entre adultos e a/o criança/adolescente, para satisfação do desejo sexual do adulto. O abuso sexual pode se apresentar como intrafamiliar e extrafamiliar. O abuso

sexual é a utilização do corpo de uma criança ou adolescente por um adulto ou por outro adolescente, para a prática de qualquer ato de natureza sexual. Como, por exemplo, atos “físico-genitais” de estimulação/manipulação das zonas erógenas (no senso comum, “carícias sexuais”), relação sexual completa ou não, contato oral-genital, uso sexual do ânus, inserção de criança/adolescente em jogos sexuais, exposição a conteúdo pornográfico; assédio verbal, que se refere a discussões abertas sobre atos sexuais, tentando estimular o interesse da criança, mensagens de texto ou telefonemas de conteúdo erótico, exposição intencional, e não natural, de criança/adolescente ao corpo nu de um adulto ou de partes dele, coagindo a vítima física, emocional ou psicologicamente.

Geralmente é praticado por pessoa em quem a criança ou adolescente confia, caracterizando pela relação de poder entre o abusador e a vítima, “como alguém da família, professor, policial ou amigo da família. Compreende atos libidinosos, até o estupro”. (BRASÍLIA, 2009, p.66). Vale sublinhar que a “espionagem da nudez total ou parcial de uma criança por um adulto, geralmente a partir de um posto secreto de observação” (AZEVEDO; GUERRA, 2015; FALEIROS, 2003), representa uma violação da integridade física da criança/adolescente.

A violência psicológica contra crianças/adolescentes, pode ser definida como conjunto de palavras e ações capazes de envergonhar, censurar, pressionar, rejeitar, depreciar, discriminar, desrespeitar, cobranças exageradas, punições humilhantes e utilização da pessoa para atender às necessidades psíquicas de outrem. É toda ação que coloque em risco ou cause danos à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. “Esse tipo de violência também pode ser chamado de violência moral”. (BRASIL, 2008a, p. 13). A violência psicológica pode ocasionar consequências graves para crianças e adolescentes. Segundo o Ministério da Saúde (2009), os problemas de saúde mental e social relacionados com a violência psicológica em crianças e adolescentes podem gerar consequências como ansiedade, transtornos depressivos, baixa autoestima, alucinações, baixo desempenho na escola e nas tarefas de casa, alterações de memória, comportamento agressivo e até tentativas de suicídio. Embora não haja um contato físico direto, as consequências são colossais, na vida de crianças e adolescentes, que são submetidas a esse tipo de agressão.

A violência física é entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico. Está relacionada com a utilização de força física contra a pessoa, criança ou adolescente, por

cuidadores, pessoas do convívio familiar ou terceiros. Para caracterizar violência física, é necessário que a ação seja de forma intencional, com o objetivo de causar dor, sofrimento, lesão ou destruição da vítima. (BRASIL, 2017).

A agressão física ocorre principalmente pela posição de poder e autoridade que o adulto exerce sobre a criança e/ou adolescente, sendo um método de exigir obediência, disciplina e impor a submissão do mais vulnerável. É uma forma de violência visível, que se escreve na pele, no corpo, pelos hematomas, queimaduras, ferimentos, etc. Assim, é mais fácil identificar e comprovar a violência física em comparação aos outros tipos de violência. No entanto, a violência física acontece simultaneamente com outros tipos de violência, também ocasionando traumas psicológicos para a criança e/ou adolescente.

Esse fenômeno encontra-se presente em todo território nacional e em todas as camadas sociais, no entanto, infere-se que o *locus* com maior incidência, sejam os lares que sofrem algum ou múltiplos tipos de vulnerabilidade social (COELHO; SILVA; LINDNER, 2014). A invisibilidade da violência intrafamiliar ocorre em grande medida, por se tratar de um espaço privado, cujas vítimas compõem um lastro social o qual é caracterizado como improdutivo, do ponto de vista da produção do capital. As principais vítimas desse tipo de violência são mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, essa população se torna opaca às lentes e holofotes, bem como do discurso apresentado pela mídia, em relação a cidade visível.

Isso posto, evidencia claramente a dimensão da invisibilidade do fenômeno da violência intrafamiliar. Em dados mais recentes divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foi revelado que desde o início da pandemia da covid-19 em março de 2020, e os dados disponíveis até dezembro de 2021, ao menos 100.398 meninas e mulheres registraram casos de estupro e estupro de vulnerável em delegacias de polícia de todo o país. Vale frisar que embora os índices de casos de estupro e estupro de vulnerável sejam assustadores, há um grande percentual que não são denunciados. De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH, 2022), é estimado que menos de 10% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes sejam denunciados às autoridades, os dados evidenciam a nebulosidade que envolvem esse tipo de crime.

De acordo com informações do Ministério da Saúde, entre 2011 e 2017, 70% das 527 mil pessoas estupradas no Brasil anualmente, em média, eram crianças e adolescentes. Além disso, 51% das que foram abusadas têm entre 1 e 5 anos. No Estado do Tocantins, segundo o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no

ano de 2019 foram notificados 1.492 casos de violência contra crianças e adolescentes, sendo 466 correspondentes à violência sexual. No ano de 2020, até o mês de agosto, dos 759 casos de violências notificados, 269 são referentes a violência sexual, destaca-se, ainda que 73% dos casos acontecem no local de moradia. Embora os números de registros sejam tão altos, considerando a subnotificação a qual já foi mencionada anteriormente o percentual pode representar apenas a ponta do *iceberg*, dada a invisibilidade na qual se encontram as vítimas.

Com o intuito de prevenir e coibir ações violentas no contexto familiar, foram criados vários dispositivos legais. Dentre os quais pode ser destacado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. A segurança aparece como premissa no estatuto, sendo mencionada já no primeiro artigo, o qual traz a seguinte redação: “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (BRASIL, 1990, p. 15). Diante disso, as crianças e adolescentes puderam contar com um dispositivo legal, para subsidiar as relações intrafamiliares, no entanto, tais dispositivos não apresentam uma vertente preventiva, isso faz com que as intervenções ocorram apenas após o crime ser cometido, assim, a efetivação de garantias se encontram fragilizadas.

Diante dos dados apresentados, cumpre destacar a relevância da pesquisa diante da possibilidade de colocar luz sobre um tema invisibilizado por décadas. Além disso, contribuirá significativamente com o campo científico, sobretudo, na área das ciências sociais, planejamento urbano e regional. Os benefícios podem se estender a grupos sociais em situação de vulnerabilidade e invisibilidade.

Por conseguinte, o objetivo geral da pesquisa é investigar a organização do tecido social no âmbito das relações intrafamiliares, com enfoque em crianças e adolescentes, com vistas a evidenciar elementos de uma cidade invisibilizada no município de Araguaína/TO. Concebemos os objetivos específicos: espacializar às populações vítimas de violência intrafamiliar em Araguaína/TO; verificar a tipologia das agressões infringida contra crianças e adolescentes no Município de Araguaína e examinar a amplitude da invisibilidade das violações perpetrada contra crianças e adolescentes em Araguaína. Nos filiamos à hipótese da invisibilidade da violência intrafamiliar, em uma dimensão capaz de compor uma cidade invisível que se mantém nas bordas/periferias da cidade, coexistindo paralelo com a cidade que é mostrada para o mundo, com destaque pelo seu grande potencial econômico. Esse paradoxo entre a cidade que se vê é a que se não vê,

pode esconder cicatrizes, traumas e sofrimento, para muitas crianças e adolescentes que vivem à margem da sociedade.

A invisibilidade da violência intrafamiliar deve ser uma preocupação adicional, com o público infanto-juvenil. Muitas vítimas sofrem caladas, escondendo o abuso por medo ou vergonha. A natureza privada dos lares torna difícil para pessoas de fora identificarem os sinais de abuso, e a tendência de muitas sociedades de minimizar os problemas familiares pode contribuir para o silenciamento das vítimas. Além disso, as vítimas podem ser coagidas a manter o abuso em segredo, perpetuando assim a invisibilidade dessa forma de violência.

A falta de conscientização e educação sobre a violência intrafamiliar também contribui para sua invisibilidade. Muitas vezes, as pessoas não estão cientes dos sinais de abuso ou não sabem como apoiar as vítimas de maneira adequada. A ausência de recursos adequados para ajudar as vítimas a saírem dessa situação também pode agravar a invisibilidade, deixando-as sem opções viáveis de fuga.

A pesquisa será caucionada teoricamente a partir de Guattari (1992), Rolnik (1993) e Calvino (2005) trataremos da cidade invisível apropriando-se dos conceitos de Produção de Subjetividade, Capitalismo Mundial Integrado, Liberdade da Híbridação e Flexibilidade em face do Poder Soberano. Com Harvey (1980, 2005, 2014, 2015) e Lefèbvre (1968, 2000, 2008, 2019) trataremos da segregação sócio-espacial, a partir dos conceitos da Produção Capitalista do Espaço, o Direito à Cidade, Espaço Percebido, Espaço Concebido e Espaço Vivido nos deteremos nesse assunto de modo mais detalhado posteriormente no referencial teórico.

Tomaremos como recorte espacial a tessitura social da cidade de Araguaína/TO, como recorte temporal circunscrevem-nos ao ano de 2020, numa pesquisa de cunho quanti-qualitativa. A apropriação dessa técnica, se deve ao fato de que, foram acessados os bancos de dados do Conselho Tutelar (CT), polos I e II, para compor o viés quantitativo e, fez-se, ainda, um estudo de casos com a participação de duas mulheres, cuja trajetória de vida foi atravessada pela ocorrência de episódios de violência no seio familiar. Assim, foi possível adotar uma abordagem qualitativa a opção por esse recorte será explicitada no capítulo da metodologia.

No tocante ao âmbito pessoal, a proposta se justifica em razão de, há quase 4 anos o autor vem pesquisando grupos sociais em situação de vulnerabilidade, durante esse período foram realizadas pesquisas de campo quanto aos parâmetros da educação no sistema prisional. Posterior a isso, foram realizados dois trabalhos, de pesquisa de campo

a nível de especialização, ambos voltados a grupos invisibilizados e vulneráveis. Essa trajetória harmonizou-se com os trabalhos de pesquisa desenvolvidos pela orientadora, visto que a longo tempo tem se debruçado sobre os estudos relacionados a vulnerabilidades ligadas à crianças e adolescentes. Os seus mais recentes trabalhos foram. Planejamento Urbano para a Primeira Infância E Vulnerabilidade Parental em Araguaína/TO, Amazônia Legal e Políticas Públicas e à Vulnerabilidade Social De Crianças e Adolescentes Acolhidos em Araguaína/TO. 2020. Os respectivos trabalhos são consonantes à linha de pesquisa Vulnerabilidade e Dinâmicas Regionais, elaborados no âmbito do Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais PPGDire.

Neste novo momento, tenciona-se ampliar a busca por resposta plausível ao objeto de estudo. Sendo que, os resultados alcançados podem contribuir de forma significativa, para formulação de políticas públicas, a fim de fomentar a estruturação de uma sociedade mais pacífica, tolerante e solidária. As incursões a serem empreendidas, não têm como premissa esgotar a temática, mas contribuir para formação de referencial teórico nesse momento e posteriormente, estimular novos estudos, contribuindo de forma efetiva para expansão da ciência.

Dessa forma a dissertação está dividida em 5 capítulos, sendo que no primeiro tratamos da quebra do silêncio que envolve a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. No sentido de quebrar o silêncio, partiremos da reflexão sobre os conceitos e definições que envolvem os fenômenos violentos, dentro e fora do seio familiar. Por meio de dados explicitamos um panorama da invisibilidade da violência contra crianças e adolescentes, no âmbito nacional e Estadual, com vistas a evidenciar a invisibilidade e o silenciamento do sofrimento infanto-juvenil.

No segundo capítulo discutimos o processo histórico da organização e desigualdade sócio-espacial. Para tanto, fizera-se um resgate histórico sobre o processo da organização sócio-espacial, partido do período medieval passando pela Revolução Industrial, que ocorreu no início da Idade Moderna com destaque para ascensão do capitalismo e expansão do processo de urbanização, cominando na divisão do espaço urbano de modo desigual e excludente. Porquanto, buscou-se evidência a existência de um ciclo vicioso na manutenção da pobreza ao longo dos séculos, para manutenção do sistema capitalista.

No capítulo 3 apresentamos a metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa, evidenciaremos as técnicas utilizadas na coleta e análise dos dados ideias. No capítulo 4 apresentamos os resultados evidenciando a Cidade (In)Visível de Araguaína na Amazônia Legal. Discorreremos sobre a Pujança do Crescimento Econômico Versus a Vulnerabilidade de Crianças e Adolescentes, demonstrar olhares sobre a violência e o espaço urbano das vítimas de violência intrafamiliar

No capítulo 5 apresentamos os resultados e discussão sobre os achados científicos, seguido das considerações finais, referências e anexos contendo o roteiro utilizado para realizar as entrevistas. Dessa forma, encontra-se estruturada a dissertação.

1. SILÊNCIOS QUEBRADOS: DESVENDANDO A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Iniciaremos a reflexão sobre os fenômenos violentos a partir do conceito da violência. Conforme o dicionário etimológico resumido da língua portuguesa de Antenor Nascentes (1966, p. 777) o significado etimológico da palavra “violência” origina-se do latim *violentia* que remete à *vis* e significa “caráter violento ou bravo, força, vigor, potência, emprego de força física”. Significa, também, quantidade, abundância, essência e força em ação. Para Michaud (1989), a etimologia do termo pode evidenciar a ideia de uma força não qualificada, que se torna violência no momento em que passa da medida, quando desestabiliza uma ordem, quando rompe acordos e regras as quais ordenam as relações sócio-espaciais.

No campo científico, há diferentes definições de violência, a partir do objeto e do método de sua investigação pode ser descrita, analisada e interpretada pela sociologia, pela antropologia, pela biologia, pela psicologia, pela psicanálise, pela teologia, pela filosofia e pelo direito. A violência pode se efetivar de diversas modalidades, instrumentos e causas provocando diferentes tipos de danos, Michaud (1989, p. 12) destaca que.

Na verdade, os defeitos das definições objetivas se devem ao seu princípio: trata-se de afastar os julgamentos de valor e de encontrar critérios que permitam um estudo quantitativo. Ora, tais critérios coincidem com os inventários e estatísticas sociais (por exemplo os dos Inventários da Justiça) e correspondem a normas sociais determinadas; em outras palavras, a tentativa de descartar todos os julgamentos de valor fracassa, ao menos parcialmente. (MICHAUD 1989, p. 12)

Conforme o autor, a dificuldade em conceituar se deve em grande medida, a amplitude do universo das relações sociais e a dificuldade em estabelecer um juízo de valor. Michaud (1989, p. 11) diz que, “os prejuízos materiais e físicos são considerados mais importantes, nem que seja porque são visíveis, mas as perseguições morais e psicológicas, intimidação reiterada, [...] também podem ser graves” de acordo com o autor, a violência simbólica e subjetiva nem sempre é tratada de forma adequada. Isso se deve à dificuldade em qualificar e quantificar o fenômeno.

Assim, muitos núcleos familiares onde algumas mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência convivem diariamente com violações, negligências e abusos. Segundo Fuster (2002) a família humana é o grupo mais violento dos grupos de

animais que habitam na terra, apesar da nossa capacidade de raciocínio e de discriminação das situações em que nos envolvemos.

As violências que ocorrem no cotidiano das relações familiares são, por vezes, denominadas indistintamente de violência doméstica ou intrafamiliar. No entanto, a violência doméstica abrange outros membros do convívio domiciliar, sem função parental, incluindo, dessa forma, a violência perpetrada ou sofrida por empregados, agregados e demais pessoas que convivem esporadicamente no âmbito doméstico. Ao passo que, a violência intrafamiliar admite apenas a violência que decorre nas relações familiares, ou seja, entre os membros da família ou pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e que apresentam relação de poder sobre a outra pessoa (BRASIL, 2001).

Violência intrafamiliar é caracterizada por diversas espécies de agressão, seja física, psicológica, emocional, patrimonial ou simbólica (Coelho; Silva; Lindner, 2014). A violência intrafamiliar é um problema social de grande proporção que afeta toda a sociedade, sendo recorrente, em todos os estratos sociais, atingindo de forma contínua especialmente mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência (COELHO; SILVA; LINDNER, 2014). A violência intrafamiliar é uma questão complexa cujo enfrentamento envolve, além da família profissionais de diferentes campos de atuação, requerendo, por conseguinte, uma efetiva mobilização de diversos setores do governo e da sociedade civil.

Na definição de violência intrafamiliar destacam-se dois aspectos: o primeiro é de que se trata de uma violência interpessoal perpetrada, no caso das crianças e adolescentes, por pessoas investidas de função parental. O segundo aspecto ressalta que é uma violência cuja prática não se restringe ao espaço doméstico, ou seja, a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é por vezes cometida pelos pais e/ou responsáveis também em espaços públicos, com as mais variadas motivações por meio das quais procuram justificar as agressões. Em alguns casos agem dessa forma em nome da moral e disciplina, procurando transformar agressões em método de ensino, dificultando a compreensão exata da causalidade que tem levado pais, mães e responsáveis a agirem violentamente.

Em grande medida, a amplitude da violência intrafamiliar se configura no fato de ocorrer majoritariamente em espaço privado, dificultando, assim, a reação da vítima, o registro junto aos órgãos competentes, para que sejam submetidas às intervenções necessárias. Nessa direção, as ações violentas contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos no âmbito familiar, como elemento estrutural e constitutivo das relações de poder

no Estado Moderno, geralmente, não são tratados como violência intrafamiliar, tendo em vista se tratar de “fenômeno privado” que somente diz respeito à intimidade dos casais” e não como “questão política e social global” (FALQUET, 2017, p. 23).

A invisibilidade dessa forma de violência inerente ao seio familiar autoriza amigos e vizinhos fecharem os olhos para o sofrimento de muitas mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência os quais coabitam diuturnamente com violência, abusos ou negligência.

As crianças e adolescentes são particularmente vulneráveis a esses tipos de violência, pois muitas vezes não têm as habilidades ou recursos para denunciar seus agressores. Como argumentam Romaro, e, Capitão (2007, p. 171), em suas palavras:

Observa-se que o pacto de silêncio que se estabelece nos casos de abuso sexual contra crianças é um entrave para que este seja impedido e os agressores punidos. A falta de punição e a recorrência do ato sexual violento podem, muitas vezes, levar a criança à morte ou deixar graves seqüelas físicas e psíquicas (ROMARO; CAPITÃO, 2007, p. 171).

O relacionamento de confiança entre a vítima e o agressor muitas vezes é explorado para manter o silêncio e perpetuar o ciclo de abuso. Diversos fatores contribuem para o silenciamento das vítimas de violência intrafamiliar, incluindo o medo de retaliação, ameaças, estigma social, sentimento de culpa e dependência econômica do agressor. Além disso, a falta de conscientização sobre os direitos das crianças e adolescentes e a ausência de redes de apoio adequadas também dificultam a denúncia e a busca por ajuda.

Ao quebrar o silêncio que envolve essa questão, busca-se promover uma conscientização mais ampla e efetiva para proteger as crianças e adolescentes e fornecer-lhes um ambiente seguro e saudável para se desenvolverem. Embora nas últimas décadas, muitas políticas públicas tenham sido implementadas como, por exemplo, a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA, 1996).

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é uma violação dos direitos humanos, uma questão de saúde pública e uma preocupação social urgente. No entanto, muitos casos permanecem desconhecidos, silenciados por fatores como medo, vergonha, dependência econômica e relações de poder como pontuam Cunha, Silva e Giovanetti (2008).

Com relação à vítima, pode-se afirmar que o silenciamento diante de uma situação que lhe viola, oprime, envergonha e, muitas vezes, desumaniza,

constitui uma reação natural à situação vivenciada, posto tratar-se de um “cidadão em condições especiais de desenvolvimento”, submetido a uma relação assimétrica de poder (física e/ou psicológica) que, muitas vezes, se estende para além do controle e domínio da vítima propriamente dita (CUNHA; SILVA; GIOVANETTI, 2008, p. 283).

Diante disso, vê-se a importância e necessidade de quebrar o silêncio em torno desse tema, trazendo à tona a magnitude do problema e suas consequências devastadoras para o desenvolvimento físico, emocional e social das vítimas. De acordo com as autoras, a importância de entender o silêncio das vítimas de violência não como consentimento voluntário, mas como uma forma de controle imposto pelos agressores. Elas ressaltam a complexidade e o poder manipulador que a violência pode exercer sobre as vítimas, tornando difícil para elas denunciarem e buscarem ajuda. O silêncio muitas vezes é uma resposta ao medo, vergonha e ameaças presentes nas dinâmicas de violência.

O silêncio que envolve a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é um obstáculo significativo para o enfrentamento efetivo desse grave problema social. Ao desvendar esse silêncio e promover uma discussão aberta e sensível, podemos aumentar a conscientização e a compreensão sobre essa questão. A implementação de estratégias de prevenção e intervenção, aliada a uma abordagem multidisciplinar, é fundamental para garantir que crianças e adolescentes possam crescer em ambientes seguros e saudáveis, livres da violência intrafamiliar.

A violência intrafamiliar não apenas prejudica a saúde física e mental das vítimas, mas também afeta significativamente o seu bem-estar global. O medo constante, a incerteza e a falta de apoio podem resultar em um ciclo intergeracional de violência que pode se perpetuar e permanecer na condição de invisibilidade, sustentada pelo silêncio das vítimas, em muitos casos, por se tratar de um parente ou pessoa muito próxima à família.

A compreensão dos impactos da violência intrafamiliar é essencial para desenvolver intervenções adequadas e estratégias de prevenção eficazes. É fundamental que profissionais da saúde, educação e assistência social trabalhem em conjunto para identificar, intervir e apoiar as vítimas de violência. Uma vez que, a violência intrafamiliar pode se manifestar de várias formas, incluindo abuso físico, emocional, sexual e negligência sobre as quais nos debruçamos nesta pesquisa.

As vítimas de violência intrafamiliar frequentemente experimentam uma série de problemas de saúde física e mental. Lesões físicas, como fraturas, hematomas e queimaduras, são comuns em casos de abuso físico. Além disso, Waikamp, e, Serralta

(2018), asseveram que a exposição contínua a situações estressantes pode resultar em distúrbios de ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático e outros problemas psicológicos graves.

As consequências da violência intrafamiliar podem ser profundas e de longo prazo. Impactos físicos, como lesões, efeitos psicológicos, como transtornos de ansiedade e depressão, e prejuízos no desenvolvimento social e educacional são apenas algumas das consequências comuns. De acordo com o estudo de Silva (2000).

Os sintomas construídos durante uma experiência traumática afetam não somente os pensamentos do indivíduo, mas a sua memória, o estado de consciência e todo o campo de ação, de iniciativa e de objetividade na vida. Muitas vítimas criam uma área de proteção em volta de si que as impede de continuar com a vida normal. Uma vítima de violência física, seja ela estupro ou pancadas, evita sair de casa, tem medo de andar sozinha, rejeita sexo ou qualquer contato físico (SILVA, 2000, p. 32).

Essas vivências traumáticas, podem moldar negativamente a vida das vítimas e perpetuar ciclos de violência em gerações futuras. Crianças e adolescentes que crescem em um ambiente de violência podem desenvolver problemas de autoestima, dificuldades no estabelecimento de relacionamentos saudáveis e comportamentos agressivos. A violência pode afetar negativamente a percepção dessas vítimas em relação à segurança, confiança e estabilidade emocional, deixando cicatrizes que podem acompanhá-los ao longo da vida, se não forem devidamente abordados (ROMARO, CAPITÃO, 2007). A violência intrafamiliar perpetrada contra crianças e adolescentes é uma prática histórica na sociedade brasileira.

Venturin, Bazon e Biasoli-Alves (2004), asseveram que, ela é a expressão do abuso de poder dos pais ou responsáveis, que coisifica as crianças e os adolescentes, fazendo deles objetos e desrespeitando os seus direitos fundamentais. A violência, para Chauí (1985), é a ação que trata o ser humano não como sujeito, mas como objeto. Em grande medida a violência intrafamiliar apresenta essa configuração, considerando que normalmente o agressor exerce uma relação de poder sobre a vítima. Isso posto, o dominado interioriza a vontade e a ação alheia, perdendo autonomia sem, no entanto, reconhecê-lo, por meio de alienação.

Assim, a violência intrafamiliar opera deslocando crianças e adolescentes da condição de sujeito de direito ao estado de objetos e propriedade dos adultos. Essa coisificação das crianças e adolescentes pode chegar a patamares monstruosos, podendo chegar ao ponto de serem tomados como objeto de satisfação sexual de adultos.

Cumpra destacar que, além de sofrer diretamente a violência no âmbito familiar, as crianças e adolescentes podem ser atingidos indiretamente, porquanto muitas crianças e adolescentes presenciam cotidianamente outros familiares sofrendo agressões. O Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que compila informações de mais de 30 países revela que, uma em cada cinco crianças menores de cinco anos convivem com mães que são agredidas por parceiros.

No Brasil, o estudo aponta que, dentre 1,3 milhões de mulheres que são agredidas, mais de ¼ é perpetrada por (ex) companheiros. Importante frisar que experimentar a violência pode ocorrer a partir do ouvir, do ver as agressões entre seus genitores ou contra outros membros da família, geralmente adensa essa lista idosos e pessoas com deficiência. Ou ainda intervir nos conflitos nos momentos de agressões, situação que pode colocar as crianças e adolescentes em situação de risco, onde podem sofrer graves consequências, vulnerabilizando ainda mais o público infantojuvenil. Por conta disso foram criados vários dispositivos legais com o objetivo de subsidiar as relações sociais, especialmente em relação às crianças e adolescentes, por se tratar de seres em desenvolvimento os quais não tem condições físicas e cognitivas de reagir diante de ações violentas, principalmente em relação à violência intrafamiliar, visto que normalmente o agressor exerce uma posição de poder em relação à vítima.

Saffiotti (1997) considera que a violência à qual os meninos e as meninas estão sujeitos é distinta e relacionada aos sentidos atribuídos à diferença geracional e de gênero que ocupam. A autora evidencia que as crianças e adolescentes entre 8 e 15 anos de idade sofrem violência física intrafamiliar cometida em sua grande maioria por suas mães. A autora atribui esse fato ao que chama de “síndrome do pequeno poder”, a qual está relacionada com a reprodução da violência, nesse caso, as mulheres que sofrem a violência praticada pelos homens e reproduzem em suas crianças.

A “síndrome do pequeno poder” mostra a debilidade das mulheres, as quais não conseguem superar a violência que sofrem de seus parceiros, os homens adultos. Elas ocupam em relação aos seus parceiros uma posição subalterna, entretanto, em relação às crianças possuem uma posição de poder, dominação e mando. Desse modo, ocorre o que pode ser considerado como ciclo da violência intrafamiliar, ou seja, a reprodução da violência sofrida pelas mulheres reverbera nas crianças e adolescentes.

A vista disso, a violência intrafamiliar se apresenta como um fenômeno de alta complexidade, de modo que não se deve atribuir uma causa única à sua incidência (SAFFIOTTI, 1997). É necessário considerar fatores internos ao seio familiar como

afetividade, respeito e cuidado e, sobretudo, fatores externos e alheios ao controle das famílias. Segundo Lefebvre (1968) a participação do poder público, como responsável por equacionar a distribuição de renda e prestação de serviços, exerce um papel de fundamental importância, no sentido de propiciar uma melhor qualidade de vida a população, contribuindo para que o contexto familiar se torne um local agradável e acolhedor.

Quando isso não se efetiva a vulnerabilidade social, econômica e simbólica encontra um campo fértil, para fomentar o surgimento de ações violentas. Embora essas causas não podem ser tomadas a partir de uma lógica causal, sendo que nenhum desses aspectos pode ser considerado como causa única. Entretanto, a vulnerabilidade ocupa um lugar preponderante no estabelecimento de relações violentas.

A vulnerabilidade social pode ser compreendida pela exclusão de crianças, adolescentes e suas famílias das possibilidades da convivência em espaços institucionais e comunitários reconhecidos, tais como a creche, a escola, os espaços de lazer e de cultura, entre outros. Embora os fenômenos violentos estejam presentes em todo território nacional e em todas as camadas sociais, infere-se que o *locus* com maior incidência, sejam os lares que sofrem algum ou múltiplos tipos de vulnerabilidade social (COELHO; SILVA; LINDNER, 2014). Diante disso, pesa sobre o poder público a responsabilidade de elaborar e executar políticas eficientes e eficazes, nas áreas de distribuição de renda, educação e saúde.

Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), o cuidado em saúde demanda um olhar da criança por inteiro, numa atitude acolhedora com escuta atenta e qualificada, com o cuidado singularizado e o estabelecimento de vínculo de forma implicada. Além disso, investir em programas de conscientização e educação sobre relacionamentos saudáveis e não violentos é uma medida fundamental para quebrar o ciclo de violência e promover o cuidado e proteção.

No entanto, é preciso considerar que não se pode reduzir ou justificar a prática da violência pela pobreza, ainda assim, não se pode negar que as condições precárias de existência interfira nos laços afetivos, ora fortalecendo sentimentos de solidariedade entre os membros da família, propiciando o enfrentamento da situação adversa, ora enfraquecendo esses mesmos laços por conta do elevado grau de baixa autoestima de pais e filhos, fomentando a intolerância ou reações violentas tanto físicas, como psicológica e sexual.

No entanto, cabe aqui uma ressalva, embora os dados sobre violência sexual, por exemplo, sejam elevados entre a classe menos favorecida existe um paradoxo sobre esse assunto. Segundo Saffioti (2004), não há uma inexistência de violência sexual entre as classes média e alta, a invisibilidade ocorre, em grande medida por conta do modo como o processo de abuso ocorre. Conforme a autora:

Nas camadas mais bem aquinhoadas, social e economicamente falando, o abuso obedece à receita da sedução: maior atenção para aquela filha, mais presentes, mais passeios, mais viagens etc. As técnicas são bastante sofisticadas, avançando lentamente nas carícias, que passam da ternura à lascívia. Muitas vezes e dependendo da idade da criança, esta nem sabe discernir entre um e outro tipo de carícia, sendo incapaz de localizar o momento da mudança (SAFFIOTI 2004, p. 20-21).

De certo modo, a invisibilidade dos casos de abuso sexual entre as classes mais abastarda é maior do que entre a classe menos favorecida, existe um silenciamento com o propósito de “preservar o nome da família”. Em seus estudos a autora constatou que:

Alguns homens, assim que a menina tem sua menarca, ou primeira menstruação, controla seu ciclo menstrual, só mantendo relações sexuais com elas nos períodos estéreis. Outros preferem administrar às filhas o anticoncepcional oral, cuidando para que elas o tomem todos os dias. Não se encontrou nenhum caso de gravidez de meninas pertencentes às classes médias altas, nas quais é comum o pai ter educação superior (SAFFIOTI 2004, p. 21).

Isso evidencia o quanto o problema é grave, especialmente por se tratar de um espaço privado. A autora discorre sobre a “conspiração do silêncio” que normalmente acontece em bairro nobre, mas especificamente em uma casa de alto padrão, onde os muros altos garantem a segurança do agressor, deixando a vítima continuará à mercê do seu algoz, que por sua posição social se coloca acima da lei.

Para combater a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, é essencial promover uma cultura de respeito e proteção, incentivar o diálogo e a denúncia de casos suspeitos. Medidas como campanhas de conscientização, treinamento de profissionais para identificar sinais de abuso e estabelecimento de canais seguros para denúncias são cruciais para quebrar o silêncio e proteger as vítimas.

1. 1 A Violência Contra Crianças e Adolescentes no Brasil, na Amazônia Legal, Norte e no Tocantins

No Brasil, como em vários países do mundo, as crianças e adolescentes tem sofrido violência de muitas maneiras diferentes. Apesar da articulação entre o poder judiciário, instituições filantrópicas, instituições governamentais e a sociedade civil organizada no sentido de prevenir e coibir ações violentas, os índices crescem de modo exponencial. De acordo com dados fornecidos ao *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC, 2016) o Brasil ocupa a 3ª posição no *ranking dos* países com maior taxa de homicídio de crianças e adolescentes nas Américas. Atrás apenas de El Salvador, com uma taxa de homicídios de crianças e adolescente de 156 por 100.000 habitantes, Honduras onde a taxa de homicídios de crianças e adolescente é de 93 por 100.000 habitantes e o Brasil com uma a taxa de homicídios de crianças e adolescente de 65 por 100.000.

Embora esses números sejam assustadores, os infantes são acometidos de várias outras formas de violência, a exemplo disso pode ser destacado o trabalho e a mortalidade infantil. Embora essas modalidades de violação dos direitos subjetivos do grupo em estudo não sejam o foco principal da lupa científica nessa pesquisa, vê-se a necessidade de falar dessas violações. Considerando que, em grande medida, essas violações ocorrem com aquiescência de pessoas que exercem poder sobre a criança, desde sua concepção, sendo assim, encontram-se imbricadas ao tema em estudo. Uma vez que, almeja-se apresentar uma visão panorâmica da condição de vulnerabilidade, em que se encontram as crianças e adolescentes brasileiras.

O trabalho infantil é uma violação dos direitos humanos e compromete o desenvolvimento físico, mental, emocional e educacional das crianças envolvidas. O trabalho infantil é um fenômeno global que afeta milhões de crianças em todo o mundo, sendo considerado um grave problema social e uma violação dos direitos fundamentais. No ano de 2020, esse tema ganhou ainda mais relevância devido aos desafios e impactos da pandemia da COVID-19.

Durante o ano de 2020, a pandemia da COVID-19 teve um impacto significativo no trabalho infantil em todo o mundo. O fechamento de escolas, a crise econômica e o aumento da pobreza resultaram em um aumento das atividades laborais de crianças. Conforme o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI).

Estima-se que no Mundo cerca de 160 milhões de crianças de 5 a 17 anos foram submetidas ao trabalho infantil no início de 2020, sendo que desses 63 milhões são meninas e 97 milhões são meninos.

Estima-se, ainda, que 10 milhões de crianças e adolescentes são vítimas de escravidão e 79 milhões de crianças e adolescentes são vítimas de trabalhos perigosos, definindo como trabalhos que podem prejudicar a saúde, a segurança ou a moral o que representa um aumento de 6,5 milhões de 2016 a 2020. Mais de um quarto das crianças de 5 a 11 anos e mais de um terço das crianças com idade entre 12 e 14 anos, exploradas pelo trabalho infantil estão fora da escola. O trabalho infantil no mundo aumentou em 8,4 milhões de meninos e meninas de 2016 a 2020, sendo a maioria dos casos em países em desenvolvimento.

No Brasil, as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil estão em atividades como agricultura, pecuária, comércio, nos domicílios, nas ruas e na construção civil (FNPETI, 2021). Quando estratifica por gênero os do sexo masculino são as principais vítimas como mostra a tabela 1.

Tabela 1- Índices de trabalho infantil no Brasil por regiões considerando gênero, 2020

Regiões	Total	Meninos	Meninas	Varição
Norte	239.408	65,7%	34,2%	92%
Nordeste	498.276	71,3%	28,7%	149%
Centro-Oeste	122.109	60,5%	39,5%	53%
Sudeste	568.920	65,3%	34,7%	88%
Sul	264.508	60,9%	39,1%	56%

Fonte: Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI, 2021).

A vulnerabilidade social nos estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil, tem forçado muitos meninos e meninas a trocarem as brincadeiras infantis pelo trabalho. A desigualdade social tem contribuído significativamente para a persistência da exploração do trabalho infantil. Essas regiões enfrentam desafios na economia, que aumentam a probabilidade de crianças e adolescentes serem empurrados para o ciclo de exploração laboral.

Isso pode ser evidenciado por meio dos dados divulgados pelo IBGE (2022), os quais apresentam os valores de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (RDPC) e os Coeficientes de Desequilíbrio Regional (CDR) referentes a 2022 para o Brasil e três

Grandes Regiões: Norte, Nordeste e Centro-Oeste, calculados com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. A tabela 2 nos ajuda a compreender com mais clareza.

Tabela 2 - Rendimento nominal mensal domiciliar per capita (RDPC) da população residente e Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) Brasil e Regiões 2022

Região	RDPC Médio (R\$)	CDR
Brasil	1.625	...
Norte	1.107	0,68
Nordeste	1.023	0,63
Centro-Oeste	1.909	1,00

Fonte: IBGE (2022).

Em 2022, o rendimento nominal domiciliar per capita do Centro-Oeste era R\$ 1.909, acima da média nacional (R\$1.625), tendo o Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) igual a 1,00. O Nordeste teve rendimento de R\$1.023 e um CDR de 0,63. Já o Norte teve rendimento de R\$1.107 e CDR de 0,68. A falta de acesso a oportunidades econômicas estáveis e de qualidade muitas vezes obriga as famílias a recorrerem ao trabalho infantil como uma forma de complementar a renda familiar. A ineficiência no processo de industrialização nessas regiões, para o processamento de matéria prima, fomenta a precariedade de empregos formais, criando um ambiente onde as crianças e adolescentes são frequentemente recrutadas para trabalhar em atividades de baixa remuneração e alto risco.

A inserção precoce no mundo do trabalho obriga muitas crianças e adolescentes a conjugarem a escola com o trabalho, ou, até mesmo, a se dedicarem exclusivamente às atividades laborais, principalmente naquelas áreas onde a produção rural é predominante e a mão-de-obra infanto-juvenil mais utilizada, como no Norte, Nordeste e o Sul do Brasil. O insucesso educacional nessas regiões, são reflexos dos altos índices de trabalho infantil. Os prejuízos educacionais se tornam perceptíveis através do percentual de reprovação, conforme evidenciados na tabela 3.

Tabela 3 - Taxa de reprovação no Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio 2019

Regiões	Total de Reprovações	Ensino fundamental anos iniciais	Ensino fundamental anos finais	Ensino Médio
----------------	-----------------------------	---	---------------------------------------	---------------------

	(%)	(%)	(%)	(%)
Brasil	7,6	5,1	9,2	10
Norte	9,1	8,3	9,7	10
Nordeste	8,7	6,5	11,2	8,9
Sudeste	6	3,1	7,2	9,4
Centro-Oeste	6,6	4,5	6,5	11
Sul	8,9	5	11,1	13,1

Fonte: Inep. Censo Escola 2019.

A região Norte lidera o triste *ranking* das regiões do país, com as maiores taxas de reprovação, com um índice de 9,1%. Apresentou uma curva ascendente atingindo o seu ponto mais alto no ensino médio com 10% de reprovação, nesse nível de ensino. Em segundo lugar está a região sul com 8,9% de reprovação, também atingindo seu ponto mais alto no ensino médio com o percentual de 13,1%. Seguido da região Nordeste com 8,7% de reprovação, o qual atingiu seu ponto mais elevado no ensino fundamental nos anos finais com a taxa de 11,2%. Diante desse cenário, se torna evidente o antagonismo do trabalho infantil face a educação. Tendo como *coadjuvante* a deficiência na oferta de educação de qualidade.

Reforça esse quadro os índices de abandono escolar, de acordo com censo escolar INEP (2019). A região Norte apresentou um percentual de 9,9% de abandono escolar, a região Nordeste aparece em segundo lugar com 5,8%, em terceiro lugar está a região Centro-oeste com 5,7%, seguida da região Sul com 5,1% e a região Sudeste com 4,1%. Esses dados explicitam a equação, mais trabalho infantil menos sucesso escolar igual a pobreza. A educação é fundamental para quebrar o ciclo de pobreza e exploração, e sua ausência perpetua a marginalização dessas comunidades.

Muitas ações foram empreendidas no sentido de minimizar o trabalho infantil no Brasil. No entanto, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) sobre Trabalho de Crianças e Adolescentes, em 2019, havia 1,7 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil, o que representa 4,6% da população (38,3 milhões) nesta faixa etária.

A maior concentração de trabalho infantil está na faixa etária entre 14 e 17 anos, representando 78,7% do total. Já a faixa de 5 a 13 anos representa 21,3% das crianças exploradas pelo trabalho infantil.

Segundo o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), o número de crianças e adolescentes negros em situação de trabalho é maior do que o de não negros. A disparidade entre brancos e negros em relação ao trabalho infantil no Brasil reflete uma triste realidade enraizada em questões históricas, socioeconômicas e culturais. O trabalho infantil é uma questão complexa que não pode ser compreendida isoladamente, mas sim como um reflexo das desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira, a tabela 2 nos auxiliara na visualização dos índices por regiões do país.

Tabela 4 - Índices de trabalho infantil no Brasil considerando cor/raça

Regiões	Total de casos	Negros e		Varição
		pardos	Brancos	
Norte	239.408	82,6%	17,4%	375,7%
Nordeste	498.276	76,6%	23,4%	227,4%
Centro-Oeste	122.109	63,7%	36,3%	75,8%
Sudeste	568.920	67,7%	32,3%	109,3%
Sul	264.508	43,6%	56,4%	-22,6%

Fonte: Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI, 2021).

Historicamente, o Brasil foi marcado pela exploração e escravização de milhões de africanos, que foram trazidos à força para trabalhar nas plantações e nas atividades econômicas do país. Mesmo após a abolição da escravatura em 1888, muitos negros continuaram a enfrentar condições de vida precárias e falta de oportunidades, o que contribuiu para um ciclo intergeracional de pobreza.

Essa desigualdade histórica se reflete nas estatísticas atuais relacionadas ao trabalho infantil. Crianças negras muitas vezes são mais afetadas pelo trabalho infantil do que crianças brancas. Isso se deve a uma série de fatores, incluindo a falta de acesso à educação de qualidade, a falta de oportunidades econômicas para suas famílias e a discriminação racial persistente (FNPETI, 2021). As crianças negras frequentemente enfrentam condições de trabalho mais precárias e perigosas, sendo exploradas em setores informais, agricultura e outras atividades de baixa remuneração. Elas também estão mais suscetíveis a serem vítimas de tráfico humano e trabalho escravo.

Para abordar essa disparidade e combater o trabalho infantil de maneira eficaz, é necessário adotar uma abordagem abrangente que leve em consideração os fatores sociais,

econômicos e culturais envolvidos. O trabalho infantil é um problema complexo que reflete as profundas divisões em nossa sociedade. Ao abordar essas questões com compreensão, empatia e ações concretas, podemos trabalhar para criar um Brasil mais justo e equitativo para todas as crianças, independentemente de sua cor de pele.

As raízes históricas do trabalho infantil remontam à Revolução Industrial, quando a necessidade de mão de obra barata e ágil levou ao recrutamento de crianças em fábricas e outras indústrias. Thompson (1966), descreveu esses locais de trabalhos como “lugares de perversão sexual, linguagem chula, crueldade, acidentes violentos e hábitos bizarros”. Embora longas horas tenham sido a norma para trabalhadores domésticos e agricultores por gerações, embora o sistema fabril enfrentasse crítica pela disciplina estrita, punição severa, condições de trabalho doentias, baixos salários e horários inflexíveis de trabalho, uma estimativa conservadora indica que no ano de 1784 um terço do total dos trabalhadores nas fábricas da Grã-Bretanha eram “aprendizes” e que estes números chegavam a 80 e 90% em algumas fábricas individuais (COLLIER, 1964).

No entanto, mesmo após a abolição do trabalho infantil em muitos países, ele ainda persiste em formas mais insidiosas e ocultas. Nos setores informais e na economia subterrânea, muitas crianças são obrigadas a trabalhar em condições deploráveis, sem acesso a direitos básicos e à educação (FNPETI, 2021). Nesse cenário, a disciplina continua operando, mas de maneira mais sutil, atuando por meio de pressões econômicas e sociais que aprisionam essas crianças em um ciclo de exploração.

Os números evidenciam a necessidade de ações governamentais na consecução de políticas públicas, engajamento da sociedade civil e setor privado para erradicar essa prática e garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, proteção adequada e oportunidades para um futuro melhor. De igual modo, a mortalidade infantil representa uma grande ameaça para as crianças, no Brasil e no mundo.

A mortalidade infantil é uma triste realidade que aflige muitas sociedades em todo o mundo. A perda de vidas de bebês e crianças com menos de cinco anos de idade é uma preocupação que transcende fronteiras geográficas, culturais e econômicas. Embora tenham sido feitos progressos significativos nas últimas décadas para reduzir a mortalidade infantil, ela continua sendo um indicador crucial da saúde e do desenvolvimento social de uma nação.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) o índice de mortalidade infantil é definido a partir do número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Compreende a

soma dos óbitos ocorridos nos períodos neonatal precoce (0-6 dias de vida), neonatal tardio (7-27 dias) e pós-neonatal (28 dias e mais). Estima-se o risco de um nascido vivo morrer durante o seu primeiro ano de vida.

As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em altas (50 ou mais), médias (20-49) e baixas (menos de 20), em função da proximidade ou distância de valores já alcançados em sociedades mais desenvolvidas. Esses parâmetros devem ser periodicamente ajustados às mudanças verificadas no perfil epidemiológico.

Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde, de desenvolvimento socioeconômico e de condições de vida. Os últimos dados divulgados sobre nascimentos e óbitos de crianças, referentes à 2020, mostram uma queda das taxas de mortalidade infantil e na infância IBGE (2020). De 12,4 a cada 1.000 nascidos vivos em 2019, o indicador referente à mortalidade infantil caiu para 11,5 a cada 1.000 nascidos vivos em 2020. Já a mortalidade na infância caiu de 14,4 em 2019 para 13,2 em 2020. No entanto, o avanço não representa necessariamente um resultado positivo, tendo em vista que uma das explicações para a diminuição dos óbitos é a simultânea queda no número de nascidos vivos.

Ainda assim, os indicadores estão longe de atingir a Meta 3.2, da Agenda 2030, que prevê enfrentar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, objetivando reduzir a mortalidade neonatal para no máximo cinco a cada 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para oito a cada 1.000 nascidos vivos. A mortalidade infantil é frequentemente maior entre famílias de baixa renda, que têm acesso limitado a cuidados médicos de qualidade e enfrentam condições de vida precárias a esse respeito Rodrigues (2007) pontua que:

A desigualdade socioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência (RODRIGUES 2007, p. 75).

Essa disparidade é agravada pela discriminação sistêmica que muitos desses grupos enfrentam, colocando-os em uma posição ainda mais vulnerável em relação à morte infantil. É importante destacar que a mortalidade infantil não é apenas uma tragédia inevitável, mas um fenômeno profundamente enraizado em escolhas políticas e estruturas de poder. Governos e instituições podem direcionar seus recursos e atenção para

prioridades distintas, e a negligência em relação à mortalidade infantil muitas vezes é uma escolha deliberada, mesmo que velada.

Além disso, é fundamental abordar as desigualdades estruturais que perpetuam a mortalidade infantil e ampliar a conscientização sobre a importância de políticas inclusivas e abrangentes que priorizem a vida e o bem-estar de todas as crianças, independentemente de sua origem social ou étnica. Combatendo também, outras formas de violência que ocorrem nas fases subsequentes à primeira infância, como por exemplo, mortes violentas e abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Entre 2016 e 2020, 35 mil crianças e adolescentes de 0 a 19 anos foram mortos de forma violenta no Brasil, uma média de 7 mil por ano. Além disso, de 2017 a 2020, 180 mil sofreram violência sexual, uma média de 45 mil por ano. É o que revela o Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil, lançado pelo UNICEF e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), com uma análise inédita dos boletins de ocorrência das 27 unidades da Federação.

Conforme o levantamento realizado, a violência se dá de forma diferente de acordo com a faixa etária da vítima. Crianças morrem, com frequência, em decorrência da violência doméstica, perpetrada por um agressor conhecido da vítima. O mesmo ocorre em relação a violência sexual contra elas, cometida dentro de casa, por pessoas próximas. Conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), entre 2016 e 2020, foram identificadas pelo menos 1.070 mortes violentas de crianças de até 9 anos de idade. Especificamente em 2020, primeiro ano da pandemia da covid-19, foram 213 crianças dessa faixa etária mortas de forma violenta.

Houve um aumento de mortes violentas na faixa etária de até 4 anos, o que representa um preocupante sinal de alerta, por se tratar de mortes violentas na primeira infância. As mortes violentas de crianças de até 4 anos aumentaram 27% de 2016 a 2020 – passando de 112, em 2016, para 142, em 2020. (FBSP, 2021).

No total de crianças de até 9 anos mortas de forma violenta, 56% eram negras; 33% das vítimas eram meninas; 40% morreram dentro de casa; 46% das mortes ocorreram pelo uso de arma de fogo; e 28% pelo uso de armas brancas ou por “agressão física”. Esse perfil muda bastante nas faixas etárias seguintes.

Já os adolescentes morrem, majoritariamente, fora de casa, vítimas da violência armada urbana e do racismo. Em todas as idades, as principais vítimas de mortes violentas são os meninos negros. Esse perfil, entretanto, se intensifica drasticamente na adolescência. Para os meninos, a faixa etária dos 10 aos 14 anos marca a transição da

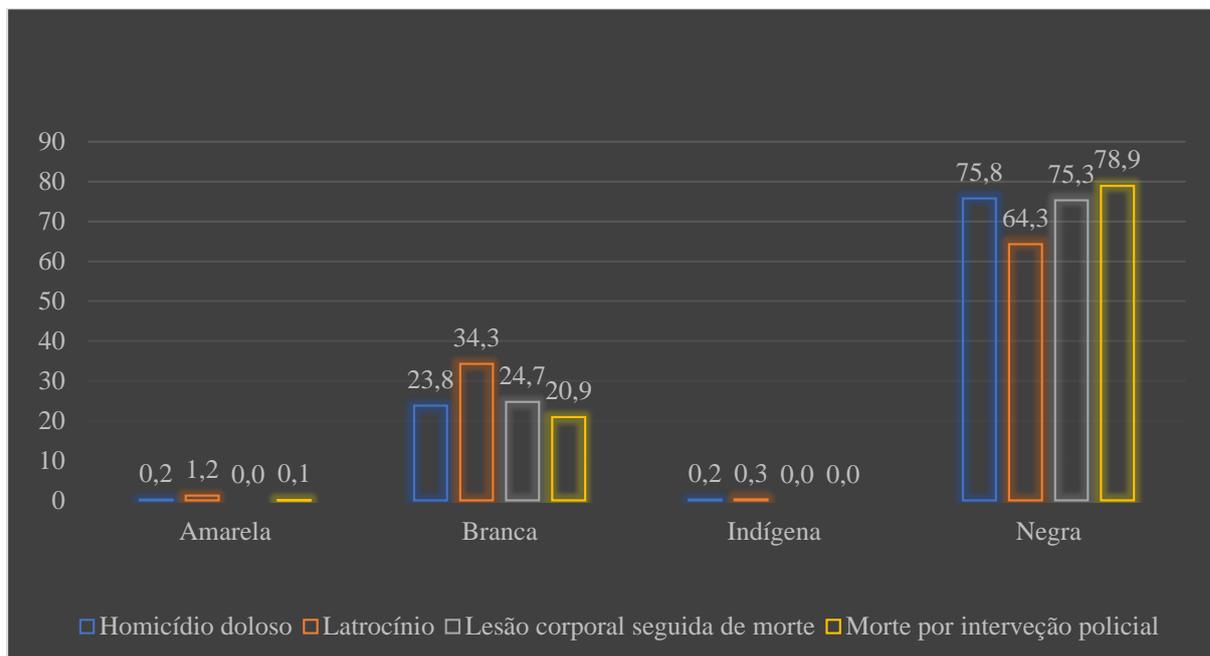
violência doméstica para a prevalência da violência urbana. Nessa idade, começam a predominar mortes fora de casa, por arma de fogo e com autor desconhecido.

Quando os adolescentes chegam à faixa etária de 15 a 19 anos, essa transição no perfil da violência letal está consolidada. As mortes violentas têm alvo específico: mais de 90% das vítimas são meninos, e 80% são negros (FBSP, 2021). Assim, se faz necessário reconhecer de modo preliminar que o racismo estrutural (oriundo do sistema social) é delineado pela sobredeterminação na sua tessitura. Apesar disso, tal formulação deve ser estendida também para as formações sociais e ideológicas, essas seriam também tributárias do registro do discurso e das implicações políticas e pulsionais nelas presentes.

Os agentes sociais envolvidos no racismo estão sujeitos a diferentes processos de subjetivação, seja como promotores de práticas racistas ou como alvo de tais práticas indignas, e isso também envolve forças sociais e políticas poderosas. As quais promovem os agenciamentos (DELEUZE, 1969) das práticas racistas. Para Taguieff (2001), o que produz as práticas racistas é o não reconhecimento do outro na sua singularidade, de forma a anular a dignidade do sujeito visado, condição concreta de possibilidade que é para a sua morte social e para a sua morte física.

O Brasil tem sua trajetória histórica marcada pelos signos ostensivos de genocídio da população afrodescendente, em grande medida isso se deva a não superação da longa tradição escravocrata, que prevalece, até hoje, no imaginário de boa parte da população. Isso se torna evidente quando analisado o que ocorre, também na fase adulta, de pessoas negras, no Brasil. Os índices de mortes violentas intencionais (MVI), no ano de 2020 evidenciam o quão grave é o cenário, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1 – Percentual de Vítimas de Mortes Violentas Intencionais por tipo de ocorrência e raça/cor



Fonte: Conselho Nacional de Segurança Pública (2021).

Em todas as modalidades de ocorrências de MVI, as pessoas negras são as principais vítimas. As faces do fenômeno da violência formam uma rede que envolve o racismo estrutural (oriundo do sistema social), como está explicitado no gráfico, sendo que, as pessoas negras compõem um lastro no qual são vítimas de 75,8% dos homicídios dolos; 64,3% de latrocínios; 75,3% de lesão corporal seguida de morte e 78,9% de morte por intervenção policial. Assim, a violência que tem suas gêneses no seio familiar, atravessa o sujeito dentro de um processo histórico o qual se transforma em ciclo, sendo capaz de transformar vítimas em agressores.

Várias ações violentas cometidas por crianças e adolescentes, são também, parte dos reflexos do tratamento que recebem no seio familiar, normalmente acabam replicando nas escolas e outros espaços. Os fenômenos violentos se apresentam como um dos grandes desafios à sociedade contemporânea. Muitas ações são empreendidas, com o propósito de coibir e prevenir tais desmandos. No entanto, o que se apresenta é um crescimento avassalador dos índices de violência em várias direções. Dentre as quais pode ser destacada a violência contra crianças e adolescentes. Embora haja leis específicas para garantir os direitos subjetivos das crianças e adolescentes, as violações, negligências e omissões continuam ocorrendo, em toda nação.

Conforme o Fórum Nacional de Segurança Pública, órgão fiscalizador dos índices de violência no país, a situação das crianças e adolescentes se apresenta da seguinte forma: figura 1.

Figura 1 - Violência contra crianças e adolescentes em 2020



Fonte: Fórum Nacional de Segurança Pública

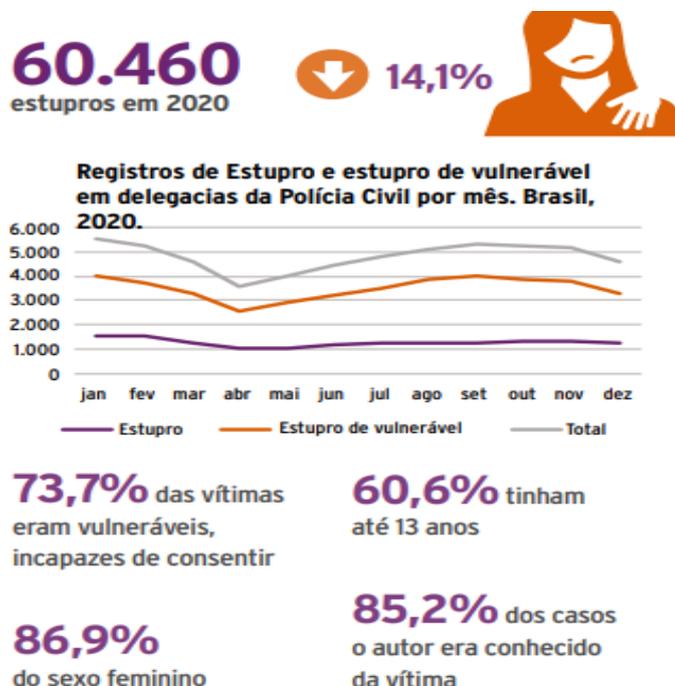
Os dados evidenciam um aumento de 1,9% em relação ao ano de 2019, vale destacar que, a idade majoritária das vítimas está relacionada à primeira infância. Fase em que, as crianças possuem um grau mais elevado de dependência e vulnerabilidade, marcada pela incapacidade de reagir, às agressões ou até mesmo, reproduzir informações com clareza, sobre o que aconteceu com elas, pois em sua maioria nessa faixa etária, não conseguem falar com fluência. Essa curva ascendente dos índices, também alcança os adolescentes e com percentual mais elevado, o aumento em relação ao ano anterior foi de 3,6%, ou seja, 5.855 adolescentes foram vítimas de mortes violentas intencionais, muitos sonhos e aspirações foram abortados, ou seja, interrompeu-se o fluxo natural da vida, por uma vontade alheia à dos adolescentes não havendo possibilidade de defesa. Em relação a violência perpetrada contra crianças e adolescentes, deve ser considerado o fator gênero, principalmente quando se reporta a violência sexual.

Os casos de estupro e estupro de vulnerável tem aumentado de modo assustador, em grande medida isso pode estar relacionado com o surgimento e proliferação da pandemia da Covid-19. Diante da necessidade de isolamento social, para conter a disseminação do vírus, as famílias passaram a permanecer mais tempo juntas. O que a

princípio parecia ser algo totalmente positivo, no sentido de preservar e fortalecer os vínculos familiares os quais se encontram fragilizados, dada a sobrecarga de atividades cotidianas, dos responsáveis pela provisão das necessidades básicas das famílias.

Han (2018, p. 65), revela que hoje somos “livres das máquinas da época industrial, que nos escravizavam e nos exploravam, mas os aparatos digitais produzem uma nova coação, uma nova exploração”, ainda mais eficiente. A suposta liberdade pelo viés da mobilidade se transforma em coação do trabalho ininterrupto, do viver para trabalhar, cujo parâmetro entre o tempo de trabalho e de ócio é completamente suprimido. A bem da verdade, o que se esperava era que o rompimento do ciclo de excesso de atividades, ocasionado pelo isolamento social por conta da pandemia da Covid-19, pudesse de algum modo melhorar os relacionamentos intrafamiliares, visto que as famílias passariam mais tempo juntos, no entanto, o que se constatou posteriormente foi um terrível efeito colateral, em relação ao que se esperava como ganho na qualidade dos relacionamentos familiares. Isso se torna evidente através do aumento nos números de casos de estupro e estupro de vulnerável, como mostra a figura 2.

Figura 2 - Violência sexual contra crianças e adolescentes



Fonte: Conselho Nacional de Segurança Pública (2021)

Conforme a pesquisa, houve um aumento de 14,1% em relação ao ano anterior, em outras palavras, 60.460 estupros foram registrados em 2020. Levando em

consideração o fator gênero, as meninas são as principais vítimas desse tipo de crime, onde as cifras chegam a monta de 86,9% dos casos registrados. O impacto da violência sobre gênero está presente, também, entre as mulheres de mais idade.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha por solicitação da ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹ informa que no ano de 2018 cerca de 1,6 milhão de mulheres foram vítimas de algum tipo de agressão física, e que aproximadamente 20 milhões de mulheres brasileiras (37,1% do total de mulheres do Brasil) sofreram algum tipo de assédio. Das mulheres vítimas de violência 42% afirmaram que a violência ocorreu no ambiente doméstico, e 52% das mulheres não denunciaram a violência sofrida. Esses números evidenciam dois prismas da violência, o primeiro deles a ser destacado está relacionado com a subnotificação. Muitos casos não são notificados junto às autoridades responsáveis, causando nebulosidade sobre a realidade da mulher brasileira. O segundo consiste na categorização do crime, embora em algumas pesquisas apareça a terminologia violência, o termo mais adequado para ser empregado é violência intrafamiliar, isso porque, 85,2% dos casos o autor era conhecido da vítima.

Vale enfatizar que, do total de casos 73,7% das vítimas eram vulneráveis, incapazes de consentir, uma vez que, 60,6% tinham até 13 anos de idade. Compondo assim, um mosaico no qual aparece como autores, dos crimes parentes próximos, pais, tios, avôs e amigos de confiança da família. Desse modo, o perfil do agressor contribui diretamente para que ocorra subnotificação de casos. Conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, estima-se que para cada caso notificado outros vinte não chegam ao conhecimento das autoridades, por se tratar de pessoas muito próximas às famílias.

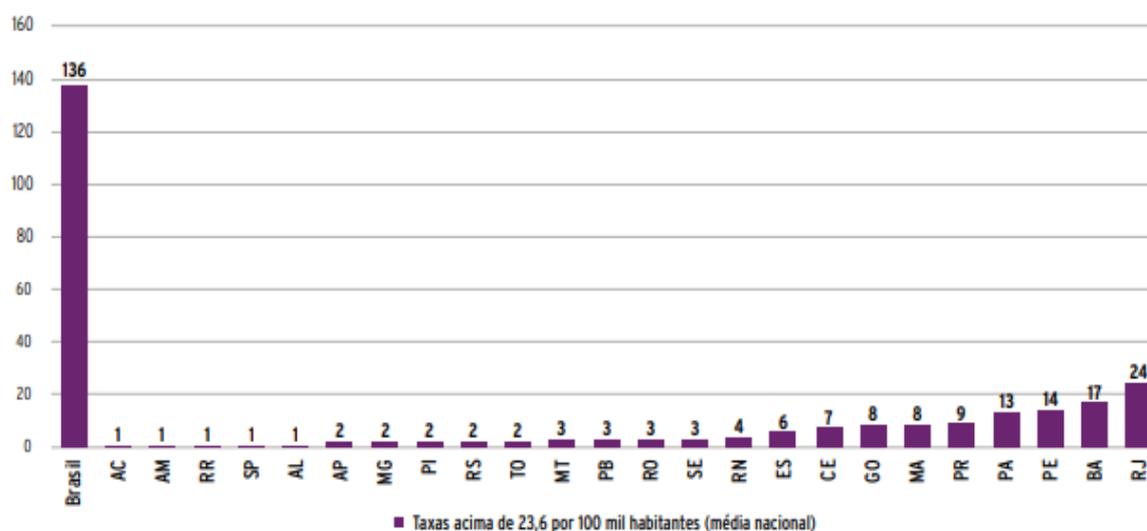
O Estado do Tocantins, mesmo sendo o mais jovem da nação, não está isento de enfrentar dificuldade face ao problema da violência, contra crianças e adolescentes. De acordo com o Ministério Público do Estado do Tocantins, foram registrados 1.057 casos de crimes sexuais contra crianças e adolescentes no Estado em 2020. Embora esse tipo de crime tenha dado um salto em 2020, por conta da pandemia da Covid-19, em decorrência da necessidade do isolamento social a quantidade de ocorrência não diminuiu com fim da pandemia, nos anos subsequentes. Em dados mais recentes divulgados pela Secretaria Estadual de Saúde (SES), mostra que houve um aumento de 31,34% no número de

¹ Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>> Acesso em 23/05/2023

notificações de violência contra crianças de até 6 anos no Tocantins em 2022 em comparação com o ano anterior. As meninas são as principais vítimas dos agressores. Cumpre destacar que esse número pode ser bem maior, já que muitos casos não são denunciados por se tratar de algum familiar da criança ou pessoas próximas.

De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde (SES), os três tipos mais comuns de violência contra crianças são a sexual, física, abandono ou em situações de negligência. A violência física contra crianças e adolescentes decorre de modo diferente de acordo com a idade da vítima. Segundo dados elaborados pela Unicef (2020). Geralmente crianças de até 4 anos são assassinadas, com mais frequência em casa em decorrência da violência doméstica, praticada por um agressor próximo da vítima. Ao passo que a causa das mortes entre os adolescentes ocorre predominantemente por armas branca e de fogo, no perímetro urbano, decorrem fora de casa executadas por pessoas estranhas e estimuladas pelo racismo. As mortes violentas têm alvo específico, mais de 90% são meninos e 80% são negros. A maior quantidade de vítimas de mortes violentas são os adolescentes. Das 35 mil mortes violentas de pessoas até 19 anos identificadas entre 2016 e 2020, mais de 31 mil tinham entre 15 e 19 anos (FBSP, 2020). Diante dessa triste realidade, o Estado do Tocantins se apresenta entre os protagonistas, adensando essa estatística com uma média de mortes violentas intencionais acima da média nacional, conforme nos mostra o gráfico.

Gráfico 2 - Número de Municípios com 100 mil habitantes ou mais com taxa de Mortes Violentas acima da média nacional, por Unidade da Federação - 2020



Fonte: Conselho Nacional de Segurança Pública (2021)

Diante do exposto, evidencia-se a gravidade do problema, ainda que, sejam poucas as cidades tocantinenses com população acima de cem mil habitantes. Os dados revelam a situação do problema da violência presente em todo Estado, uma vez que, as duas maiores cidades do Estado apresentaram um percentual bem acima da média nacional. Araguaína e Palmas são as cidades com as maiores porcentagens, 26,2 e 33,6, respectivamente, ultrapassando a média nacional de 23,6 por 100 mil habitantes. Esse trágico cenário representa um “juenicídio”² (VALENZUELA, 2015). Para o autor, essa terminologia aprofunda-se perscrutando além de uma simples comprovação do maior índice de mortes violentas, neste segmento da sociedade, representado pelo assassinato amplo e impune do contingente juvenil. Ampliando para todas as ações de estigmatização, criminalização e aniquilação da população em fase de crescimento, impossibilitando o seu pleno desenvolvimento. Evocando ações por parte das famílias e principalmente do poder público, para garantir condições favoráveis a essa coletividade, além da vida do ponto de vista puramente biológico.

Além da depreciação causada aos adolescentes, no Estado do Tocantins, os efeitos negativos alcançam também a população jovem. Isso se torna evidente quando se observa os índices apresentados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2021), o qual mostra que no Brasil, 53,9% dos detentos têm entre 18 e 29 anos. Observando-se o critério por estado, as maiores taxas de presos jovens, com menos de 25 anos, são registradas no Acre (45%), Amazonas (40%) e Tocantins (39%). Quando estratificado segundo a cor da pele, o levantamento mostra que 61,67% da população prisional é composta por pessoas negras e pardas. Esses dados mostram a idade e a cor predominante da população carcerária do Estado do Tocantins. Em outras palavras, boa parte dos adolescentes que não são assassinados e conseguem chegar à juventude normalmente estão encarcerados nos presídios do Estado. O que pode ser caracterizado como um “juenicídio” (VALENZUELA, 2015).

De acordo com o Núcleo de Coleta e Análise Estatística da Secretaria da Segurança Pública do Tocantins NUCAE, em 2020 foram registradas 105 vítimas de abandono de incapaz no estado, em 2021 o número subiu para 120 vítimas em 2022, houve um aumento de 17 vítimas registradas em relação ao ano anterior, totalizando

² O conceito de juvenicídio refere-se não só ao fato de arrancar fisicamente a vida de jovens, mas também ao processo de criação e execução de dispositivos envolvendo precarização sistemática, ou seja, gerando repetidas e organizadas situações de vulnerabilidade econômica, sociais e fatores culturais que ameaçam a população jovem. (Valenzuela Arce, 2015)

respectivamente 137 vítimas de abandono de incapaz. Isso demonstra a realidade desse tipo de transgressão no Estado, principalmente, o aumento vertiginoso desse obstáculo que tem se tornado um caso de saúde pública. Levando em conta a taxa de subnotificação, essa porcentagem pode ser consideravelmente elevada. Observando o contexto, tem-se um panorama da realidade vivenciada cotidianamente pelas crianças e adolescentes tocantinenses. Como são submetidas a múltiplas formas de violência, tornando a sobrevivência, nas condições atuais, praticamente um milagre.

As políticas públicas desempenham um papel crucial na proteção de crianças e adolescentes contra a violência intrafamiliar. No entanto, muitas vezes, as falhas nessas políticas resultam em uma falta de apoio adequado às vítimas e suas famílias, dificultando a denúncia e o acesso a serviços de proteção e amparo. A gestão ineficiente dos corpos desses jovens reflete a necessidade de uma abordagem mais eficaz na prevenção e no combate à violência intrafamiliar.

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes também pode ser compreendida como uma manifestação de controle social, onde os abusadores buscam exercer poder e autoridade sobre os membros mais vulneráveis de suas famílias. O silenciamento das vítimas, a falta de conscientização sobre direitos e recursos disponíveis, e o estigma social associado à violência intrafamiliar são mecanismos que perpetuam o controle social e a gestão dos corpos desses jovens.

A gestão dos corpos de crianças e adolescentes vulneráveis por meio da violência intrafamiliar é um sintoma das falhas nas políticas públicas de proteção. As políticas públicas também devem se concentrar na proteção e recuperação das vítimas de violência intrafamiliar. Isso inclui a criação de abrigos seguros para crianças e adolescentes em situação de risco, a oferta de apoio psicossocial e terapêutico especializado, bem como a garantia de que as crianças tenham acesso à educação e oportunidades de desenvolvimento adequadas. Políticas públicas sensíveis, que visem não apenas ao controle, mas também à proteção da vida e ao empoderamento dos jovens, são essenciais para romper o ciclo de violência e criar um ambiente mais seguro e justo para as futuras gerações, especialmente àqueles que se encontram às margens da sociedade.

As relações de poder exercidas por meio da violência empregada, como uma ferramenta de dominação e opressão no contexto familiar, afetam negativamente o desenvolvimento físico, emocional e social de crianças e adolescentes. Assim sendo, a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é uma manifestação preocupante de como o poder é exercido nas relações familiares.

Para combater efetivamente a violência intrafamiliar, é crucial empoderar as vítimas, especialmente crianças e adolescentes. Isso inclui garantir o acesso a serviços de apoio psicológico e jurídico, bem como criar um ambiente seguro para que possam denunciar o abuso sem medo de retaliação. Capacitar esses jovens com informações sobre seus direitos e recursos disponíveis é essencial para quebrar o silêncio e buscar ajuda.

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é uma triste realidade que exige uma abordagem multidimensional para sua prevenção e combate. A gestão das margens, com a violência como técnica de controle, perpetua um ciclo prejudicial que impacta negativamente a vida desses jovens. Investir em abordagens preventivas e no empoderamento das vítimas é essencial para criar um ambiente familiar saudável e proteger os direitos e o bem-estar de crianças e adolescentes, permitindo que eles cresçam com segurança e dignidade.

Os corpos vulneráveis desses jovens são explorados e controlados, refletindo a fragilidade das políticas de proteção. A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é uma manifestação extrema de controle social, em que os corpos vulneráveis são subjugados. O abuso físico, emocional e sexual dentro do ambiente familiar é uma forma de gestão dos corpos dessas vítimas, resultando em trauma, medo e silenciamento, o que perpetua o ciclo de violência.

A violência intrafamiliar é uma realidade complexa e preocupante que transcende fronteiras geográficas e sociais. Em Araguaína/TO, esse fenômeno também se faz presente, afetando crianças e adolescentes de forma alarmante. O que demanda uma investigação a respeito das causas que contribuem para a perpetuação dessa violência, seus impactos na vida das vítimas e as estratégias de prevenção que podem ser aplicadas para erradicar esse grave problema em âmbito local.

Para compreender a violência intrafamiliar em Araguaína, deve ser considerado as particularidades do contexto social, econômico e cultural da cidade. É consenso entre os estudiosos que o uso de drogas, tanto lícitas como ilícitas, na maioria das vezes, está presente no contexto da violência intrafamiliar (MARINHEIRO *et al*, 2006). Além disso, argumenta-se que outros fatores como desigualdade social, falta de acesso a serviços de saúde e educação, desemprego podem contribuir para a ocorrência de situações de violência no ambiente doméstico.

Diversos fatores podem estar associados à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes em Araguaína, incluindo dinâmicas familiares disfuncionais, padrões culturais que toleram a violência. Nesse sentido Saffioti (1997, p. 133) afirma que “a

violência apresenta uma acentuada tendência à cronificação, mormente quando se trata de intrafamiliar” essa sedimentação da violência pode estar associada a questões de saúde mental e problemas relacionados ao estresse e sobrecarga dos cuidadores. O lar é onde o amor deveria estar, mas, infelizmente, às vezes é onde a violência se esconde. Os efeitos dessa violência intrafamiliar são como cicatrizes invisíveis, deixando marcas profundas na alma das crianças e adolescentes, que carregam consigo as feridas silenciosas ao longo de suas vidas. A compreensão dessas causas é fundamental para identificar medidas preventivas mais eficazes. Para combater a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes em Araguaína, é necessário um esforço conjunto de diferentes setores da sociedade. Estratégias de prevenção podem incluir campanhas de conscientização, programas de educação familiar, capacitação de profissionais da saúde e educação para identificar e relatar casos de violência, além do fortalecimento das redes de apoio às vítimas. A intervenção adequada, por meio de serviços de atendimento psicossocial e jurídico, é crucial para assegurar a proteção e recuperação das vítimas.

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes em Araguaína, TO, é um desafio significativo para a sociedade local. Por meio da compreensão das causas e impactos desse problema e da implementação de estratégias de prevenção e intervenção, é possível criar um ambiente mais seguro e saudável para as crianças e adolescentes crescerem. É imperativo que órgãos governamentais, instituições sociais, profissionais da saúde e educação e a comunidade em geral atuem de forma coordenada para erradicar essa forma de violência e proteger os direitos e o bem-estar daqueles que são mais vulneráveis em nossa sociedade.

Para enfrentar efetivamente a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, é fundamental que as políticas públicas adotem uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, envolvendo diferentes setores da sociedade. Além disso, a prevenção e o combate à violência devem ser pensados de forma integrada, levando em consideração as particularidades das diversas formas de abuso e negligência.

A necessidade de uma abordagem mais eficaz e sensível na prevenção e combate à violência intrafamiliar é essencial para garantir o respeito aos direitos humanos e a dignidade desses jovens. Investir em políticas preventivas e de proteção é fundamental para romper o ciclo de violência e promover um ambiente familiar seguro e saudável para o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes. A gestão dos corpos deve dar lugar à proteção e ao respeito pelos direitos das vítimas, garantindo-lhes a oportunidade de crescerem em um ambiente livre de violência e medo.

1. 2 Políticas Públicas e o Papel dos Conselhos Tutelares no Enfrentamento da Violência Intrafamiliar

Na atualidade, a apreensão sobre o tema da criação, execução e avaliação das políticas públicas têm se feito presente em acalorados debates e discussões, tanto no âmbito da academia quanto nas instituições (SOUZA, 2006). À vista disso, para consubstanciar as reflexões sobre esse mote, demanda-se um resgate histórico a fim de criar uma ponte entre a sua concepção e a atualidade. Tem se que, a gênese da política pública ocorre na academia, mais especificamente nos Estados Unidos da América (EUA) na primeira metade do século XX.

Em consonância com Souza (2006), a política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica, causa uma ruptura com as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área. A mudança de paradigma está relacionada mais à análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Por outro lado, na Europa, a área de política pública surge como um desdobramento dos trabalhos embasados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado, o governo, produtor, por excelência, de políticas públicas. Ao passo que, nos EUA, ao contrário, a área é concebida no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. A esse respeito Souza (2006) assevera que:

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes. A trajetória da disciplina, que nasce como subárea da ciência política³, abre o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público (SOUZA, 2006, p. 22).

Isso porque, de acordo com a autora, haviam dois precursores, que se debruçaram sobre o estudo do mundo político, seguindo a tradição da vertente norte-americana, os

³ A ciência política, conforme defende Schmitter (1965, p. 47), tem duas bases, uma é a cientificidade que responde a preocupação teórica e metodológica, defendendo ideias que tenha como base uma fundamentação que considere a natureza dos dados e que possam fazer afirmativas por meio de demonstrações rigorosas. A outra é ser considerada uma disciplina, pois se almeja interpretar um campo do comportamento do sujeito, pois “a política ou o conjunto de atividades políticas se diferencia de outros fenômenos sociais com características, relações e padrões distintos”.

quais buscavam compreender como e por que os governos optam por tomar determinadas ações. A primeira tradição segue a orientação de Madison, que parte de um ceticismo em relação à natureza humana e foca nos estudos das instituições que têm o poder de limitar a tirania e as paixões humanas. Ao passo que, a segunda tradição é a de Paine e Tocqueville, que enxergavam nas organizações locais a virtude cívica necessária para promover um "bom" governo.

Em 1936, Lasswell (1956) apresentou, pela primeira vez, a terminologia análise de Política Pública (*Policy Analysis*). O autor procurou estabelecer uma ligação entre a produção de ações governamentais no conhecimento científico e acadêmico com o tema. Simon (1957) introduziu no debate o conceito *Policy Makers*, interpretado como a criação de um meio racional de estruturas que pudesse satisfazer os anseios e necessidades próprias daqueles que são responsáveis por tomar decisões. Para tanto, é necessário a criação de um arcabouço teórico prático com o propósito de dar suporte às ações que deveriam ser racionais, fundamentadas em um conjunto de informações a respeito do assunto a ser fruto da ação política. Buscou-se o discernimento a respeito das ações empreendidas pelo exercício do poder estatal.

Na década de 1950, Lindblom (1959) refuta o trabalho desenvolvido pelos seus antecessores, Lasswell e Simon, por julgar que ao enfatizar o racionalismo das ações de políticas públicas deixavam de observar outros atores e instituições relevantes para a formulação e a tomada de decisão. Porquanto, segundo ele, a política pública vem acompanhada de uma gama de fatores, questões e grupos os quais devem ser considerados para um estudo. Easton (1984), em meados da década de 1960, acrescenta que os resultados das políticas públicas são influenciados diretamente por grupos de interesse, sendo que a política pública é um sistema composto por múltiplas interfaces.

Isso porque, não existe apenas uma definição para a interpretação do conceito de políticas públicas. Ao longo do tempo o conceito foi sendo ressignificado. À vista disso, a definição instituída por Thomas Dye (1984) apresenta uma síntese da política pública como aquilo que o governo escolhe fazer ou não fazer. Essa afirmação está embasada no artigo de Bachrach & Baratz (1962), publicado na *American Science Review*, intitulado de *Two Faces of Power*. O trabalho demonstra que a atitude do governo de “não se fazer nada” por conta de um determinado problema, pode ser considerado um modo de produzir políticas públicas.

A definição cunhada por Lasswell (1956), antecessor à de Dye e também muito utilizada, surge em tom de provocação: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Essas questões seriam norteadoras no estudo do que, de fato, pode ser considerada uma política pública, além disso, seria um guia de orientação quanto às questões que necessitam ser respondidas para uma análise mais bem elaborada. Ao trabalharmos com definições de políticas públicas incorremos o risco de limitar o papel dessas ações para efetuar quaisquer análises.

Deve ser considerado que uma política para ser implementada passa por fases e processos sociais. Um embate a respeito de ideias e formas de agir que, por vezes, irão nortear certas práticas políticas. Uma abordagem teórica conceitual consistente deve prezar por uma visão ampla do processo de constituição e aplicação de uma política pública, assim, deve-se observar a necessidade de reconhecer a força de grupos quanto à natureza política dessas ações.

Conforme Ribeiro, Riscado e Menezes (2015), pode-se resumir política pública como o campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças nos rumos ou cursos dessas ações. Tem-se que, a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos transformam seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações para produção de resultados ou mudanças no mundo real.

Cabe aqui destacar que, as políticas públicas abarcam muitas dimensões. A ciência política busca estabelecer parâmetros mais adequados para contribuir com a definição de política pública. Nessa perspectiva, Secchi (2013) evidencia que nos países de língua latina, como a Espanha, a França, a Itália e o Brasil, enfrentam dificuldades na distinção de alguns dos seus termos. Na língua portuguesa, por exemplo, a palavra "política" assume mais de um significado, e a utilização da língua inglesa contribui de forma significativa para uma diferenciação mais adequada no estudo e apreensão sobre política pública. Assim, faremos uso dos seguintes termos em inglês: *polity*, *politics* e *policy*, conforme apresentados por Frey (1999).

- a dimensão material '*policy*' refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas
- no quadro da dimensão processual '*politics*' tem-se em vista o processo político, frequentemente de carácter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição
- a dimensão institucional '*polity*' se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político administrativo (FREY, 1999, p. 4)

Sendo assim, o termo em inglês contempla de forma mais adequada, rompendo com a aplicação de um único termo "política", para designar dimensões diferentes atribuídas a mesma terminologia, seria "*policy*". Segundo Secchi (2013), o termo "*public policy*" ou política pública trata do conteúdo concreto e simbólico das decisões políticas e de como elas são organizadas e aplicadas. Uma vez que, através de programas, diretrizes, projetos, decretos e outros meios na administração pública que as políticas públicas se fazem presentes, com o objetivo de contemplar demandas sociais de forma pública para assegurar o acesso amplo da população às políticas (CANÇADO; BARROS; BARROS, 2021).

Nessa ordem, as políticas públicas fazem parte de um verdadeiro universo de possibilidades de aplicação de recursos públicos, visando ao bem comum. Elas podem ser criadas e analisadas de diversas formas, à vista disso, foram criadas diversas tipologias, com o objetivo de sistematizar a consecução, execução e avaliação das políticas públicas. Apesar do esforço de classificá-las, não é possível abranger todos os seus aspectos (RUA; ROMANINI, 2013). Analisar a tipologia de uma política pública propicia a captação se realmente o seu objetivo está sendo alcançado, levando em consideração como ela foi elaborada, a quem ela atende e como é executada (SECCHI, 2013). Desse modo, enquanto Secchi (2013) discute as tipologias das políticas públicas em seus estudos, abordando a tipologia de Lowi, que as organizou em quatro tipos (políticas regulatórias, políticas distributivas, políticas redistributivas e políticas constitutivas), Frey (1999) faz considerações sobre esses tipos de tipologias, conforme apresentado na Quadro 1 elaborado por Araújo (2023, p. 33).

Quadro 1 Tipos de Política Pública

Tipo de Política	Estudos de Secchi (2012)	Estudos de Frey (1999)
Políticas Regulatórias	“Estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados. (...). As políticas públicas regulatórias se desenvolvem	“Trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos no tocante aos custos e benefícios dependem nestes casos da configuração concreta das

	predominantemente dentro de uma dinâmica pluralista, em que a capacidade de aprovação ou não de uma política desse gênero é proporcional à relação de forças dos atores e interesses presentes na sociedade.” (Secchi, 2012, p. 25)	políticas. Custos e benefícios podem ter efeitos muito peculiares para os diversos grupos e setores da sociedade, mas também podem atingir a população de forma ampla e igual. Os processos de conflito, de consenso e de coalizão podem se modificar de acordo com a configuração específica das políticas.” (Frey, 1999, p. 9)
Políticas Distributivas	“Geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade/contribuintes. (...) Esse tipo de política se desenvolve em uma arena menos conflituosa, considerando que quem paga o "preço" é a coletividade. A grande dificuldade no desenho de políticas distributivas é a delimitação do grupo beneficiário (quem é e quem não é beneficiário). De acordo com Lowi (1964), esse tipo de política se desenvolve em arenas onde predomina o "toma lá dá cá" (<i>logrolling</i>), ou seja, o troca-troca de apoios de forma pragmática.” (Secchi, 2012, p. 25)	“São caracterizadas por um baixo grau de conflito dos processos políticos, visto que políticas de caráter distributivo só parecem distribuir vantagens e não acarretam custos - pelo menos diretamente percebíveis - para outros grupos. Essas ' <i>policy arenas</i> ' são caracterizadas por "consenso e indiferença amigável" (Windhoff-Héritier 1987: 48). Em regra geral, políticas distributivas beneficiam um grande número de destinatárias em escala relativamente pequena, enquanto potenciais opositores costumam ser incluídos na distribuição dos serviços e benefícios.” (Frey, 1999, p. 9)
Política Redistributiva	“Concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores. É um tipo de política que provoca muitos conflitos, pois representa um jogo de soma zero. (...) Segundo Lowi, as políticas redistributivas não recebem esse rótulo pelo resultado redistributivo efetivo (renda, propriedade etc.), mas sim pela expectativa de contraposição de interesses claramente antagônicos. O tipo de dinâmica predominante em arenas políticas redistributivas é o elitismo, no qual se formam duas elites, uma demandando que a política se efetive e a outra lutando para que a política seja descartada.” (Secchi, 2012, p. 25-26)	“São orientadas para o conflito. O objetivo é "o desvio e o deslocamento consciente de recursos financeiros, direitos ou outros valores entre camadas sociais e grupos da sociedade" (Windhoff-Héritier 1987: 49). O processo político que visa uma redistribuição costuma ser repleto de conflitos e polarizado.” (Frey, 1999, p. 9)

Fonte: Araújo, 2023, p. 32. Adaptado pelo autor.

Assim, o discurso em torno das políticas públicas não está carente de respostas teóricas ou metodológicas, sendo que o campo de estudo em questão comporta uma visão holística. Porquanto, é possível perceber que a formulação de políticas públicas irá se converter em projetos, planos, programas que necessitam de acompanhamento e análise constante, considerando que, o desenho e execução das políticas públicas sofrem transformações que devem ser adequadas às compreensões científicas, sociais e culturais. Para transformarem em políticas públicas, problemas públicos precisam encontrar o

ponto de convergência entre o que é tecnicamente eficaz e também o que é politicamente viável. Para exemplificar a efetivação de políticas públicas podemos citar, por exemplo, a criação e a implementação do Conselho Tutelar.

Cumprir destacar, que esse processo só ocorreu, no Brasil após a queda do regime autoritário implantado pela ditadura militar. Com a redemocratização, emerge uma grande esperança de que ocorreria, paralelo com a volta da democracia e instituições democráticas, a consolidação de uma cidadania para todos os brasileiros. Essa expectativa também abarcava aos direitos de crianças e adolescentes brasileiros, embora de acordo com Easton (1984), a criação e execução de políticas públicas normalmente requer o enfrentamento entre grupos sociais ambivalentes, esse embate acontece em várias dimensões, uma vez que envolvem as famílias, o indivíduo e interesses políticos.

O Estado brasileiro, ao longo de sua história, referia-se às crianças e adolescentes como “menores”. Conforme González (2015) não zelava por seus direitos subjetivos mais essenciais, tais como o direito a uma vida digna, em um ambiente familiar saudável que contribuísse para o seu desenvolvimento. Em larga escala as crianças eram abandonadas por seus pais; expostas, em sua própria família, às mais diversas formas de violência física, emocional e sexual, sem que houvesse punição alguma. Os pais tinham total domínio sobre seus filhos, de modo que a violação de direitos destes era tratada como algo pertencente à esfera privada González (2015, p. 26) pontua que:

[...] dos anos 20 ao final dos anos 80 a legislação brasileira aplicável às crianças e adolescentes (ou menores, conforme a denominação da época) foi regida pelo binômio abandonado/infrator. Destacam-se dois códigos de menores - de 1927 e de 1979 respectivamente, além de inúmeras leis esparsas, das quais pode ser destacada a que criou a Política Nacional do Bem Estar do Menor - PNBEM, em 1964, na esteira da qual foram criadas nos anos 70 as FEBEMs⁴ (GONZÁLEZ, 2015, p. 26)

Os embates pelo ingresso da proteção dos direitos da infância e juventude na agenda de políticas públicas no Brasil foi um processo que começou há mais de uma década antes da promulgação da CF/88. Isso porque, ocorrera grande influência pelo projeto da Convenção dos Direitos da Criança da ONU em 1986, houve uma grande mobilização por parte de várias organizações não governamentais de defesa dos direitos da infância e

⁴ Fundação Estadual do Bem-estar do Menor. Os “menores” em situação irregular e abandonados eram tratados com rigidez e disciplina interna nestas instituições, que eram rodeadas por muros altíssimos e cujas portas eram fechadas para a sociedade, o que tornava ineficaz a premissa da proteção, educação e assistência que deveriam ser seus objetivos centrais (COSTA, 1993).

juventude, essa turba tenha como principal objetivo pressionar o Governo para que as medidas de proteção ingressem na CF/88. González (2015) afirma que:

[...] no período da Assembleia Nacional Constituinte surgiram duas articulações políticas. A Comissão Criança e Constituinte foi criada em 1986 pelo Presidente José Sarney, por sugestão do UNICEF, reunindo diversos Ministérios e entidades não governamentais como OAB, CNBB, Sociedade Brasileira de Pediatria, Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (OMEP) e Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Ela realizou seu primeiro seminário em outubro de 1986; organizou uma emenda popular (Emenda nº 64) apresentada à Assembleia Nacional Constituinte (POERNER, 1987), bem como a Campanha Criança Prioridade Nacional, organizada pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e Pastoral do Menor, entre outros, que propôs a emenda popular 096, coletando assinaturas. Estas emendas foram posteriormente fundidas, levando à proposta de redação do Art. 227 da Constituição Federal (GONZÁLEZ, 2015, p. 29).

Com a promulgação da Constituição Cidadã, especificamente por meio do artigo 227, foram definidos os deveres do Estado, da família e da sociedade na proteção dos direitos que conferem cidadania às crianças e adolescentes no Brasil (BRASIL, 1988). Compete destacar que, a Constituição Federal instituiu, para este público, a prioridade na criação e implementação de políticas públicas.

O Projeto de Lei que regulamentou o artigo 227 da CF/88 e elaborou o ECA ingressou no Congresso Nacional em junho de 1989, sendo aprovado em junho de 1990 e sancionado em 13 de outubro de 1990. Com a promulgação do ECA, revogou-se expressamente o Código de Menores (Lei nº 6.697/1979), a qual se baseava especificamente no protótipo do menor em situação irregular, ou seja, buscava “[...] atender os desvalidos, infratores e abandonados, buscando meios de corrigir as supostas causas dos ‘desajustamentos’ dos menores” (MOURA, 2016, p. 3).

A promulgação da Constituição Federal em 1988, representa um marco histórico fundamental no que diz respeito à conquista da cidadania, do povo brasileiro especialmente crianças e adolescentes. A partir de então, passou-se a garantir, de forma integral, a proteção e a efetivação dos direitos, elevando os sujeitos à condição de cidadão. Vale sublinhar que, no período anterior ao advento dessa legislação, crianças e adolescentes eram tratados simplesmente como extensão de seus pais, a quem pertenciam e, por muitas vezes, como mão de obra gratuita. A condição vivida pelas crianças e adolescentes era de total abandono social pelo Estado (COSTA, 1993).

Com a aprovação do ECA, os municípios assumem a responsabilidade na implementação de políticas públicas de assistência e proteção à criança e ao adolescente. Em razão disso, foram criados os Conselhos Tutelares, órgão responsável pela

fiscalização e articulação dentro de uma rede de políticas públicas com o objetivo de propiciar a proteção dos direitos da infância e juventude. A partir de então, o Conselho Tutelar passa a concentrar a potencialidade central no sistema de proteção da criança e do adolescente, isso porque, assume o protagonismo protetivo e educativo quando da ausência ou omissão dos pais, familiares ou por parte do poder público.

O ECA atribuiu a toda sociedade e ao Estado a obrigação do tratamento prioritário de proteção dos direitos e efetivação da cidadania das crianças e dos adolescentes brasileiros. Esta legislação provocou uma reorganização das instituições, como a criação da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA), em substituição à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), e com o objetivo de estimular a construção de políticas públicas para a área, incentivando a criação de Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente, Conselhos Tutelares e redes de proteção social estaduais e municipais.

Mediante a criação desta base legislativa, ancorada na doutrina de proteção integral a crianças e adolescentes, atribuiu-se uma nova tarefa à sociedade brasileira na defesa dos direitos da infância e, sobretudo, a mudança nas práticas e a cultura, tanto das instituições de acolhimento quanto da sociedade em geral, especialmente em relação quanto à tolerância ao uso da violência e ao desrespeito dos direitos das crianças e adolescentes, principalmente os mais vulneráveis socioeconomicamente (GONZÁLEZ, 2015).

Tem-se que os conselhos instituídos, tanto os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, quanto o Conselho Tutelar, vieram para agrupar o conceito de participação da população nas políticas sociais de proteção, unindo os conceitos de participação e proteção integral (CARDOZO, 2011). Porquanto, são instrumentos para o desenvolvimento das políticas sociais e para a proteção integral à criança e ao adolescente em todos os níveis, em especial, no municipal.

Os Conselhos Tutelares são órgãos mediadores das políticas de assistência à criança e ao adolescente atuando de forma executiva na fiscalização e na cobrança do bom funcionamento da rede de proteção municipal a esse respeito Cortes (2005) diz que:

[...] a combinação desses preceitos a outro que afirma que um dos objetivos da assistência social é o amparo às crianças e adolescentes carentes (**BRASIL, 1988**, art. 203), além da gravidade social do desamparo de crianças e adolescentes pobres no país, talvez explique a profunda articulação, que, na prática, existe na implementação de políticas de assistência social e de proteção e promoção de direitos de crianças e adolescentes. Os mecanismos criados para

a construção dessa política inspiraram-se no desenho institucional da assistência social (1990^a). O Estatuto prevê a “municipalização do atendimento” (1990a, art. 88), bem como a criação de Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e de Fundos - nacional, estadual e municipal - por meio dos quais serão administrados os recursos destinados a essa política. As funções precípua dos conselhos são supervisionar a aplicação dos recursos do fundo, em cada esfera da administração pública, e supervisionar as eleições e funcionamento do Conselho Tutelar. Diferentemente da área de assistência social, nesse caso existe o Conselho Tutelar que é o executor das políticas, agindo articuladamente com gestores públicos, Ministério Público e Poder Judiciário na proteção de direitos. Assim como na assistência social, os conselhos de direitos da criança e do adolescente têm caráter deliberativo e sua composição é paritária entre representantes do governo e da sociedade civil. Diferentemente, no entanto, neste caso, os representantes não governamentais são entidades que prestam serviços de proteção à infância e à juventude (CORTES, 2005, p. 156).

O ECA iniciou o processo de efetivação dos conselhos de participação voltados à área de defesa dos direitos da infância e juventude. Desde sua implantação, deu-se o primeiro passo para a obediência ao preceito de participação popular nas políticas de assistência e atendimento aos direitos da criança e do adolescente, conforme estabelecido pela CF/88 (CARDOZO, 2011).

Dessa forma, os conselhos criados como resultado da lei que instituiu o ECA configuram as principais ferramentas de participação da população e de mudança de mentalidade, isso porque reafirmam a máxima constitucional de que é papel de toda sociedade zelar pela proteção de crianças e adolescentes. Conforme o exposto, o ECA traz importantes ferramentas de implementação de políticas sociais e criação de órgãos, para que a prioridade em atendimento e o zelo, trazidos no texto da Carta Magna, sejam operacionalizados nos níveis estadual e municipal, visto que são os níveis de governo mais próximos do público a ser atendido.

2. PROCESSO HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO E DESIGUALDADE SÓCIO-ESPACIAL: ELEMENTOS TEÓRICOS

A organização desigual da sociedade perpassa todos os períodos da história. A organização política, jurídica, econômica e espacial encontra-se intrinsecamente ligada ao exercício do poder. Poder exercido e mantido em todo fluxo da história pelo estabelecimento de hierarquias, conforme Harvey (2015, p. 107-108) “os seres humanos costumam produzir uma hierarquia acomodada de escalas espaciais com que organizam suas atividades e compreendem seu mundo, ” conforme o autor é inerente dos seres humanos instituir hierarquias para estabelecer o arranjo social, econômico e territorial.

É de referir que Souza (2009), sustenta que há diferença entre os conceitos de socioespacial e sócio-espacial. De acordo com o autor, as terminologias possuem sentidos ambivalentes:

Socioespacial, sem hífen, se refere somente ao espaço social (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado momento histórico, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística); de sua parte, “sócio-espacial”, com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade. (SOUZA 2009, p. 2-3).

Nessa ordem, vamos tomar partido pelas teorizações deste autor, no que diz respeito à conceituação de contexto sócio-espacial. Destarte que, essas teorizações nos ajudam a dimensionar que as oportunidades habitacionais se materializam no e pelo espaço urbano em Araguaína/TO. Para Souza (2018), o conceito de “espaço social” está diretamente relacionado ao espaço produzido pela sociedade e que este não pode ser reduzido simplesmente à materialidade. Esse autor expõe ainda que, para compreendermos o espaço, é necessário que tenhamos interesse também pelas relações sociais; que aí se estabelecem, ainda, que essas relações são inseparáveis.

Para Cavalcanti (2012), o espaço urbano está intrinsecamente relacionado ao modo de vida. Na visão da autora, o espaço urbano é produzido para os habitantes de diferentes grupos, culturas e condições sociais, no qual possam compartilhar a vida em comum, as necessidades e os problemas inerentes ao cotidiano. A autora sustenta, ainda, que o lugar do indivíduo como dimensão espacial é importante, pois o lugar encontra-se intimamente ligado ao modo de vida, de desejos, de sentidos que se contrapõe com suas necessidades.

Santos (1999) e Lefebvre (1991) destacam que a cidade se materializa também, na dimensão das relações sociais, e o espaço urbano são as próprias relações sociais. Completando a reflexão com Santos (1999) e Lefebvre (2019), Cavalcanti (1998, p. 65) ressalta que a produção do espaço se refere a “vida cotidiana das pessoas que habitam e nela atuam, suas atividades e o arranjo espacial delas decorrentes”. Em consonância com a autora, essas atividades estão relacionadas ao lazer, à educação, ao trabalho e ao descanso, à circulação de pessoas e à moradia.

Cavalcanti (2012, p. 49) assevera que são “importantes categorias de análise: natureza, lugar, paisagem, região, território, ambiente” que compõe um modo espacial de pensar e de analisar espaços específicos, entre eles estão: cidade, campo, identidade

cultural, segregação espacial. A autora enfatiza que podemos, também, relacionar o conceito de cidade [...] “com elementos do lugar: a familiaridade, a afetividade, a identidade e a construção da diferença, da diversidade, da desigualdade” (CAVALCANTI, 2012, p.49). Para ela, a cidade aspira cuidado na área da habitação. Essa preocupação está relacionada à formação da cidadania e atrelada à orientação sobre “[...] o desenvolvimento e a consolidação de concepções e práticas da cidade como ambiente da vida coletiva” (CAVALCANTI 2012, p. 56).

A reciprocidade inerente à vida em sociedade encontra-se imbricada às redes que são construídas, através da formação dos arranjos territoriais, face àqueles que exercem o poder nessa perspectiva alguns grupos sociais são impedido de exercerem plenamente sua cidadania, sendo obrigados a viverem à margem da sociedade habitando nas bordas das cidades. Para melhor compreensão a esse respeito propomos realizar um resgate histórico, da organização desigual iniciando a partir do período da Idade Média.

A queda do Império Romano, pode ser tomada como marco histórico para o início do período feudal, na Europa Ocidental. Naquela época os senhores feudais e o clero passaram a exercer o domínio absoluto sobre a população camponesa. Cumpre destacar que o sistema feudal de acordo com historiador belga Pirenne (1963), representa uma nova ordem e pode ser definida da seguinte forma:

O sistema feudal é tão só a desintegração do poder público entre as mãos de seus agentes, que pelo mesmo fato de possuir cada um parte do solo, tornaram-se independentes e consideravam as atribuições de que se achavam investidos como parte de seu patrimônio (PIRENNE, 1963, p.14).

Em síntese, não há um Estado centralizado capaz de impor sua autoridade sobre os senhores feudais; e estes, em função de seu domínio sobre uma área de terra, passam a exercer plenos poderes sobre aqueles que vivem em seu feudo. Convém destacar que nesta definição, também não se identifica a posição do trabalhador no feudalismo.

Sendo assim, os “ex-ecravos” do Império Romano passam ao *status* de camponeses, Para Ganshof (1968, p.10-11), “o feudalismo pode ser definido como um conjunto de instituições que criam e regulam obrigações de obediência e de serviço”. O “feudo”, enquanto instituição jurídica, tem um significado geral: “uma concessão feita gratuitamente por um senhor ao seu vassalo para que este último pudesse dispor de sustento legítimo e ficasse em condições de fornecer ao seu senhor o serviço exigido” (GANSHOF, 1968, p.141). O objeto desta concessão podia ser dos mais diversos tipos,

como um castelo, o direito de cobrar um imposto ou o pedágio pela passagem em uma ponte; mas, de modo mais frequente, esteve associado à concessão de uma área de terra.

À vista disso, aos “ex-escravos” agora camponeses, de certo modo, passam a usufruir minimamente da sua força de trabalho, embora a porcentagem ou corveia⁵ imposta pelos senhores representassem valores exorbitantes. De qualquer forma, a mudança que houve nesse período foi significativa, uma vez que modificou as relações sociais e o ordenamento geográfico. Essa mudança propiciou o início do processo de acumulação de produção Pirenne (1963), sustentando que a expansão feudal houvesse criado excedentes que induziram a troca. Esses fluxos comerciais, relativamente limitados, foram incrementados à medida que a população e a produção cresciam no ocidente medieval. Admite-se que o excedente disponível para aquisição de mercadorias, em sua maior parte apropriado pela classe feudal, teria viabilizado a ampliação do comércio.

Em suma, conforme o referido autor, nesta perspectiva a concepção do comércio corresponderia a uma transformação “interna” à própria Europa feudal. Essa transformação, embora não tenha mudado de imediato o *status* dos camponeses, no decorrer dos seis séculos de existência do feudalismo, fomentou o poder econômico nas classes menos favorecidas, ensejando o surgimento do sistema capitalista, no início da Idade Moderna. Com o declínio do feudalismo e ascensão do capitalismo, no início da Idade Moderna houve várias mudanças na conjuntura social, no entanto, a classe trabalhadora continuou em situação de vulnerabilidade por conta da organização desigual da sociedade aliada à dificuldade de acesso à terra.

Apesar das grandes mudanças, ocasionadas pelo rompimento entre o feudalismo e o advento do capitalismo. A condição de sujeição por parte dos camponeses persistiu. Como nota um historiador da Idade Média, “Onde o senhorio foi estabelecido, ele possibilitou a uma proporção relativamente pequena da população, seus senhores, viver na ociosidade e abundância, dedicando seu tempo às guerras e ao exercício do poder sobre seus semelhantes” (HODGETT, 1975, p.46). Em grande medida isso aconteceu pela negação de acesso à terra, visto que naquele momento representava o principal meio de produção. O reordenamento ocorreu de modo desigual, aqueles que já detinham o poder

⁵ A corveia ou corveia real (do latim *corrogare*, exigir, através do francês *corvée*) é uma obrigação presente no modo de produção feudal e correspondia ao pagamento através de serviços prestados nas terras ou instalações do senhor feudal ou feudo vassal ou estado. De 2 a 4 dias por semana, o servo era obrigado a cumprir diversos trabalhos.

por meio da apropriação dos meios de produção, permaneceram em uma posição de superioridade ao passo que, os que viviam em situação de subalternidade continuaram relegados à condição de invisibilidade, a esse respeito Harvey (2015) pontua que:

exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais. A longa geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintiva de formas sociais (línguas, instituições públicas e valores e crenças religiosos) inseridas integradamente em lugares com qualidades todas suas tem produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modo de vida socioecológicos (HARVEY, 2015, p.110-111).

Conforme evidencia o autor, o efeito do processo de divisão geográfica do solo influencia diretamente nas formas políticas, culturais e religiosas reverberando diretamente nos modos de vida. À vista disso, o sistema capitalista reafirmou a divisão de classes, reafirmando a impossibilidade da mobilidade social naquele contexto. Harvey (2014, p. 30), conceitua o capitalismo a partir das leituras de Marx, segundo ele:

O capitalismo fundamenta-se, como nos diz Marx, na eterna busca de mais-valia (lucro). Contudo, para produzir mais-valia, os capitalistas têm de produzir excedentes de produção. Isso significa que o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização (HARVEY, 2014, p.30).

Com o olhar fito nos lucros o capitalista se esmera em produzir cada vez mais, como pontua o autor, a produção de excedente estimulou tanto a ampliação da produção quanto do consumo, formou-se um ciclo fomentado pelo acúmulo de capital. Por consequência, tem início o processo de urbanização. Até então as pessoas habitavam majoritariamente no campo, mas a falta de acesso aos meios de produção estimulou muitas pessoas a procurarem núcleos urbanos que se encontravam em formação.

Embora seja necessário compreender também, que apesar de todo esse êxodo para as cidades o mundo neste início de revolução ainda era em geral rural, isso porque só havia dois grandes centros na época, que era Londres na Inglaterra e Paris na França. Hobsbawm, (2010), evidencia que o mundo no século XVIII ainda era essencialmente rural, que países, como por exemplo, Rússia tinha uma população quase que 100% vivendo no campo e mesmo em localidades onde já se tinha desenvolvido uma industrialização.

Em geral a população continuava a ser maior nas zonas rurais, conforme o autor a própria Inglaterra que fora a percussora nesse movimento, de êxodo dos campos para as cidades, só a partir de meados do século XIX é que a população urbana veio a ultrapassar a rural. Isso ocorreu mais precisamente por volta de 1851, quase um século depois do princípio do processo de industrialização. Hobsbawm (2010, p. 25), assevera que “A cidade provinciana de fins do século XVIII podia ser uma próspera comunidade em expansão, com a sua paisagem dominada por construções de pedra em estilo clássico. Mas essa prosperidade vinha do campo”. Em consonância com o autor, evidencia-se que a sociedade urbana também era baseada na área rural pelo menos durante toda a primeira fase da revolução industrial.

A Revolução Industrial do século XVIII na Inglaterra marcou o início da urbanização em grande escala, devido à concentração de fábricas, indústrias e oportunidades de emprego. Esse deslocamento em direção às áreas urbanas foi estimulado pela busca de trabalho nas fábricas e pelas transformações econômicas da época, levando a uma migração massiva do campo para as cidades. Em congruência com Oliveira (2017) a qual diz que:

A população carente do interior foi forçada a sair do campo, onde realizavam suas pequenas atividades artesanais e agrícolas, para residir na cidade, com o objetivo de desenvolver o trabalho nas fábricas. Como se pode verificar, na cidade havia pouca mão-de-obra para o trabalho nas fábricas, sendo que o povo do campo seria a “solução” que os burgueses precisavam naquele momento industrial. A classe do proletariado era vista pela classe burguesa, como pessoas “miseráveis, famintas, necessitadas e empobrecidas” (OLIVEIRA, 2017, p. 5).

Oliveira (2017, p. 5), sublinha que por muitas vezes, as pessoas da classe do proletariado, não eram considerados “pessoas humanas, ou seja, gente civilizada” na sociedade burguesa, essa discriminação estava aliada ao propósito de exploração da classe burguesa, sendo que a classe capitalista almejava lucros altíssimos, com menores custos na produção, assim como um processo de produção acelerado, através da exploração do trabalho de toda a classe do proletariado. O pseudodesenvolvimento que ocorrera empurrou muitas pessoas para as margens das cidades, sujeitando-os a viverem em condições extremamente precárias a esse respeito Harvey (2015) destaca que:

alto nível de autodestruição, de desvalorização e de falência em diferentes escalas e distintos lugares. (...) populações inteiras, ficam vulneráveis à violência da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos

serviços, à degradação dos padrões de vida e à perda de recursos e qualidades ambientais (HARVEY 2015, p.115).

A Revolução Industrial, com seu impacto nas atividades econômicas, na produção em massa e na urbanização acelerada, desempenhou um papel central na transformação de sociedades predominantemente agrárias em sociedades urbanas e industriais. Esse processo foi um marco importante na história da urbanização global e influenciou profundamente o ordenamento territorial urbano das cidades em todo o mundo, com prevalência na organização desigual estruturada a partir da divisão de classes, pois nesse período o capitalismo fora firmado e com ele a sua ideologia voltada para o individualismo e liberalismo.

A Revolução Industrial extrapola o que está posto em relação ao grande desenvolvimento dos mecanismos tecnológicos aplicados ao aumento da produção, na medida em que: consolidou o capitalismo; aumentou de forma avassaladora a produtividade do trabalho; originou novos comportamentos sociais, novas formas de acumulação de capital, novos modelos políticos e uma nova visão do mundo; e provavelmente o mais importante marco do sistema capitalista, contribuiu de maneira decisiva para dividir a imensa maioria das sociedades humanas em duas classes sociais opostas e antagônicas: a burguesia capitalista e o proletariado (CAVALCANTI, SILVA, 2011).

Cumprir destacar que a Revolução Industrial foi um precedente para a passagem do capitalismo comercial para o capitalismo Industrial. Essa mutação do capitalismo representou o movimento caracterizado pela aceleração da história, algo que não ocorrera anteriormente, sendo decorrente do poderio econômico. Nesse sentido, o capitalismo possui um caráter revolucionário ao transformar o meio social e suas relações existentes (MARX, ENGELS, 1998). Nesse momento histórico e de mudanças, no qual se ocasiona um progresso tecnológico que a partir dele surgem diferentes modos de vida e de produção, capaz de influenciar o comportamento da sociedade, propiciando a consolidação da segregação sócio-espacial, instituída a partir do ordenamento territorial urbano.

Portanto, esse resgate histórico se fez necessário, desde que a partir da compreensão do fluxo das relações sociais, políticas, jurídicas e territoriais, nos permite compreender o modo pelo qual a organização desigual da sociedade tem perpassado os séculos. Em síntese, a organização hierárquica e desigual teve várias fases e fases, cada uma delas com suas peculiaridades. Na época do Império Romano, por exemplo, o

soberano usufruía de plenos poderes sobre a vida e a morte dos seus servos, eles viviam no mais absoluto melindre, sendo vetado qualquer possibilidade de inserção social, sendo assim, eram obrigados a habitar em locais insalubres, se alimentar com as sobras e se cobrirem com trapos suficientes apenas para não expor a nudez.

Passando de servo a camponês, no período do feudalismo e posteriormente de camponês a proletário na Idade Moderna, essas são as designações utilizadas ao longo dos séculos para nomear grande parte do contingente menos favorecido. Os que conviveram diuturnamente com as terminologias senhor, feudo e burguês que, também, foram utilizadas no mesmo período histórico de modo antagônico. Essas terminologias representam a desigualdade na organização do espaço físico, econômico, cultural, jurídico e social. Apesar do desenvolvimento que houve até os dias atuais, há um contingente da população que continua vivendo à margem da sociedade, empurrados e obrigados a habitar nas bordas das cidades, o método utilizado para perpetuar essa conjuntura é a segregação sócio-espacial.

2.1 Apropriação territorial e organização sócio-espacial no Brasil

No Brasil, a organização sócio-espacial tornou-se conhecida a partir da chegada dos europeus ao continente. Pouco ou quase nada se sabe exatamente sobre a forma de organização sócio-espacial adotada pelas tribos indígenas que aqui viviam. Após os europeus se apropriarem das Américas, tem início a narrativa histórica das relações que aqui se estabeleceram. O “território colonial é, portanto, um anexo no espaço imperial da Metrópole” (MORAES, 2000, p.410). Uma leitura geográfica do Brasil colonial não pode descartar as dimensões da formação social, política, econômica e espacial.

Embora essa narrativa seja construída a partir do olhar do europeu, em consonância com Santos (2005), qualquer reflexão mais atenta em relação ao estudo da história brasileira é capaz de comprovar o quanto as relações entre europeus, indígenas e africanos foram marcadas por distinções de cunho racial. Ora por argumentos espirituais, ora por argumentos biológicos e médicos, e até mesmo pelo senso comum senhorial, naquele momento negros e indígenas eram classificados e reclassificados ao olhar do europeu de forma racializada, ou seja, de forma a estabelecer distinções entre esses três grandes grupos, não apenas com um propósito de hierarquização, mas sobretudo, de definição do que era ou não considerado humano.

A autora enfatiza que a racialização representa um elemento essencial para compreender o estabelecimento das relações sociais no Brasil. Especialmente por se tratar de um mundo marcadamente antropocêntrico, assim, caracterizar determinado grupo como não humano ou sub-humano culminaria em total isenção moral para a exploração, escravização e extermínio desse grupo assim classificado. Diante disso, com o propósito de potencializar as atividades econômicas da coroa portuguesa adotaram-se o método da escravização dos indígenas, a esse respeito Volpato (1985) diz que:

Sem condições de importar os escravos africanos que o comércio europeu colocava-lhes à disposição nos portos coloniais, utilizavam a força de trabalho indígena. As condições específicas da sociedade do planalto não lhes permitiam consumir um dos mais caros e mais absorvidos produtos, mercantilizado pela exploração do comércio colonial – o escravo africano (VOLPATO, 1985, p. 45).

Em conformidade com o autor, é nesse contexto que surge o movimento bandeirantista, responsável por coisificar e dizimar tribos inteiras. Não houve apenas a apropriação do território, mas sobretudo, uma transformação sócio-espacial na qual o índio se torna um bem material, através do assenhoreamento de sua força de trabalho, com o custo-benefício menor do que o sequestrado africano, “um escravo africano custava, na segunda metade do século XVI, cerca de três vezes mais que um escravo índio” (MARQUESE, 2006, p. 111) desse modo foi estruturada a tessitura social da até então colônia portuguesa. Ellis (1997, p. 281), evidencia que o indígena “figurava entre os valores arrolados em inventários, nos dotes de casamento, nos pecúlios deixados em testamento. Além disso, era instrumento de comércio. Por isso tudo, foi como um ponto de apoio da sociedade bandeirante”. As relações sociais que se formaram a partir daí, tinha como epicentro o deslocamento e limitação do índio em relação ao espaço, firmada e mantida pela heteronomia imposta pelo colonizador.

De semelhante modo, o escravo africano era um “objeto das mais variadas transações: venda, compra, empréstimo, doação, transmissão por herança, penhor, sequestro, embargo, depósito, arremate e adjudicação”. Era, por definição jurídica e social, uma “propriedade”. Segundo historiadores e juristas da época, o escravo “só se transformava em “pessoa” quando considerado um criminoso, pois assim poderia ser julgado e condenado como tal” (FLORENTINO; GOES, 1997, p. 30-31). A prática da escravidão por seu turno, destituía o indivíduo de quais quer dignidade. Kopytoff (1982, p. 221), apresentam *insight* valiosos para explicitar o processo de escravidão na colonização do Brasil.

a escravidão não deve ser definida como um *status*, mas sim como um processo de transformação de *status* que pode prolongar-se uma vida inteira e inclusive estender-se para as gerações seguintes. O escravo começa como um estrangeiro [*outsider*] social e passa por um processo para se tornar um membro [*insider*]. Um indivíduo, despido de sua identidade social prévia, é colocado à margem de um novo grupo social que lhe dá uma nova identidade social. A estraneidade [*outsidedness*], (KOPYTOFF, 1982, p. 221).

Embora posteriormente ocorresse a tentativa de romantizar as relações sociais entre escravos e senhores por Gilberto Freire (1933). As condições de trabalho a que eram submetidos era de intensa exploração, sofrimento e violência, eles alimentavam-se e vestia-se mal, ficavam expostos ao tempo, as condições de moradia (senzalas) eram impróprias e insalubres, constantemente sofriam com doenças endêmicas, como, tuberculose, tifo, malária, entre outras. A sujeição se dava também “na obediência e respeito às leis e dispositivos disciplinares, os senhores exigiam dos escravos fidelidade, humildade e aceitação dos valores brancos”, o sujeito como “propriedade, e, na maioria das vezes um estrangeiro adquirido para ser uma coisa pertencendo a outro indivíduo, que seria senhor, não somente de seu trabalho, mas de seu próprio corpo” (GUARINELLO, 2006, p. 229).

É de referir que as violações às quais eram submetidos não eram apenas físicas, mas além da desterritorialização e das violações a que eram submetidos havia também, violência psicológica e religiosa, pois eram-lhes exigidos o aprendizado da língua portuguesa e “se convertiam à religião católica, ao chegarem ao Brasil, eram batizados, recebiam nomes cristãos, e sofriam perseguição pela prática dos cultos africanos” (BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 1988, p. 10-11). Ocorria uma aculturação, por não se considerar os valores construídos historicamente pelos africanos. Desse modo, foi sendo construído o mosaico das relações sociais em solo brasileiro, com prevalência na segregação sócio-espacial, discriminação e racismo.

Porquanto, o Brasil nasce e se desenvolve sob a égide da conquista territorial: trata-se da construção de uma sociedade e um território, e mais, de uma sociedade que vai ter na montagem do território um de seus elementos elementares de coesão e identidade sócio-espacial. Por esse motivo, a dimensão espacial será uma das determinações em sua formação histórica (MORAES, 2000, p. 411). Suas afirmações tornam-se inovadoras para a compreensão da formação territorial brasileira do período colonial, porque retira do Estado português a exclusividade da ação de produção territorial.

Ao colocar em evidência a sociedade colonial como “atores espaciais”, mostra o processo contraditório e, ao mesmo tempo, consensual dos interesses desses e da Metrópole sobre o território, produzindo espacialidades nada homogêneas sob o ponto de vista de uma unidade territorial. O território colonial se configura, nesse sentido, como “uma expressão espacial da formação social criada pela colonização,” negando o mito da hegemonia territorial e do território em arquipélago, pois, a colonização produz, uma especialização produtiva integrada dos lugares sob sua órbita, que são explorados segundo suas potencialidades em face da tecnologia disponível. (MORAES, 2000, p. 416). Na concepção do autor, não há como descartar a presença portuguesa desse processo, até porque é a sua presença que molda e ressignifica o território brasileiro. Em suas palavras: é a ocupação efetiva que qualifica a Colônia, que objetiva como espaço subordinado.

De uma maneira geral, a historiografia evidencia que a organização desigual da sociedade brasileira, está intrinsecamente ligada ao enfrentamento entre grupos étnicos raciais e nacionalidades distintas, que se sobrepõem em disputas pela ocupação territorial. Para Moraes (2000), esses embates ocorrem em várias dimensões, havia tensão interna entre índios, negros e portugueses e, também, as missões jesuíticas as quais impunham ambiguidade à soberania portuguesa, mas além disso, havia também, demanda entre os portugueses, os ingleses, franceses e holandeses que já questionavam a partilha do mundo entre portugueses e espanhóis a partir do Tratado de Tordesilhas, com a União Ibérica⁶.

Em congruência com Moraes (2000, p. 356), cada um desses países inseriu-se na “geopolítica” do século XVII de forma diferenciada:

os franceses demonstravam um objetivo colonizador, buscando assentar-se em áreas ainda não povoadas; os ingleses apenas saqueavam sem buscar um assentamento efetivo; e os holandeses visavam a conquista atuando em áreas já produtivas (MORAES, 2000, p. 356).

⁶ A união das Coroas de Portugal e da Espanha ou, simplesmente, União Ibérica, como preferem os historiadores, foi resultado de uma crise dinástica da Casa de Avis, iniciada com o desaparecimento (morte) do rei de Portugal, D. Sebastião, em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir, ocorrida no norte da África, em defesa de Mazagão contra os mouros de Marrocos. Além de todo o discurso religioso – Cruzada – o Rei estava interessado em dominar o comércio dessa região, rica em ouro, gado e açúcar. Como D. Sebastião não tinha descendentes direto, assumiu provisoriamente o trono seu tio-avô, o Cardeal D. Henrique. Com a morte deste em 1580, a crise dinástica se aprofundou, pois a sucessão ficou em aberto com vários candidatos ao trono. Desses, saiu vitorioso o Rei da Espanha Felipe II, filho do rei espanhol Carlos V com Isabel de Portugal, filha dos reis de Portugal Manuel I e Maria de Aragão. A nobreza portuguesa que, na ocasião, encontrava-se depauperada em virtude da guerra no norte da África, não criou resistências porque via na União das Coroas a possibilidade de se beneficiar do rico império espanhol.

Todos esses países lançaram-se com maior ímpeto na disputa colonial, invadindo e ocupando possessões portuguesas e espanholas. Moraes (2000) destaca que, do ponto de vista da configuração territorial, a palavra “instalação” pode definir a estratégia de Portugal para conter as incursões empreendidas pelos ingleses, franceses e holandeses. Os portugueses preocuparam-se em fundar alguns núcleos de ocupação, reconhecer a faixa litorânea e, concomitantemente, explorar ao máximo o pau-brasil (ainda abundante em quase toda a mata atlântica) como matéria-prima para tingimento de tecidos e para a construção de navios e móveis em Portugal. Ainda nas primeiras décadas do século XVI, o arranjo territorial da América Portuguesa foi dividido em quinze capitanias hereditárias, numa tentativa de superar a fracassada experiência de exploração baseada no sistema feitorial implantado no Brasil logo após o seu “descobrimento”.

Apesar do esforço empreendido pelos portugueses, não conseguiram impedir a invasão e apropriação de parte do seu território pelos holandeses. Para Puntoni (2002), com a União Ibérica, os espanhóis passam a exercer grande influência na administração da colônia portuguesa, adotando a medida de aumentar o rigor do exclusivo metropolitano sobre o comércio realizado no Brasil, impedindo que empresas mercantis de outras nações aportarem nas principais praças brasileiras. Os holandeses que transportavam, naquela época, boa parte da produção açucareira de Pernambuco foram afetados diretamente por essa medida imposta pelos espanhóis, com o fechamento dos portos. Por outro lado, combater a monarquia e o império espanhol era essencial para a própria sobrevivência da Holanda no cenário europeu, sendo que este originara-se da independência daquele.

Esse duplo conflito geopolítico europeu resultou na invasão da capitania de Pernambuco (1630-1654) pelos holandeses que, logo em seguida, alastraram-se por quase todo o Norte, como era chamada parte da atual Região Nordeste (ABREU, 1963; HOLANDA, 1975). Paralelo ao conflito com os holandeses ocorre também, um grande embate interno. No extremo sul, especificamente na bacia do Paraná, as missões jesuíticas impunham resistência à soberania portuguesa, entre Recife e Salvador acontecia a formação do grande quilombo dos Palmares, que ocuparia vasta área entre os domínios holandês e português. A essas duas colisões (missões e quilombo), Moraes (2000) chama de “extraterritorialidades”. Nesse ínterim, o território brasileiro encontrava-se extremamente fragmentado. Os índios e africanos lutando por sua liberdade e autonomia no território, os holandeses e portugueses pelo poder sobre a colônia, alienados ao interesse de acúmulo de capital e a igreja interessada nas duas coisas a subordinação dos

índios e africanos e usufruir do grande potencial econômico da nova terra, mantendo sob seu controle todos os envolvidos no conflito.

Tem-se que a organização sócio-espacial do Brasil foi um processo extremamente complexo e marcado pela violência e desigualdade. O primeiro marco histórico no sentido de minimizar as desigualdades étnico raciais foi a suposta abolição da escravidão no Brasil ocorreu oficialmente em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel. Esse processo foi resultado de décadas de lutas, resistências e mobilizações por parte dos movimentos abolicionistas e da pressão internacional contra a escravidão. Alguns fatores contribuíram para a abolição da escravidão no Brasil. Entre eles, destacam-se as mudanças econômicas e sociais do século XIX, a crescente conscientização sobre os direitos humanos e a abolição da escravidão em outros países. Movimentos abolicionistas ganharam força, e a sociedade brasileira passou por intensos debates sobre a necessidade de libertar os escravizados.

A abolição da escravidão foi um divisor de águas na história brasileira. Semelhante à Independência, à Proclamação da República e à Revolução de 1930. Na verdade, nenhum destes três últimos eventos teve semelhante impacto transformador da vida sócio-espacial. A Abolição aniquilou uma instituição é uma prática centenária que moldou a história, a sociedade, a política e a cultura brasileiras por quase três séculos. Embora a Abolição tenha sido um grande avanço no sentido de promover a equidade nas relações sócio-espaciais, não veio acompanhada de qualquer dispositivo legal, que assegurasse aos “ex-escravos” inserção social.

Ao que tudo indica, havia a intenção de atender a demanda externa, pois a economia mundial inclinava-se para o comércio, o qual passou a ceder espaço para o capitalismo industrial. Diante disso, as grandes potências econômicas da época buscavam atingir seus interesses econômicos pressionando as outras nações para que se alinhassem aos novos contornos tomados pela economia mundial. Para exemplificar tal situação podemos destacar o interesse inglês em torno do fim do tráfico negreiro e da utilização da mão de obra escrava, não porque eram caridosos, mas por interesse em fortalecer a sua economia. Contudo, a condição dos índios e africanos não foi plenamente contemplada, isso se torna evidente quando observamos o que foi deliberado anteriormente em relação à posse de terras, que naquele momento representava o principal meio de produção.

A Lei de Terras no Brasil foi sancionada em 18 de setembro de 1850. Essa legislação ficou conhecida como a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, ou Lei de Terras, e foi promulgada durante o período imperial, sob o reinado de Dom Pedro II. A

referida Lei, trazia em seu bojo um verdadeiro paradoxo, pelo modo como concedia a posse de terras, uma vez que estabeleceu normas para a ocupação e regularização fundiária no Brasil. Apresentando em seu Art. 1º a seguinte redação “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”, normatizava também como deveria ocorrer o processo desapropriação descrito no Art. 2º

Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes (BRASIL, 1850).

Embora o discurso apresentado naquele momento estivesse voltado à organização e distribuição de terras, na verdade representava um dispositivo capaz de tolher o acesso aos meios de produção, esse processo foi denominado por Martins (2010) como "o cativeiro da terra". Esse ponto foi estabelecido com o propósito de assegurar o domínio da posse da terra à coroa portuguesa, caso não pudesse conter o emergente processo pró-libertação dos escravos, visto que o movimento abolicionista crescia dia após dia. O paradoxo se torna evidente porque na mesma Lei em seu Art. 18 apresenta a seguinte redação:

O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem (BRASIL, 1850).

Essa redação corrobora com Martins (2010) em relação ao aprisionamento da terra, porquanto a promulgação da Lei Áurea libertou os escravos, mas a terra continuava escravizada. Vemos aqui explicitamente que o objetivo da Lei 601, não era a regularização fundiária, mas, sim, a determinação de quem deveria apropriar-se dos meios de produção. Neste cenário, os índios e negros continuariam a ocupar o lugar de *coajduvante*, sendo vetado quais quer possibilidade de ocupar uma posição de protagonismo, uma vez que, estava reservada para os imigrantes europeus os quais de acordo com a Lei poderiam optar por “estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela administração pública”, ao passo que os donos da terra (os índios) e os principais responsáveis pelo desenvolvimento econômico da colônia (os escravos) foram desfiliaados. Essa configuração de arranjo sócio-espacial tendeu-se a se perpetuar em solo

brasileiro. Não houve uma orientação destinada a integrar os negros às novas regras de uma sociedade baseada no trabalho assalariado.

Esta é uma história de tragédias, descaso, preconceitos, injustiças e dor. Uma chaga que o Brasil carrega até os dias atuais, perpetrada através da ausência naquele momento de planos de assistência, capazes de assegurar aos ex-escravos a inclusão na crescente sociedade de classe. Sobretudo, porque eles precisavam competir com a enorme quantidade de libertos, com o “inimigo” imigrante o qual encontrava-se bem mais preparado, contra o estigma que carregava por conta de sua recente história de escravidão.

O imigrante bem mais qualificado compete, inclusive, com seus pares brancos ávidos por posições, com o objetivo de fazer fortuna empreende grandes esforços nas atividades a serem realizadas e, também se esmerando em poupar. Isso fez com que, aos poucos, os estrangeiros ocupassem mais espaço a cada dia no comércio, na agricultura, no artesanato e em muitas outras áreas. O desenvolvimento dos imigrantes ocorreu muito rápido, ao passo que os negros e mulatos continuaram perdidos durante várias décadas. A permutação do negro pelo imigrante torna-se praticamente inevitável em face das transformações sócio-espaciais ocorridas, fomentada pela ineficiência do primeiro em relação ao segundo.

Observa-se, que a mudança de “estado social” não trouxe consigo a “redenção da raça Negra” e eles não perceberam isso de imediato. Os ex-escravos foram expropriados de sua condição de dependentes e, submisso, recebendo o quinhão do seu destino, mas não os meios para lidar com essa realidade. Sendo assim, a única direção foi a marginalização, diante do desamparo real. Incorporaram-se à escória do operariado urbano ou procuraram no “ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de “homem livre” (FERNANDES, 1965, p. 28).

Como esperar outro tipo de comportamento, se os negros e mulatos não tivera tempo para se adaptarem às novas formas sociais através da vivência. Embora a Constituição de 1891 celebre a igualdade jurídica a todos os brasileiros no seu Art. 72 § 2º “Todos são iguais perante a lei”. Contudo, não assegura condições para que a democracia seja contemplada em sua totalidade. Á vista disso, a igualdade jurídica não significará muita coisa para o meio negro que continuará sofrendo a desigualdade real e cruel.

Para Fernandes (1965), nem os proprietários dos escravos, nem os imigrantes podem ser responsabilizados diretamente pela exclusão dos negros e mulatos, da participação de modo equânime nos papéis socioeconômicos importantes, sejam como agentes ou beneficiados na vida urbana, mas, todavia, o poder público, por não dispor de mecanismos eficazes para proporcionar a inserção do ex-escravo ao novo modelo socioeconômico que se desenvolvia rapidamente. A realidade experienciada no cativo é igualmente vivenciada no pós-Abolição, isso nos permite entender o porquê do “comportamento irracional” do liberto, e ponderar como uma forma dinâmica de ajustamento à nova realidade que lhes era totalmente discrepante.

O cativo sempre representou um perigo constante, por conta disso, foi distanciado continuamente de qualquer “florescimento da vida social organizada” e, conseqüentemente, afastado da preparação exigida para sua futura imersão em uma sociedade urbana com característica extremamente competitivas, onde não possuía o papel de ator protagonista e, talvez, nem mesmo de *coadjuvante*. Como ex-escravo não havia se conscientizado de como deveria agir e formar um querer coletivo, assistiu à sua forma cultural ser silenciada, pervertida pelo branco diante de seus próprios olhos sem, contudo, possuir força capaz de se proteger. Fernandes (1965, p. 222) diz, “o que há de ruim com os fracos é que eles não possuem força suficiente para se unir, com o objetivo de combater as razões da sua fraqueza”. Essa falta de articulação culminou na exclusão dos negros dos meios de produção, na agricultura e segregação sócio-espacial nos núcleos urbanos.

A organização sócio-espacial das cidades no período posterior à assinatura da Lei Áurea, ocorreu de modo arbitrário e excludente. A máquina pública passa a exercer um papel central no que diz respeito ao arranjo territorial urbano, para explicitar esse processo será tomado como exemplo as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Essa escolha deu-se em razão do protagonismo que exerceram e, também, pela quantidade de informações disponíveis a respeito desse processo histórico. É de referir que, em 1900, havia apenas quatro cidades, no Brasil com mais de cem mil habitantes, quais sejam: Rio de Janeiro, correspondia a 691.565 habitantes; São Paulo, 239.820; Salvador, 205.813 habitantes; Recife, com 113.106. Nesse mesmo período, nos Estados Unidos não havia nenhuma aglomeração tinha mais de 30.000 (SANTOS, 1993).

De 1890 a 1930, o país vivenciou um crescimento populacional exponencial, tanto interno quanto externo. Do ponto de vista externo, a imigração estrangeira (especialmente de europeus) teve como principal objetivo responder ao ideal de modernização, com a

substituição do trabalhador nacional (em maior proporção a mão de obra negra) nas áreas mais dinâmicas do desenvolvimento, como, por exemplo, nos centros do capitalismo nacional, as urbes de São Paulo e Rio de Janeiro, onde o capitalismo brasileiro e internacional, firmara suas mais profundas raízes e se fortaleceram (FERNANDES, 1965).

O projeto de modernização da sociedade brasileira representou, no âmbito político e sócio-espacial, a inserção do programa de embranquecimento via inclusão de estrangeiros no mercado de trabalho. É propício destacar que, o conceito de branqueamento é chave no entendimento das relações raciais no Brasil, contudo, pode ser entendido de modo ambivalente, de acordo com Hofbauer (2006). Conforme o autor os trabalhos mais recentes tendem, majoritariamente, em usar a expressão "ideologia do branqueamento" ressaltando o caráter puramente ideológico do discurso. Sob outra perspectiva, tem-se o branqueamento de fato, branqueamento físico, explicitado pela realidade empírica.

O branqueamento como ideologia não pode ser mensurado. No entanto, pode ser evidenciado que o ideal do branqueamento atuou de múltiplas formas, reforçando-se mutuamente ao longo dos séculos (SCHWARCZ, 1993; MUNANGA, 1999; BENTO; CARONE, 2002; RIBEIRO, 2008; HOFBAUER, 2006). Pode-se afirmar que a mais contundente forma de atuação ocorreu através da importação em massa de europeus, planejada e executada como política de Estado.

Os imigrantes que, diferentemente do negro, possuía no trabalho a sua liberdade, chegam a São Paulo com relativas regalias e se tornam a base da pirâmide social paulistana, em contrapartida, os negros e trabalhadores pobres nacionais restam a expropriação da terra, sem o direito de exercer trabalho assalariado, “constituindo-se como um extraordinário exército de reserva” (JACINO, 2006, p. 67). Os Censos oficiais, realizados na cidade revelaram a assustadora diminuição da população negra. Em 1872, a população de pretos e mulatos incluindo os escravos totalizava 37,2%; já em 1893, esse percentual era estimado em 11,1% (BASSANEZI, 2000).

Acreditava-se que no decorrer do tempo a miscigenação iria fazer desaparecer da sociedade o elemento negro. Cuidava-se que a continuidade do cruzamento entre as raças aumentaria o número de brancos, os quais possuíam um gene mais forte, assim seria extinto o mestiço (SCHWARCZ, 1993). Como isso não se efetivou, passou-se a utilizar outra estratégia, ao invés de levar à frente a cidadania para todos nas cidades brasileiras, o Estado propôs a substituição paulatina da mão de obra nacional, e, paralelo a isso a

segregação sócio-espacial nos lugares, territórios e pedaços das cidades habitados por negros e pobres, principalmente nas cidades de Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, a ideologia do embranquecimento foi eficaz com o apoio das políticas de limpeza urbana, perseguição física e simbólica e o racismo, estrutural e institucionalizado (LIRA, 1999).

De acordo com Choay (1979), os efeitos e cenários da política de embranquecimento, através da modernização sócio-espacial, foram mais intensos na região sudeste, especificamente nas capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro. Nas regiões em que não houve imigração estrangeira em massa, como o Nordeste, a população negra permaneceu nos mesmos lugares, ou seja, nos lugares, funções e referências da base sócio-espacial. Na cidade de Salvador, negros e negras pouco alteraram suas posições na hierarquia social. Antes permaneceram nos bairros pobres, distantes e próximos das elites brancas, mas nas margens do desenvolvimento da cidade.

Ao passo que, durante as três primeiras décadas do século XX na cidade de São Paulo e no Rio de Janeiro, em diferentes momentos, a população negra foi obrigada a mudar de seu lugar de origem sócio-espacial. Em consonância com Bernardo (1998), durante as três primeiras décadas do século XX na capital paulistana, brancos e negros viveram diferentes realidades: para a população negra, por exemplo, a vida na cidade significava o histórico exercício do lugar de negro, que diz respeito às habitações, mercado de trabalho, posições sociais, educação, serviços de saúde e bem-estar social, renda e rendimento, em geral, sempre inferiores ao ofertado a população branca.

A maior parte da população negra vivia nos bairros populares, em cortiços e porões, dividiam a habitação com o imigrante. O branco imigrante, geralmente, na parte superior dos cortiços; e o negro, na parte inferior. A imigração, principalmente a italiana, foi direcionada praticamente em todas as funções da sociedade em desenvolvimento, nas indústrias em expansão, comércio e todo tipo de produção e reprodução do espaço sócio-espacial.

Para homens e mulheres italianas e seus descendentes, a capital paulistana ficou marcada como a cidade do progresso e do desenvolvimento, para os homens e mulheres negras, a cidade da escuridão e da invisibilidade (Bernardo, 1998; Oliveira, 2008). Outra característica marcante do cenário da segregação socioeconômica e racial, encontra-se intrinsecamente ligado ao movimento da população negra e pobre em direção às periferias da cidade, fomentada pelas características socioculturais. Esse deslocamento diz respeito ao quadro de antagonismo entre território e segregação, como o deslocamento familiar e

de amizades baseados na organização sociocultural, que minimizam o sofrimento do racismo e das desigualdades (ROLNIK, 1989, 1997; Oliveira, 2008, 2013).

Durante a gestão do então prefeito Antônio Prado (1889-1911), intensificaram-se as investidas no chamado Centro Velho da cidade de São Paulo "que era simbólica e concretamente um território negro, fonte de sobrevivência física, social e espiritual da comunidade" (ROLNIK 1997, p. 67). Com o discurso de "trabalhos de melhoramentos da capital", obras de alargamento de vias, construção de praças e *boulevards*, demolição de cortiços e pensões, entre outras ações desalojaram a população que ali habitavam. Para Rolnik (1989).

O que aí se esvoaçava era o desenho de um Centro burguês de ruas largas e fachadas uniformemente neoclássicas, que seria território exclusivo das classes dirigentes: seu espaço de trabalho, diversões, comemorações cívicas e religiosas. (Rolnik, 1989, p. 8)

Intimamente ligado a esse processo de "limpeza" e redefinição do espaço urbano paulistano que ocorreu após a abolição dos escravos, aliada a nova dinâmica econômica trazida pelo café, o estabelecimento de novos territórios negros em São Paulo, fomentou a segregação sócio-espacial, sobretudo na Região ao Sul da praça da Sé, na Região do Lavapés, nos campos do Bexiga, Santa Efigênia e Barra Funda as comunidades foram enxotadas (CARRIL, 2006; ROLNIK, 1997).

Cumprir destacar que os territórios negros aqui descritos, não foram exclusivamente habitados apenas por negros e pardos. Ainda, durante a escravidão estes territórios abrigaram uma boa parte da população proletária paulistana. Rolnik (1997) aponta que o exemplo do Bexiga é emblemático por ser resultado de um duplo desenvolvimento de uma comunidade negra oriunda do Quilombo da Saracura e posteriormente da população negra, majoritariamente do sexo feminino, que serviam as casas burguesas da região da Avenida Paulista e dos imigrantes italianos recém-chegados da Europa. Entretanto, isso não significa que comunidades afro-brasileiras não existiram de forma altamente estruturada.

Os ideais de eugenia, (com o aval científico), combinado com práticas territoriais higienistas e sanitaristas, iniciadas ainda no século XIX, legitimaram as intervenções no espaço urbano e sobretudo no espaço marginal da "desordem e indisciplina", associados ao crime, não compatíveis com o cenário de cidade empreendido naquele momento.

Neste cenário, de "lugares marcados de um jogo de movimentação humana" (SODRÉ 1992, p. 16), ainda sob o ideal de branqueamento, as classes mais privilegiadas

controlam o espaço urbano e organizam segundo os seus interesses. Alinhando condições de segregação sócio-espacial operadas através do Estado favorável ao jogo de poder, que aprova legislações desiguais, afasta os pretos e mestiços das áreas centrais e os reprime através de polícia e vigilância, de acordo com Silva (2006, p. 20).

A higienização da cidade foi realizada na remoção não somente dos negros, mas também de todos aqueles que eram chamados "nacionais", os pobres da cidade, os caipiras etc.[...] A justificativa sempre foi a questão sanitária, mas as leis implementadas visavam não apenas fazer o controle higiênico, mas vistas à saúde, mas sobretudo banir a presença daqueles que tinham comportamentos indesejados para o novo padrão da cidade (SILVA 2006, p. 20).

Estas práticas permaneceram em vigor, conforme Villaça (1999), até o início do movimento urbanista moderno, no entanto, o cenário para os pretos e mestiços permanece o mesmo, sobretudo pelas obras posteriores a “Era das demolições”.

Na capital carioca, o processo de transformação sócio-espacial em alguns aspectos não ocorreu de modo semelhante. Lá a imigração não foi tão intensa quanto em São Paulo, a ponto de os imigrantes ocuparem os principais lugares e posições da sociedade em desenvolvimento. Apesar do fluxo migratório que houve no Rio de Janeiro, a população negra não foi substituída de todas as funções, ela permaneceu nos serviços públicos, indústria e comércio, mas não obteve plena oportunidade e acesso às transformações materiais e simbólicas (HASENBALG, 2005).

E assim como aconteceu em São Paulo, o discurso “higienista” também foi proferido no Rio de Janeiro. A ideologia higienista e sanitária, a qual se estabeleceu com a derrubada dos cortiços e habitações insalubres das classes populares no centro da cidade, para a construção da Avenida Central. Àquela época, representava um profundo corte no centro histórico do Rio de Janeiro e a consecução de um novo modelo urbanístico que, não apenas se impôs sobre o antigo traçado colonial da capital federal, como influenciou muitas outras cidades brasileiras, servindo de modelo para tal. O projeto tencionava implantar uma sociedade moderna, com a limpeza urbana, a expansão e criação de grandes avenidas, ruas e praças, tudo isso significava na realidade, o apagamento de cenários e paisagens do espaço urbano construído e habitado pelos segmentos das classes populares, os ex-cativos e a população marginalizada (NASCIMENTO, 1977).

No período de 1890 e 1930, a cidade do Rio de Janeiro cresceu em direção aos morros, com a edificação das favelas. A habitação favela nasce impulsionada pelas

contradições produzidas pela cidade capitalista republicana. Em decorrência das políticas higienistas, muitos seguiram em direção aos morros, principalmente após a derrubada de um dos principais cortiços da época, o Cabeça de Porco durante a administração do prefeito Barata Ribeiro. A favela tem sua origem sob as formas de discriminação e criminalização da população negra e pobre que habitava as áreas marginalizadas do Rio de Janeiro, em sua maioria nos cortiços e porões que foram colocados abaixo sob as ideologias das políticas de limpeza urbana e higienização do poder municipal (CAMPOS, 2007).

O parcelamento do solo em relação a ocupação dos espaços e territórios no Rio de Janeiro, se estruturou conforme o grau de urbanização. Nas áreas mais urbanizadas e dotadas de equipamentos públicos como: escolas, creches, transporte coletivo, mercado de trabalho e segurança a participação negra é inferior em sua base demográfica. Isso significa que o contrário também acontece, nos lugares e ambientes que apresentam as menores taxas de urbanização a população negra é maioria. A população negra é sobrerrepresentada nas áreas menos urbanizadas, com maior intensidade na pobreza e no universo das habitações de favelas, cortiços e porões (NASCIMENTO, 1977).

A segregação, conforme a observação espacial, segundo Prêteceile (2004) pode ser analisada por diferentes categorias, por exemplo, ela pode se apresentar como classe social, política, cor/raça, religiosa, gênero, cultura e/ou outras manifestações que limitam o espaço para determinado grupo social. No caso do Rio de Janeiro, é expressiva a existência da segregação socioeconômica, contudo, o quadro da população negra na cidade também se apresenta como étnico racial (OLIVEIRA 2008; 2013).

A segregação socioeconômica e racial, apresenta-se de modo multifacetado a condição de invisibilidade esconde os espaços, lugares e posições em que a população negra cotidianamente vive. O que se destaca é a questão de classe social, tornando o quadro étnico racial secundário e/ou inexpressivo, isso posto, evidencia-se que é estrutural, porque historicamente e na etapa atual, em todos os segmentos sócio-espaciais e políticos, a população negra está nos últimos lugares e posições. Tanto o Estado quanto os setores privados, em suas diferentes vertentes (federal, estaduais e municipais) praticam o racismo institucional, quando oferecem serviços e ambiente construído de uso coletivo em condições inferiores e de inexpressiva qualidade para a população negra.

Portanto, a população negra de todos os segmentos sociais, especialmente a de menor poder aquisitivo, vivencia constantemente os efeitos do racismo, das desigualdades e dos lugares reservados à população negra. Desde os anos de 1890 até os dias atuais, o

mito da democracia racial mantém o seu manto quanto ao quadro da segregação e do direito à cidade. Mesmo decorrido 134 anos da abolição, o espaço urbano das cidades brasileiras, ainda não é para todos. Aos negros, principalmente a eles, são destinados os últimos lugares na hierarquia e na estrutura socioeconômica e política do país, como bem representa a etnografia sensível, registrada pelas lentes de Claude Lévi-Straus (1996).

2.2 A (Des)organização capitalista do espaço urbano: reflexões sobre o direito à cidade e a segregação sócio-espacial

A organização capitalista do espaço urbano é um fenômeno complexo que molda as cidades em todo o mundo, refletindo a dinâmica das relações de produção, consumo e poder. O advento do capitalismo trouxe consigo mudanças profundas na organização das cidades. Conforme Santos (1993), a urbanização das cidades brasileiras, principalmente no fluxo histórico que abarca os períodos dos séculos XVIII para o XIX e deste para o século XX, o espaço urbano, gradativamente se desenvolveu, mas baseado em princípios e estratégias de planejamento urbano voltado aos interesses dos detentores do poder político e socioeconômico. Nossas cidades foram concebidas, cresceram e se desenvolveram envolta de ideologias e políticas de limpeza e embelezamento conforme os padrões europeus e de segregação das classes populares, sobretudo da população negra.

À vista disso, a compreensão a respeito do percurso da urbanização, dos processos e das formas de apropriação da cidade, assim como do direito à cidade e à moradia, não pode ser efetivada, senão, à luz da noção de produção do espaço. A cidade, na perspectiva de Lefèbvre (2006), é vista não como um simples produto materializado no espaço, mas, como obra de arte idealizada pelas pessoas. Desenhada e vivenciada pelas relações sociais. Nessa perspectiva, o autor assevera que:

O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os "produtos", não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, O espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. A sua maneira produtiva e produtor, o espaço (mal ou bem-organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialectiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. Ele não entra também na reprodução, a do aparelho produtivo, da reprodução ampliada, das relações que ele realiza praticamente, "no terreno"? (LEFÈBVRE, 2006, p. 7).

Sendo assim, o espaço é por natureza social, além do *locus* da produção de coisas e, sobretudo o lugar de reprodução das relações sociais, sejam elas relações de trabalho, de lazer, de educação, de cultura ou de relações cotidianas. O espaço compreende a reprodução do meio e do modo de vida urbana, quando isso não se efetiva boa parte da população se torna invisibilizada. A invisibilidade de um contingente da cidade, se torna um campo fértil para produção de violência intrafamiliar e outras formas de violência. CALVINO (2005) em sua obra *Cidades Invisíveis*, apresenta *insights* pertinentes para entender a invisibilidade de parte da população da cidade, convivendo de modo paralelo e antagônico. O autor nomeia todas as cidades com nomes femininos, cada uma delas com suas peculiaridades, nas palavras do autor:

“Isaura, cidade dos mil poços, esteja situada em cima de um profundo lago subterrâneo. A cidade se estendeu exclusivamente até os lugares em que os habitantes conseguiram extrair água escavando na terra longos buracos verticais: o seu perímetro verdejante reproduz o das margens escuras do lago submerso, uma paisagem invisível condiciona a paisagem visível, tudo o que se move à luz do sol é impelido pelas ondas enclausuradas que quebram sob o céu calcário das rochas” (CALVINO 2005, p. 24).

O autor apresenta a existência de duas cidades ligadas e sobrepostas, “uma paisagem invisível condiciona a paisagem visível”, uma ligação hierárquica e verticalizada, profundidade e superfície em interação. Ele chama atenção para o detalhe significativo que, “o perímetro verdejante cuja fonte está no lago submerso”, ou seja, o glamour da parte visível está intrinsecamente subordinado a parte invisível. Isso nos ajuda a refletir sobre as relações sociais inerentes à vida na cidade, a esse respeito Rodrigues (2005, p. 78) discorre sobre:

a separação “artificial” entre o local de trabalho e o de viver dificultou que se compreendesse que a exploração e a espoliação são partes do mesmo processo da urbanização capitalista. É fundamental para a análise da produção e reprodução do espaço urbano, da desigualdade socioespacial, que se analise a imbricação do mundo do trabalho e do mundo de reprodução da vida como produto da exploração, dominação e espoliação dos trabalhadores (RODRIGUES 2005, p. 78).

O relacionamento ambivalente entre a cidade visível e a invisível se materializa de múltiplas formas, dentre as quais pode ser destacada, conforme a autora na divisão espacial do trabalho. Onde a exploração da força de trabalho do proletariado, faz funcionar toda máquina que produz conforto e qualidade de vida para a classe burguesa. No final do dia, os trabalhadores devem retornar para o local “às margens escuras” onde

está localizado seu “habite”, cerceado de precariedade quanto à educação, lazer, segurança e saúde. Nas palavras de Calvino (2005, p. 99) “O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos”. Em consonância com o autor há duas possibilidades para lidar com essa realidade quais sejam:

a primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço (CALVINO 2005, p. 99).

Essa não aceitação da condição imposta pelo sistema capitalista, requer uma conscientização e organização das comunidades periféricas. Mas como bem destacou o autor “as cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos” é, “arriscada” e sufocada qualquer tentativa de reverter essa situação. Estar numa cidade como vítima da luta pela sobrevivência material, como se estivesse vivendo em uma selva, certamente marca interdições nos movimentos de produção de uma relação afetiva com a cidade. Estar na cidade nessa condição de sujeito determinado por este ambiente urbano hostil é completamente diferente de estar na cidade numa condição de poder assumir esse espaço como resultado de sua ação. Isso porque a cidade visível, pode perfeitamente ser representada por *Ândria* outra cidade apresentada por Calvino (2005, p. 89) ele diz que:

foi construída com tal arte que cada uma de suas ruas segue a órbita de um planeta e os edifícios e os lugares públicos repetem a ordem das constelações e a localização dos astros mais luminosos[...]cada mudança em *Ândria* comporta alguma novidade nas estrelas. — Os astrônomos perscrutam com os telescópios depois de cada mudança que acontece em *Ândria* e assinalam a explosão de uma nova, ou a passagem do laranja para o amarelo de um ponto remoto do firmamento, a expansão de uma nebulosa, a curvatura de uma espiral da Via Láctea. Cada mudança implica uma cadeia de outras mudanças, tanto em *Ândria* como nas estrelas: a cidade e o céu nunca permanecem iguais (CALVINO 2005, p. 89).

Em conformidade com o autor, evidencia uma cidade suspensa, como se os habitantes de *Ândria* não vivessem com os pés calcados ao chão. Existe em *Ândria*, ruas suspensas e a temporalidade é outra: “a vida da cidade flui com a calma do movimento dos corpos celestes e adquire a necessidade dos fenômenos não sujeitos ao arbítrio humano” (CALVINO 2005, p. 89). Os habitantes da cidade sentem-se seguros, sabendo dos vínculos estreitos entre a cidade e o céu, assim como, os habitantes da cidade visível

exercem protagonismo sobre a cidade invisível, visto que antes de qualquer decisão sobre inovações na cidade, eles calculam os riscos e as vantagens tanto para eles próprios, quanto para a cidade.

Assim, o urbano contemporâneo pode ser compreendido com a unidade da fragmentação. A fragmentação não é uma simples característica ou um dado aleatório, à deriva em meio à realidade urbana. Ela é imaginada e executada pelos centros de poder. "Temos à nossa frente um "duplo processo" ou preferencialmente, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social" (LEFÈBVRE, 2008, p. 16).

Lefebvre (1968), argumenta que a urbanização capitalista não é apenas um reflexo da produção econômica, mas também uma ferramenta para a reprodução das relações de produção. Nesse sentido, as cidades são espaços nos quais as lógicas do capital se manifestam de maneiras diversas. Harvey (1985) por sua vez, destaca como a lógica do capitalismo contribui para a criação e perpetuação de desigualdades sócio-espaciais. A gentrificação, por exemplo, é um fenômeno urbano que exemplifica a expulsão de grupos mais pobres para as periferias enquanto áreas centrais são transformadas para atender aos interesses da classe dominante.

Compete destacar as distinções que Lefebvre (2008) traz sobre as transformações que acontecem no modo como as cidades eram produzidas nas antigas sociedades, contrapondo como agora são produzidas na sociedade capitalista sob a égide do capital. O autor assevera que diante do sistema econômico capitalista houve uma inversão na lógica da produção do espaço, uma vez que, as coisas e/ou objetos deixaram de ser produzidos no espaço e passou-se à produção do espaço. Diante disso, as cidades tornam-se também produto-produtor (dialético) do (e para) o sistema capitalista, transmutando o sentido das cidades.

A mercantilização do espaço urbano é central para a compreensão da organização capitalista das cidades. Smith (1996), argumenta que o espaço se torna uma mercadoria, sujeita às leis do mercado. Isso se manifesta na especulação imobiliária, na privatização de espaços públicos e na criação de enclaves urbanos acessíveis apenas à elite.

Nessa ordem, Lefebvre (2008) desenvolve categoricamente o conceito de "direito à cidade", evidenciando que a cidade deveria se estabelecer como obra, não meramente como uma mercadoria ou instrumento para o capital. Porquanto, a cidade deveria ser o local de sociabilidade e de convívio, aproximando-se do seu objetivo primário, e não como mercadoria vinculada a deplorável tônica do valor de troca acima do valor de uso.

Em face dos conceitos desenvolvidos por Lefèbvre (2008), pode-se compreender o "direito à cidade" como o direito dos cidadãos ao espaço urbano, seus benefícios e a toda possibilidade de realização humana, social e cívica na sociedade, indo além do simples direito à habitação. Não se pode reduzir o termo "direito à cidade" à defesa de condições mínimas de acesso sócio-espacial, para além disso, trata-se do direito que todo e qualquer cidadão detém para transformar democraticamente o espaço onde vive. Tomando como base a cidade social como local de convívio, Harvey (2009, p. 9) acrescenta que:

A questão sobre qual tipo de cidade queremos não pode estar divorciada da questão sobre qual tipo de 'Pessoas desejamos ser, quais tipos de relações sociais buscamos, qual relação nutrimos com a natureza, qual modo de vida desejamos. Isto se assemelha com a concepção de Lefebvre sobre o direito à cidade não "como um simples direito de visita ou como um retorno às cidades tradicionais", mas "como um direito à vida urbana transformado e renovado". O direito à cidade está, por isso, além de um direito ao acesso àquilo que já existe: é um direito de mudar a cidade mais de acordo com o nosso desejo íntimo. A liberdade para nós fazermos e nos refazermos, assim como nossas cidades, é um dos mais preciosos, ainda que dos mais negligenciados, dos nossos direitos humanos (HARVEY, 2009, p. 9).

Cumprе destacar aqui, o papel que as centralidades (não necessariamente o centro da cidade) imprimem para com a concepção de direito à cidade. Em consonância com Lefèbvre (2008, p. 32), essa centralidade pode ser compreendida como "centros de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos". Desse modo, a população que não está inserida no grupo dominante acaba sendo expulsa para as áreas periféricas da cidade, segregada sócio-espacialmente da cidade. À vista disso, cabe afirmar que nas bordas da cidade se constrói como fruto da ação antrópica, sob o meio "uma periferia desurbanizada e, no entanto, dependente da cidade. Com efeito, "os suburbanos", os dos pavilhões residenciais, não deixaram de ser urbanos" embora seja uma "Urbanização desurbanizante e desurbanizada, pode-se dizer para ressaltar esse paradoxo" (LEFÈBVRE 2008, p. 25).

Destarte, a centralidade representa uma qualidade vital ao espaço urbano, extremamente necessária para a manutenção das cidades, estando intrinsecamente ligada à capacidade de cada cidadão acessar e usufruir plenamente do fruto do seu trabalho. Ainda com Lefèbvre (2008, p. 25) a cidade, obra coletiva. "Não existe realidade urbana, afirmamos aqui e alhures, sem um centro, sem uma reunião de tudo o que pode nascer no espaço e nele ser produzido, sem encontro atual ou possível de todos os 'objetos' e

‘sujeitos’”. Pode-se aproximar, diante da afirmação do autor, a concepção de centralidade.

Do mesmo modo, o direito à cidade estipula o direito de encontro e de reunião; lugares e objetos devem responder a certas “necessidades”, em geral mal conhecidas, a certas “funções menosprezadas”, mas por outro lado, transfuncionais, à necessidade de vida social e de um centro, a necessidade e a função lúdicas, a função simbólica do espaço (próximas do que se encontra aquém, como além, das funções e necessidades classificadas, daquilo que não pode se objetivar como tal porque figura como tempo, que enseja a retórica e que só os poetas podem chamar pelo seu nome: desejo) (LEFÈBVRE, 2008, p. 32).

A consolidação da sociedade urbana está intimamente ligada a uma organização voltada para as necessidades sociais, uma vez que, a dimensão ambivalente da cidade concreta e abstrata submetida a ordem capitalista inclina-se a transformá-la em um objeto e instrumento útil apenas para a sobrevivência e consumo, transmutando a cidade, que outrora era uma unidade, agora se encontra fragmentada útil para o sistema capitalista, produzindo o que pode ser denominado como a desunidade da cidade. “O direito à cidade significa, portanto, a constituição ou reconstituição de uma unidade espaço-temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação” (LEFÈBVRE, 2008a, p. 32).

A unidade espaço-temporal a qual o autor se refere pode ser exemplificada por meio da possibilidade de reunir a realização da vida cotidiana na cidade, sendo essa a acepção de centralidade. Esse conceito tenciona proporcionar acesso coletivo dos cidadãos aos bens e serviços essenciais à reprodução da sociedade, de modo que não haja, uma distância espacial e temporal entre as pessoas, suas necessidades e seus objetivos. Assim, o direito à cidade, legítima e recusa de deixar afastar a realidade urbana por uma organização segregadora.

Isso nos autoriza a completar a reflexão sobre o direito à cidade, Lefèbvre (2008) em sua obra homônima, assevera que esse termo está intrinsecamente ligado à apropriação do espaço pelas classes trabalhadoras por meio de suas lutas pelo exercício pleno da cidadania. E desse modo, gozando o direito de usufruir da cidade em todas as suas dimensões possíveis: sociais, econômicas, políticas e culturais não sendo limitado puramente pelo direito de “visita” a alguns pontos da cidade, vale ressaltar que não se deve confundir o direito à cidade com o direito do cidadão de obter uma casa, uma rua asfaltada ou os serviços básicos como luz, água e esgoto.

Tal qual a produção do espaço e a cidade, a moradia tem o seu sentido corrompido pelos interesses capitalistas, pautada na lógica da acumulação do capital. O acesso a esse

bem essencial à estruturação familiar, está cada vez mais distante da realidade dos que pertencem às classes menos favorecidas, cuja função primordial é garantir a dignidade do cidadão, o estabelecimento de relações de vizinhança e sociabilidade. Em consonância com a visão lefèvreana, toda gama de necessidades fica restrita ao campo da subjetividade, correspondendo apenas ao espaço vivido. Disso emana a conclusão no sentido de que o “habitar” foi maximizado apenas ao sentido de habitação em si, a esse respeito o autor apresenta uma severa crítica Lefèbvre (2008, p. 80).

Aqui, só o domínio edificado pode ser considerado: os imóveis (habitações: grandes prédios de apartamentos, casas acampamentos e favela). Sem medo de recair numa controvérsia já longa, colocaremos fortemente em oposição o *habitar* e o *habitat*. Este último termo designe um “conceito”, ou melhor, um pseudoconceito caricatural. No final do século XIX, um pensamento (se é possível dizer) urbanístico, tão forte quanto inconsciente *redutor*, pôs de lado e literalmente entre parênteses, o *habitar*. Ele concebeu o *habitat*, função simplificada, restringindo o “ser humano” a alguns atos elementares: comer, dormir, reproduzir-se. Nem ao menos pode dizer que os atos funcionais elementares sejam animais (LEFÈBVRE, 2008, p. 80).

O habitat pode ser caracterizado como uma imposição, uma agressão às diferentes formas de viver, a eliminação de várias funções essenciais do ser humano a ponto de reduzir o seu viver, apenas algumas funções elementares apenas. Nesse sentido, Lefèbvre assegura que: “O habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o “vivido” a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou máquinas de habitar” (LEFÈBVRE, 2008, p. 81). A aquisição de uma moradia, embora seja muito importante, mas por si só não assegura o direito à moradia. Esse conceito deve ser entendido de forma mais ampla, a ponto de extrapolar o objeto casa, abarcando uma gama de outras necessidades que vão além de um prédio habitacional, com por exemplo, o direito ao encontro, acesso aos meios de transporte, direitos básicos que propiciem condições de habitabilidade e higiene, tais como serviços de saneamento básico e coleta de lixo.

Nessa ordem, convém destacar que as necessidades humanas não estão restritas apenas a elementos físicos e materiais. Deve ser considerado a importância do convívio, das relações que o homem estabelece com o espaço produzido a partir dessas interações, Lefèbvre adiciona a este entendimento, unindo o ato de habitar e as realizações do próprio ser humano, considerando a linguagem e a casa como elementos complementares. Lefèbvre (2008, p. 21) assevera que:

Até então, habitar era participar de uma vida social, de uma comunidade, de uma ladeia ou cidade. A vida urbana detinha, entre outras, essa qualidade, esse atributo. Ela deixava habitar, permitia que os cidadãos-cidadãos habitassem (LEFÈBVRE, 2008, p. 21).

À vista disso, habitar pode ser entendido como ato ou efeito de se acomodar e/ou se estabelecer. Por quanto a dimensão simbólica presente nas relações cotidianas, são de grande importância para mensurar a dimensão do habitar. Se faz necessário considerar as formas arquitetônicas e urbanísticas que materializam ou não, o simbólico incluso nas virtualidades. Impõem ressaltar, que tais formas massifica uma acentuada desigualdade sócio-espacial, presente tanto no planejamento quanto na execução de construções no urbano que atingem diretamente os menos favorecidos.

Compreender o urbano de modo a extrapolar os objetos estruturais, considerando os modos de vida, a partir das práticas sociais e das vivências cotidianas, se constitui em elemento essencial para compreender a ambivalência existente em entre os termos habitar e habitat. Essa discussão se torna imprescindível para a aceção dos parâmetros habitacionais concatenados pelas políticas públicas de habitação, direcionadas às classes menos favorecidas em contraposição às suas necessidades reais. De uma maneira geral, o exercício da urbanização se sobrepõe ao sentido do urbano, alterando o sentido da cidade e transformando o habitar em mero habitat.

A vida urbana de forma plena se torna ameaçada, quando é afastado do meio urbano e da cidade “o proletário acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para as empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar” (LEFÈBVRE, 2008, p. 25). Diante disso, se torna evidente que a redução do habitar pelo habitat, permeia um amplo processo de depressão da cidade e do urbano, conforme o autor o subúrbio pode até ser definido como urbano, todavia, não em seu sentido pleno, veja-se:

Se se definir a realidade urbana pela dependência em relação ao centro, os subúrbios são urbanos. Se se definir a ordem por uma relação perceptível (legível) entre a centralização e a periferização, os subúrbios são desurbanizados. E pode-se dizer que o "pensamento urbanístico" dos grandes conjuntos literalmente se encarnou na cidade e no urbano a fim de extirpá-los. Toda a realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros. Nem mesmo o bar, o café (o bistrot) deixaram de suscitar o ressentimento dos "conjuntistas", o seu gosto pelo ascetismo, sua redução do habitar para o habitat. Foi preciso que fossem até O fim da destruição da realidade urbana sensível para que surgisse a exigência de uma restituição (LEFÈBVRE, 2008, p. 27).

Tem se, diante do exposto, o que o autor refere por "habitar". À vista disso, a compreensão desse conceito permite fazer uma ligação entre a expressão urbanização desurbanizante. Partindo da lógica de construir habitações no espaço urbano e ao mesmo tempo destruir a realidade urbana já existente, expresso nos espaços de convívio e sociabilidade, praças, parques, ruas, espaços públicos como um todo. Logo, a cidade como obra, deixa então de ser destinada aos cidadãos, na justa medida em que lhe é concedida a oportunidade de estabelecer os vínculos de convivência em seu cotidiano, a fim de construir unidades habitacionais.

O paradoxo central, em relação a construção de novas unidades habitacionais repousa sobre a ambiguidade entre a concessão de novas casa em face da subtração de "prática social, pautada no valor de uso e nos costumes, o que permite com que a festa, a reunião, a apropriação da rua ou da praça aconteçam de acordo com as possibilidades de emprego e de tempo" (ARAÚJO, 2012, p. 135). O direito de morar é intrínseco ao direito de viver. Todo e qualquer ser humano carece de um abrigo para sobreviver.

Apesar de todo ser humano necessitar além de uma moradia digna, de uma gama de serviços e infraestruturas urbanas essenciais para propiciar a efetivação desse acesso. A questão do direito à moradia e a oportunidade de possuir uma habitação se apresentam como primordiais para o estudo, uma vez que se manifestam em processo dialético diferentes possibilidades de acesso desiguais, porquanto a própria produção do espaço urbano estabelece estereótipos responsáveis pela produção da desigualdade, que, por sua vez, apresenta-se de forma sócioespacial. Nessa ordem, tem-se então, a exclusão, ou então a inclusão perversa de classes no sistema capitalista.

Cabe abordar aqui, que o crescimento de investimentos do capital imobiliário atrelados à manipulação do mercado de terras tem estimulado o surgimento de notórias mudanças sócioespaciais. Sendo a principal delas a segregação sócio-espacial, a qual surge como resultado da disputa pelo solo urbano, envolvendo vários segmentos da sociedade, regido pelo mercado, sendo este o mediador fundamental das relações capitalistas, influenciando diretamente na escolha e condições de vida da população em geral (CARLOS, 2008). Destarte, a classe dominante "segrega os grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente atua através do Estado" (CORRÊA, 2004, p. 64).

Cumprir destacar que, a segregação sócio-espacial atua na estruturação intraurbana concedendo o controle da produção do espaço urbano aos grupos dominantes,

concomitantemente também assegura as possibilidades da reprodução da dominação. Dentre os agentes produtores do espaço urbano, os quais atuam na produção desta conjuntura de poder, destaca-se o Estado e as suas intervenções por meio da localização dos investimentos públicos (SUGAI, 2002). Em consonância com Corrêa (2004, p. 65) o qual assevera que:

Segregação significa diferencial de renda — proximidade às facilidades de vida urbana, como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais etc., e ausência de proximidade aos custos da cidade, como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infraestrutura etc. Se já há diferença de renda monetária, a localização residencial pode implicar diferença ainda maior no que diz respeito à renda real (CORRÊA, 2004, p. 65).

Corroborando com a ideia do autor, Lojkine (1997) nos auxilia pontuando que a segregação sócio-espacial tradicional, presente em boa parte das cidades brasileiras, se estabelece por conta da oposição entre centro e periferia, sendo que, as classes com maior potencial aquisitivo se instalam próximo ao centro, ao passo que, e os desfavorecidos economicamente habitam às margens da cidade. Cabe abordar aqui, o modo como é notável que “o primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada é longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos” (VILLAÇA, 2017, p. 143).

Alinhado com o pensamento destes autores, é útil refletir acerca do fato de que a demanda por melhores localizações no espaço intra-urbano, ocorre de modo multifacetado. Enquanto um determinado grupo se auto-segrega (cite-se a autossegregação em condomínios fechados), conseqüentemente segrega a outra parcela da população que ficou excluída deste processo supracitado e, geralmente essas áreas segregadas são discriminadas como sendo o lugar dos segregados, excluídos, dos marginalizados, dos rechaçados e proletários.

De uma maneira geral, os investimentos públicos especialmente em infraestrutura se concentram, majoritariamente, em localidades habitadas pela população de renda mais alta. Isso contribui para que seja produzida cada vez mais cidades desigualmente estruturadas, fomentando os problemas habitacionais e de mobilidade urbana, porquanto, valorizando com infraestrutura as regiões tidas como "nobres", aumenta-se demasiadamente o custo da terra e impossibilitando o acesso desta pela população menos favorecida.

Neste prisma, ocorre que na maioria dos casos a população necessita se deslocar do centro para a periferia em busca de realizar o sonho da casa própria. A busca por melhores condições de moradia ou até mesmo por intermédio da ação estatal, na realocação de pessoas de áreas centrais para áreas periféricas. Segundo Rodrigues (2017, p. 22) “os que mais precisam usufruir de ‘cidade com serviços e equipamentos públicos’ — aqueles que têm baixos salários — compram lotes/casas em áreas distantes, onde o preço é mais baixo”. É neste sentido que Maricato (2017) afirmar que:

O mercado imobiliário controla os investimentos públicos urbanos que são o fator mais importante de valorização imobiliária. Isso justifica e explica a sofisticação dos *lobbies* existentes sobre a orientação dos investimentos públicos no processo de urbanização. Essa cidade legal concentra também a maior parte dos investimentos públicos já que ela se faz à imagem e semelhança das congêneres do Primeiro Mundo. (MARICATO, 2017, p. 43).

O fato de privilegiar algumas áreas de terra em detrimento de outras e, as ações estatais intervencionistas do Estado definem ainda mais as discrepâncias das localizações, promovendo o aumento do valor do solo urbano que receba investimentos. De acordo com Maricato (2017, p. 134), “eles alimentam o imobiliário restrito e especulativo ao invés de ampliar as oportunidades de localizações, condição, dentre outras, para a democratização do acesso à cidade”, restringindo o acesso da maior parte dos habitantes às áreas mais valorizadas do espaço.

Aos excluídos deste mercado imobiliário, capitalista, extremamente especulativo, não restam muitas alternativas. Essa segregação sócio-espacial tem estimulado a informalidade, fazendo com que muitos pais e mães de famílias optem por ocupar áreas periféricas, quase esquecidas dos investimentos e do olhar do poder público e, em grande medida composta por ocupação irregular, portanto, de baixo valor. Carlos (2007), pontua que as habitações mais precárias, normalmente, localizam-se em áreas de terra mais baratas, afastadas dos centros em áreas com insuficiência ou ainda inexistência de infraestruturas, em muitos casos, implantadas em áreas industriais, vales, áreas alagadiças ou às margens de rios e córregos, ou ainda, em morros, em razão especialmente do valor do metro quadrado do terreno.

Portanto, tem-se que, a produção capitalista do espaço urbano está intrinsecamente ligada à perpetuação de desigualdades sócio-espaciais. A gentrificação é um exemplo proeminente desse processo, em que áreas urbanas são revitalizadas, muitas vezes expulsando comunidades de baixa renda em favor de empreendimentos imobiliários

voltados para a classe alta. O resultado é uma fragmentação espacial que reflete as divisões de classe existentes na sociedade, desse modo, o espaço urbano se torna o *locus* para o qual se converge a disputa pela sua apropriação (HARVEY, 1985).

O espaço urbano, segundo Harvey (1985), é submetido a uma temporalidade específica do capitalismo. A especulação imobiliária é um exemplo claro dessa temporalidade, onde o valor do espaço é determinado pelas dinâmicas do mercado. Espaços urbanos tornam-se mercadorias sujeitas a processos de compra, venda e valorização, muitas vezes desconectando o valor de uso do valor de troca. Assim, a cidade perde completamente a essência de sua existência, como local de convívio e interação social, passando a configurar apenas como objeto estruturante, frio e sem vida.

Porquanto, a análise da produção capitalista do espaço urbano oferece uma lente crítica que nos permite compreender as forças subjacentes que moldam as cidades. Especialmente por permitir uma visão holística capaz de vislumbrar as implicações sociais, econômicas e culturais desse fenômeno, abre-se espaço para reflexão e ação, buscando alternativas que promovam cidades mais justas e inclusivas, minimizando as incidências de segregação sócio-espacial.

Uma segregação sócio-espacial reflete e, por sua vez, intensifica as desigualdades sociais. Bairros mais abastados geralmente têm acesso a serviços públicos de qualidade, infraestrutura urbana adequada e oportunidades de emprego, enquanto áreas mais pobres enfrentam carências nessas áreas. Essa divisão cria um ciclo de privilégios e privações que afeta diretamente a vida diária dos habitantes. A segregação socioespacial é um desafio persistente que exige uma abordagem abrangente e comprometida. Ao reconhecer e enfrentar as causas subjacentes, as cidades podem progredir em direção a uma coexistência mais equitativa e harmoniosa, onde todos os cidadãos tenham acesso igualitário a oportunidades e qualidade de vida.

3. A CIDADE (IN)VISÍVEL DE ARAGUAÍNA NA AMAZÔNIA LEGAL

A cidade de Araguaína fica localizada ao norte do Estado de Tocantins na Amazônia Brasileira, caracterizada como cidade média conforme os critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), que atribui tal classificação àquelas que possuem entre 100 e 500 mil habitantes. No entanto, neste trabalho, não nos filiamos a uma abordagem focada no território e na densidade

demográfica, mas em outras características capazes de identificar como cidade média como pontua Lima (2017, p. 15), segundo ele:

Cidades, independente de seus tamanhos, mas dotadas de capacidades produtivas, com funcionalidades diversas e inseridas dentro dos diferentes circuitos de investimentos capitais, responsáveis por processos de integração e desenvolvimento regional (LIMA, 2017, p. 15).

Partindo desse conceito, se torna possível definir cidade média adotando critérios que diferem dos indicadores populacionais, apenas. Embora não haja um consenso acerca das ainda imprecisas definições conceituais a respeito do que se entende, como cidades médias. Lima (2017, p. 3) propõe “uma alternativa denominal e conceitual para o agrupamento de cidades, qualificadas como médias [...] de fortes representações e expressividades, marcadamente regionais”. Desse modo, a cidade de Araguaína por conta do protagonismo que exerce na região, atualmente está classificada como Capital Regional C no REGIC 2018 (IBGE, 2020), estando circunscrita ao mercado global de *commodities*.

A invisibilidade de grupos vulneráveis, em grande medida, deve-se ao fato de coexistir muitas cidades dentro de uma mesma cidade; contém muitas vidas na cidade, muitos olhares, muitas falas, muitos saberes produzidos na cidade, muita gente diferente fazendo a cidade pulsar, uma cidade viva. Como organismo vivo possui uma estrutura física material relacionada à paisagem, mas está repleta, também, de subjetividade, construída historicamente de modo coletivo e individual. A subjetividade compõe a parte invisível das cidades; a esse respeito Suely Rolnik (1993, p. 241) assevera que:

à medida em que fui mergulhando na memória para buscar os fatos e reconstituir sua cronologia, me vi adentrando numa outra espécie de memória, uma memória do invisível feita não de fatos, mas de algo que acabei chamando de ‘marcas’” (ROLNIK, 1993, p. 241).

Conforme a autora, as marcas representam a evidência de que, paralelo aos acontecimentos que ganham destaque, ocorrem eventos nos territórios existenciais que produzem sentidos outros, um espaço de cidade imaterial, envolvendo parte da população que passam praticamente despercebidos. Desse modo, o estabelecimento de uma sociedade democrática e participativa se torna, para algumas pessoas, uma utopia, uma vez que “As cidades são imensas máquinas [...] produtoras de subjetividade individual e coletiva” (GUATTARI, 1992, p.152). Nessa mesma dinâmica, o autor sustenta ainda que.

O que conta, com as cidades de hoje, é menos os seus aspectos de infraestrutura, de comunicação e de serviço do que o fato de engendramos, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos em que se queira considerá-las (GUATTARI, 1992, p.152).

A tensão existente na sociedade, estimulada pelo capitalismo, classifica, exclui e invisibiliza muitos grupos sociais: “A questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos” (HARVEY, 2014, p. 28), destaca o autor a importância das relações sociais. “O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p. 28). Conforme o autor, a valorização das relações sociais pode contribuir de modo significativo para a consecução de uma sociedade mais tolerante, equânime e inclusiva.

A cidade em dado momento se torna um verdadeiro campo de batalhas, palco onde se apresenta um complexo paradoxo, entre as classes sociais vulneráveis e o exercício do poder pelas classes dominantes. A influência da elite, alinhada com o poder soberano estatal, com vistas à consolidação e a manutenção do sistema capitalista, se impõe conforme pontua Harvey (2004, p. 23). Nas palavras do autor, as relações se estabelecem a partir da:

A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político. (HARVEY, 2004, p.23).

Nesta perspectiva, sobre desenvolvimento geográfico desigual, o teórico se fundamenta nas teorizações de Marx, sobre a acumulação do capital e na luta de classes. O autor expõe a dinâmica capitalista como um evento geográfico, capaz de propiciar a invisibilidade e sujeição de grupos sociais marginalizados, excluídos e perseguidos.

Por conseguinte, a invisibilidade imposta pelo poder soberano, pode ocorrer de modo individual e coletivo. Em uma cidade do porte de Araguaína, estima-se que o contingente invisibilizado pode alcançar altas cifras. Cabe destacar que em grande medida, existe um agravante que deve ser considerado, em relação aos grupos sociais que são levados para fora do político, eles tendem a conviver cotidianamente com a violência intrafamiliar. A vulnerabilidade social dificulta os relacionamentos interpessoais, a sensação de impotência diante da precariedade das condições de vida, cria uma atmosfera

de instabilidade na qual os ânimos permanecem constantemente exaltados, diante disso, se torna corriqueiro agressões verbais, físicas e psicológicas (COELHO; SILVA; LINDNER, 2014). Diante dessa realidade muitas mulheres, crianças, adolescentes e idosos se tornam vítimas de violência intrafamiliar, compondo os enquadramentos colocados pelo Estado, uma vez que, são caracterizados pelo soberano como improdutivos.

3.1 Araguaína e a Pujança do Crescimento Econômico Versus a Vulnerabilidade de Crianças e Adolescentes

A pujança de Araguaína está relacionada a vários indicadores, a exemplo disso, podem ser destacados fatores ligados à economia, estruturada a partir do agronegócio, sobretudo, o cultivo de soja e à pecuária de corte, à prestação de serviço nas áreas de educação e de saúde e a exportação de *commodities* (PACÍFICO *et al*, 2020). Sua posição geográfica privilegiada é, também, dinamizada por eixos viários como a Ferrovia Norte-sul, Rodovia Belém – Brasília e a Rodovia TO 222, formando um cruzamento de rodovias que ligam o Estado do Tocantins ao Pará e ao Maranhão.

Desse modo, a cidade de Araguaína encontra-se na rota dos fluxos mercadológicos entre os estados vizinhos, “pelas fortes centralidades que aí se materializam por meio de fluxos, a ponto de contribuírem significativamente para o ordenamento do espaço regional em que se inserem” (TRINDADE JÚNIOR, 2009, p. 04). A cidade de Araguaína é referência para muitas cidades menores situadas no seu entorno, as quais dependem do comércio araguainense, para aquisição de insumos agrícolas, gêneros alimentícios, máquinas e implementos (PACÍFICO *et al*, 2020).

O comércio automobilístico, também, representa uma singularidade na economia da cidade, visto que várias montadoras multinacionais possuem estande de vendas em Araguaína, sendo que em uma única avenida estão presentes as imponentes lojas: da sul-coreana *Hyundai Engineering and Construction Company*; a americana *Ford Motor Company*; a alemã *Volkswagen* e a japonesa *Toyota*, evidenciando que as relações comerciais extrapolam as fronteiras do país, estabelecendo vínculos comerciais com outros continentes.

O agronegócio presente no município de Araguaína, representa uma contribuição significativa para a estruturação da economia do Estado. De acordo com levantamento feito pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2020 foi produzido no

município de Araguaína: 228.000 frutos de abacaxi; 202 toneladas de cana-de-açúcar; 1.058 toneladas de mandioca; 2.794 toneladas de milho; 15.915 toneladas de soja e uma produção agropecuária na monta de 251.429 cabeças de gado no município. Cabe destacar que o município possui uma grande produção de: caprino; de suíno; de ovino; de galináceo e de mel. Esses dados evidenciam o porquê de Araguaína receber o título de capital econômica do Estado (IBGE, 2020).

Outra modalidade que coloca a cidade de Araguaína em uma posição de destaque no *ranking* do desenvolvimento estadual e nacional é a educação, a cidade pode ser considerada como uma cidade universitária. Em sua unidade federativa encontram-se instaladas quatorze instituições de ensino superior, sendo doze privadas e duas públicas, quais sejam: Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC); Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT); Faculdade Católica Dom Orione (FACDO); Centro Universitário Anhanguera; Universidade Norte do Paraná (UNOPAR); Centro Universitário Internacional (UNINTER); Faculdade Educacional da Lapa (FAEL); Universidade Paulista (UNIP); Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN); Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL); Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) e Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), essa gama de oportunidade atrai pessoas tanto do Estado do Tocantins como dos Estados vizinhos, fomentando a economia, a cultura e o desenvolvimento.

Além do comércio e da educação, os serviços de saúde, também, atraem muitas pessoas que se deslocam das cidades vizinhas e de outros Estados em busca de tratamento. Isso ocorre desde que Araguaína se tornou sede regional de saúde. A regionalização da saúde, estabelecido sob princípios que orientam a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), definidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 8080/90, e constitui um dos seus eixos estruturantes.

A Regionalização da Saúde é ainda entendida como um “processo de organização das ações e serviços de saúde numa determinada região, visando à universalidade do acesso, a equidade, a integralidade e resolutividade” (BRASIL, 1988). Araguaína conta, ainda, com uma extensa rede de farmácias, de clínicas oftalmológicas, de laboratórios de análise e dois hospitais, sendo que um deles o Hospital Regional oferece atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), ao passo que outro Hospital e Maternidade Dom Orione atende tanto pelo SUS quanto na modalidade particular. Esse setor propicia à cidade de Araguaína um relevante destaque, tornando-a referência no norte do Estado. “A centralidade urbana pode, então, ser trabalhada cada vez mais por

meio da articulação entre suas duas escalas de expressão: a do espaço interno da cidade e a da expressão de suas relações com outros espaços” (SPÓSITO, 1998, p. 35), cumpre destacar que essa proeminência se deve não apenas pelas estruturas físicas, mas, também, pela alta qualidade dos profissionais que atuam nessa área.

A cidade de Araguaína protagoniza um paradoxo, o qual pretendemos nos debruçar neste trabalho. Ela se encontra em posição privilegiada no *ranking* das cidades que mais crescem no país, como pontua Pacífico *et al* (2020, p. 1493) houve um crescimento de 76,8%, muito acima dos 13,6% de crescimento nacional, seu potencial econômico tem atraído muitos investidores, sendo que alguns vieram de outros continentes.

O discurso construído no *marketing* que circula nas mídias digitais é: “Araguaína capital econômica do Estado⁷”; “Araguaína capital do boi gordo⁸” e “Araguaína a cidade que não para⁹” os dados apresentados mostram que de fato isso procede, são informações verdadeiras, no entanto, existe uma Araguaína que não é mostrada. Um município que possui mais cabeças de gado que habitantes, tem pessoas passando fome, a cidade que está presente, com suas *commodities* no mercado internacional está ausente na mesa de muitos cidadãos. “Tal crescimento e atratividade econômica muitas vezes ocorre em detrimento de desenvolvimento regional e socialmente homogêneo para suas populações” (PACÍFICO *et al*, 2020), fato evidenciado através do percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo é de 34,4 %. Isso posto, face a um PIB municipal per capita de R\$ 26.101,59 (IBGE, 2019).

A cidade que oferece apoio técnico e incentivos fiscais a grupos empresariais nacionais e internacionais, torna invisível grupos sociais que se encontram fora da linha de produção do capital. Existe uma cidade de Araguaína que se encontra aquém do discurso midiático, cuidadosamente construído com o propósito de atrair os olhares, de aguçar os desejos e de estimular o crescimento econômico, uma cidade que não usufrui

⁷ Título criado a partir da publicação de uma pesquisa realizada na década de 70, no jornal Tribuna da Amazônia a qual apresentou pela primeira vez o título de “Capital Econômica do Norte de Goiás”. Com a criação do Estado do Tocantins em 1990, passou-se a adotar “Capital Econômica do Estado”. Disponível em < <https://afnoticias.com.br/cidades/araguaina-a-capital-economica-do-estado-e-a-historia-da-imprensa-no-tocantins>>Acesso em 15/06/2022.

⁸ Título criando oficialmente a partir da promulgação da Lei nº 2.060, de 17 de junho de 2009. Publicado no Diário Oficial nº2.914, pelo então Governador do Estado Marcelo De Carvalho Miranda.

⁹ Título apresentado como slogan da administração do prefeito Wagner Rodrigues Barros gestão. 2021-2024. Divulgado no site oficial da Prefeitura de Araguaína. Disponível em < <https://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=not¬=noticias&id=4358>>Acesso em 15/06/2022.

das vantagens do crescimento econômico, a qual passaremos a denominamos como “cidade invisível”.

A invisibilidade de uma parte significativa da cidade, composta por vários grupos sociais os quais se encontram à margem da sociedade, está intimamente ligada à segregação sócio-espacial. Villaça (2001, p. 142) afirma que “a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairro da metrópole”. O vertiginoso crescimento econômico produz esse efeito colateral, a divisão de classes, fomentando as desigualdades sociais resultando em segregação sócio-espacial, tolhendo o direito à cidade (HARVEY,1985).

Esse processo geralmente é agravado pela interferência dos agentes que compõem a produção do espaço urbano (o estado, os agentes imobiliários, os movimentos sociais, entre outros), a separação das classes sociais ressignificam diferentes lugares, demarcados pelo uso distinto. Desse modo, as contradições no processo de produção das cidades e as diferenças espaciais que se reproduzem em uma sociedade dividida em classes, se materializam no espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido (HARVEY,1989).

Assim, pode-se dizer que a segregação sócio-espacial na cidade expressa geograficamente as desigualdades sociais. À vista disso, Harvey (1980) reforça que esses processos que provocam mudanças espaciais na cidade e para que a distribuição de renda se efetive se faz necessário um equilíbrio entre a moradia e a distribuição de empregos, de serviços e bens. Para Carlos (2007), a segregação se apoia na existência da propriedade privada, refletindo diretamente nas diferentes práticas sócio-espaciais dos cidadãos no espaço. Na visão apresentada pela autora, o processo de segregação altera a relação das pessoas com a cidade, fragmentando os espaços públicos, onde a convivência pode acontecer de forma mais coletiva e justa.

Na cidade de Araguaína, os principais espaços de lazer e entretenimento encontram-se inacessíveis à população dos bairros periféricos. Isso se torna evidente não apenas pela divisão do espaço, mas, também pelo acesso ao transporte público o qual não circula na região central da cidade, onde está localizada a praça das Nações. Muito menos os outros dois locais de maior relevância quais sejam: Parque Cimba, onde pode ser realizado a prática de exercícios físicos e esportes como caminhada, ciclismo, atletismo, *skate*, patins e lazer, pois o parque oferece muitas opções com amplos espaços arborizados; a Via Lago do mesmo modo, oferece a possibilidade de praticar exercícios,

esportes e excelente caminhabilidade. Sendo assim, pode-se afirmar que essa é uma dimensão relevante na qual a segregação sócio-espacial afeta o cotidiano.

Portanto, a segregação sócio-espacial apresenta-se como a negação do urbano, como um direito ao seu uso no sentido pleno. A imposição desta condição autoriza muitos grupos sociais a viverem de modo invisível, uma vez que, morar nesses lugares, consiste em estar afastado não só do ponto de vista da localização, mas, sobretudo, das oportunidades (de lazer, segurança, transporte) que a cidade tem a oferecer. Essa invisibilidade que se impõem representa também, estar sujeito a todos os malefícios que a cidade pode proporcionar, embora não seja característica apenas desses bairros, mas que neles se materializam com mais intensidade, pelas desigualdades sócio-espaciais ali existentes.

3. 2 Olhares sobre a violência e o espaço urbano das vítimas de violência intrafamiliar

A violência intrafamiliar projeta sua sombra sombria nos recantos urbanos, afetando não apenas o espaço doméstico, mas também se infiltrando nas ruas e praças das cidades. A interseção entre a violência e o ambiente urbano lança luz sobre as múltiplas dimensões desse problema, desde as cicatrizes físicas até as nuances invisíveis que permeiam a experiência das vítimas. Lefebvre (2005), em sua abordagem da produção do espaço, oferece *insights* valiosos para entender como a violência e o espaço urbano estão entrelaçados, moldando e sendo moldados por relações sociais e poder.

O autor argumenta que o espaço não é apenas uma moldura neutra, mas um produto social ativo. A violência intrafamiliar, ao se manifestar no âmbito doméstico, é também, um reflexo das dinâmicas sociais hierárquicas mais amplas que permeiam o espaço urbano. O ambiente construído reflete e reproduz as relações de poder, influenciando a experiência das vítimas tanto dentro como fora de casa. Assim, podemos compreender o espaço urbano como produto e produtor de subjetividades. Ao reconhecer a violência intrafamiliar como um fenômeno que deixa sua marca no tecido urbano, podemos direcionar nossos esforços não apenas para o apoio às vítimas, mas também para a transformação dos espaços que elas habitam.

Assim, o ordenamento urbano e o direito à cidade são elementos fundamentais para compreender uma grama de problemas sócio-espaciais. A exemplo disso, no Brasil, no final da década de 80, com a instauração do Congresso Constituinte, agregaram-se

movimentos em prol da defesa de princípios e direitos fundamentais como educação, saúde, reforma agrária, ambiente saudável, água potável, energia elétrica, reforma urbana entre outros. Na esteira dos movimentos populares urbanos, muitas lideranças de movimentos sociais, arquitetos, geógrafos, engenheiros elaboraram a Emenda Constitucional e da cidade pela Reforma Urbana.

Alguns pressupostos da Emenda pela Reforma Urbana emanam da Constituição Brasileira, como a função social da propriedade e da cidade. Contudo, a função social da propriedade e da cidade foi procrastinada com a exigência de que a função social da cidade e da propriedade deveria constar do Plano Diretor obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes. À vista disso, a aplicação da função social da cidade e da propriedade passa a ser obrigatória com a promulgação da Lei 10.257/01 (Estatuto da Cidade) que segue as normas constitucionais e reafirma a aplicabilidade de seus instrumentos no Plano Diretor. Desse modo, as normas são resguardadas com a definição de que o executivo municipal é o responsável pela elaboração do Plano Diretor, pelo planejamento territorial.

Como resultado disso, vários municípios elaboraram planos diretores tentando contemplar princípios para o exercício da função social da cidade e da propriedade e participação social. Cumpre destacar que a função social da cidade e da propriedade se refere, fundamentalmente, à apropriação e uso da terra urbana. A função social da cidade, como expressa no Estatuto da Cidade, reconhece apenas os direitos de ocupação, como o usucapião individual e coletivo, supostamente tenta impor limites à especulação imobiliária com alguns instrumentos e reafirma a propriedade da terra em outros (RODRIGUES, 2005). A função social da cidade e da propriedade não se confunde com a utopia do direito à cidade, mas representa um elemento constitutivo para a construção coletiva do direito à cidade.

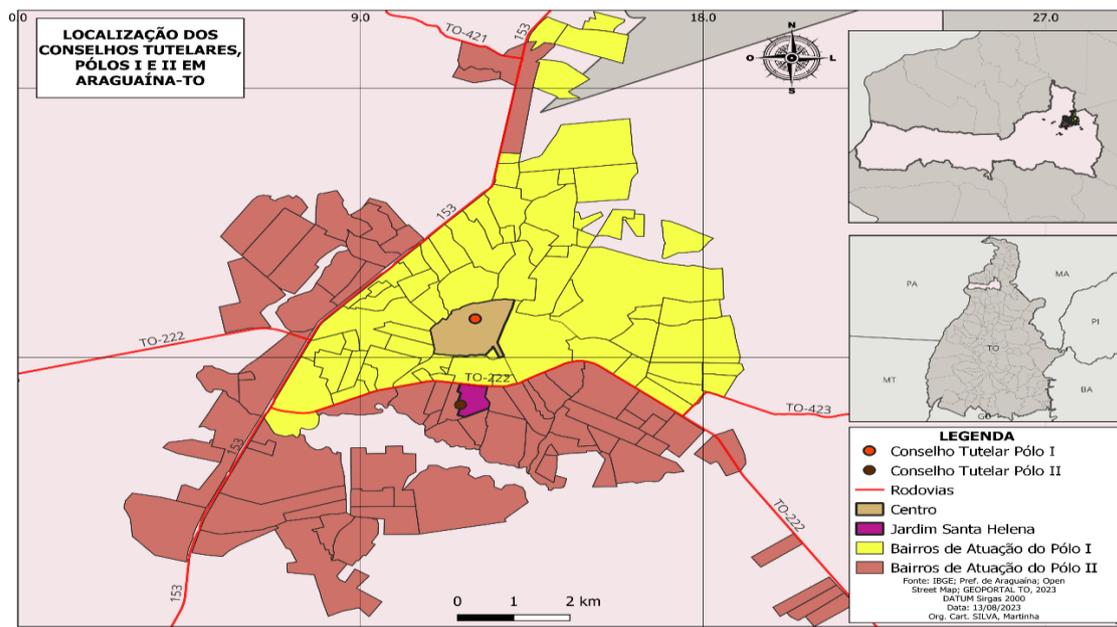
No Livro *Utopia*, escrito em 1518, Tomas Morus adverte, que “enquanto o direito de propriedade for o fundamental do edifício social, a classe mais numerosa e mais estimável só terá, para partilhar, miséria tormentos e desespero” (MORUS 1998, p. 63). Séculos depois, a propriedade segue seu curso, agora sob a forma abstrata (isto é, privada), dominando e diferenciando os indivíduos. Nessa perspectiva, se observa que os latifundiários além de agentes produtores do espaço urbano atuam, também na retenção da terra, buscando o aumento no preço dos imóveis, o que acaba gerando "uma ocupação da cidade com uma aparência de caos. Grandes espaços vazios numa cidade que se espria pelas periferias. Terra vazia e homens sem-terra, coexistindo no mesmo espaço e tempo

(RODRIGUES, 2017). Esse paradoxo alimenta e sustenta o sistema capitalista, empurrando vários grupos sociais para as bordas da cidade obrigando-os a viverem em condições precárias.

Nesse contexto, Gonçalves (1984) contribui quando discorre sobre o conjunto dessas dificuldades de acesso aos bens e serviços de uso coletivo, necessários à vida urbana. Assim, é possível notar que esses bens e serviços coletivos só estão disponíveis exatamente nos lugares onde moram as pessoas que têm condições de pagar por eles porquanto, os investimentos nas áreas nobres da cidade são exponencialmente maiores do que os que são aplicados nas regiões periféricas fazendo com que a cidade exista de modo ambivalente, como se existissem duas, uma parte onde moram os que podem pagar, por isso dispõem desses serviços, e outra parte onde estão os que não podem pagar e por isso dispõem desses serviços de modo precário ou não os tem. Desse modo, ocorre uma segregação sócio-espacial de boa parte da população.

A cidade de Araguaína, *lócus* da pesquisa, também apresenta essa característica, de segregação e exclusão de parte da população, pela dificuldade em acessar vários equipamentos públicos. Isso pode ser evidenciado, por exemplo, em relação aos serviços de proteção às crianças e adolescentes, uma vez que, os dois polos do Conselho Tutelar, que atuam na cidade, estão localizados na parte central da cidade. É de referir que, isso pode dificultar sobremaneira o acesso das pessoas que residem nos bairros mais afastados de acessarem esse serviço público, como é o caso dos setores Costa Esmeralda e Lagoa Azul, os quais apresentaram os maiores índices de ocorrência de casos de violações dos direitos das crianças e adolescentes na cidade. O mapa 1 nos permite visualizar a localização dos conselhos, em relação aos demais bairros e, sobretudo, o centro da cidade.

Mapa 1 - Localização dos Conselhos Tutelares Polos I e II em Araguaína/TO



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O mapa nos ajuda a compreender que, os limites adotados, para divisão das áreas de atuação dos Conselhos Tutelares em Araguaína, foram as rodovias TO 222 e a BR 153. As rodovias cursam a cidade nos sentidos norte e sul TO 222 e leste oeste BR 153, sendo assim, os bairros que compõem a cidade ficaram geograficamente divididos. Embora o local onde são disponibilizados os serviços de atendimento institucional, de proteção às crianças e adolescentes vítimas de violência, de certo modo não são acessíveis àqueles que deles precisam. Isso porque, o transporte público é ofertado de modo precário, os locais onde se encontram não possuem linha de transporte coletivo, por exemplo, sendo assim, a vítima que em grande medida não possui clareza a respeito dos seus direitos, não têm acesso aos meios de comunicação são invisibilizadas pelo afastamento para a periferia da cidade (CALVINO, 2005).

Portanto, desta maneira, refletimos buscando de alguma forma, mesmo que precárias e provisórias, para os pensamentos e estudos acerca do estar na cidade visível e também, na cidade invisível. São ponderações no sentido de superar a cidade como mercadoria apenas, como especulação, como geradora de renda e lucro, como algo dado anteriormente e distante do sujeito. Pelo contrário, pensar a cidade a partir das relações sócio-espaciais que aí se estabelecem, tanto na esfera pública quanto no seio familiar, uma vez que, ações violentas e vulnerabilidade se apresenta como uma mistura homogenea, fomentada pela segregação e exclusão de comunidades marginalizadas. E

assim, moldar a forma de viver e de pensar e usufruir do direito à cidade (LEFÈBVRE, 1968).

Ao contemplarmos a violência intrafamiliar no contexto urbano, somos incentivados a considerar não apenas os aspectos individuais da violência, mas também sua influência na produção do espaço. A reconstrução espacial, em conjunto com uma mudança econômica, social e cultural, torna-se um caminho crucial para criar cidades onde as vítimas não apenas sobrevivem, mas também encontram espaços de cura e reconstrução de suas vidas.

4. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada resguardando os princípios inerentes a ética, assim obteve-se a aquiescência do comitê de ética, sob o protocolo nº 087078/2022, uma vez que, se optou pela pesquisa com seres humanos. A pesquisa utilizou-se da modalidade quali-quantitativa e tal opção pela modalidade de pesquisa se justifica teoricamente, uma vez que a categoria quali-quantitativa “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)” (KNECHTEL, 2014, p. 106). Foi adotada para uma primeira etapa, a pesquisa documental como técnica de pesquisa, visto que se constitui em um tipo que utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente, assim, possibilita autenticidade e atualidade, em relação ao objeto de estudo (GIL, 2002).

Após o levantamento documental, realizado por meio do acesso aos bancos de dados do Conselho Tutelar, deu-se início a etapa seguinte da pesquisa a qual está relacionada ao estudo de dois casos de violência intrafamiliar (Yin, 2011). Para assegurar os princípios de replicabilidade e confiabilidade na condução de estudos qualitativos, foram realizadas entrevistas semiestruturada (roteiro em anexo), concebidas a partir do entendimento de Manzini (1990, p. 154), o qual pontua que “a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”.

Conforme o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e, as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas, parecido com uma conversa, por vezes até informal, sem ser planejada com antecedência.

Desse modo “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). Além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações, uma vez que esse método propicia ao entrevistado mais espontaneidade para constatações.

Posterior a isso, foi realizada a análise dos dados, porquanto essa etapa possibilita a transformação de dados numéricos e/ou dados qualitativos soltos em material compilado e organizado, os quais podem apresentar possíveis soluções para o problema de pesquisa. O material da entrevista foi analisado na esteira da análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

4.1 Coleta de dados

Nesta pesquisa, foi adotado o método quanti-qualitativo. A apropriação dessa técnica, se deve ao fato de que, foram acessados os bancos de dados do Conselho Tutelar (CT), polos I e II. Uma vez que, o CT é um órgão público municipal, de caráter autônomo e permanente, cuja principal função é fiscalizar e fazer cumprir os direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), realizando atendimento e encaminhamento dos casos de violações denunciadas, compreendemos que esse material traz substancial luz às violações contra esse público. A orientação pela pesquisa documental se justifica em virtude da possibilidade de acessar documentos oficiais dos Conselhos Tutelares e relatórios do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes (CMDCA). Vale ressaltar que as informações fornecidas pelas instituições, asseguram um elevado grau de confiabilidade, propiciando autenticidade à pesquisa, pelo simples fato de os dados se encontrarem de forma obtusa, não sofrendo nenhum tipo de influência (GIL, 2002).

Os Conselheiros (cidadãos/profissionais da comunidade) exercem mandato de quatro anos e são responsáveis pelos comunicados dos casos suspeitos ou confirmados de violações, deliberando as medidas de proteção necessárias ou solicitando serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança, também encaminhando, quando necessário as vítimas e famílias ao Ministério Público. O banco de dados de tais ocorrências foi trabalhado numericamente, a partir da estatística descritiva, tomando como recorte temporal o ano de 2020.

Ao passo que, o estudo dos dois casos de violência intrafamiliar foi realizado com a participação de duas mulheres, cuja trajetória de vida foi atravessada pela ocorrência de episódios de violência no seio familiar, resguardando-se, desse modo, a integridade física, psicológica e moral das vítimas. As mulheres entrevistadas são as responsáveis legais pelas crianças e adolescentes vítimas de violência, preservando-se a identidade de ambas participantes e, para tanto, foi adotado os nomes fictícios de Gemma¹⁰ e Opala¹¹, a escolha dos nomes deu-se em função dos seus respectivos significados. Portanto, trata-se de uma amostra constituída por conveniência e não probabilística. De acordo com Sim, Saunders, Waterfield e Kingston (2018), em estudos qualitativos o número de participantes pode ser pequeno, desde que os dados sejam suficientes para responder à questão de pesquisa e atingir o objetivo proposto. As entrevistas foram registradas com gravador de áudio, através de equipamento digital (*Smartphone*), sendo transcritas e analisadas posteriormente. O quadro 1 auxiliará na visualização da coleta e tratamento dos dados.

Quadro 2 - Tratamento e análise dos dados

Da análise e dos focos da pesquisa	Técnica de Coleta	Técnica de Tabulação	Técnica de Análise	Categorias a serem analisadas
Quantitativa: Município de Araguaína TO Violência intrafamiliar	Conselho Tutelar (CT) e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).	<i>Software</i> Computacional (<i>Excel, Qgis</i>) <i>Software</i> SPSS	Uso de estatística descritiva dos dados	1. Níveis de violência, 2. Gênero 3. Os bairros da cidade com maior incidência, 4. A cor da pele, 5. As intervenções empreendidas, 13 Tipologia de agressões e denúncias

¹⁰ Gemma ou "pedra preciosa", do latim, é um mineral, rocha ou material petrificado que, depois de tratado e polido, pode ser usado em joias. Fonte: disponível em <<https://www.vancleefarpels.com/br/pt/the-maison/articles/opal.html#:~:text=Com%20uma%20hist%C3%B3ria%20entremeada%20de,a%20pureza%20e%20a%20verdade>> Acesso em 02/12/2023.

¹¹ Com uma história entremeada de lendas, a opala era considerada a mais preciosa das joias da Roma Antiga. Para os beduínos, as opalas guardavam raios dentro de si, caídos do céu em tempestades. Em outras culturas, a pedra simbolizava a esperança, a pureza e a verdade. Fonte: disponível em <<https://joiasdeestilo.loja2.com.br/page/125629-O-que-sao-gemas-#:~:text=O%20termo%20E2%80%9Cpedra%20preciosa%E2%80%9D%20ou,a%20proporcionar%20um%20prazer%20duradouro>> Acesso em 02/12/2023.

Qualitativa:	1.Entrevista semiestruturada, com os responsáveis legais das crianças/adolescent es vítimas de violência	<i>Software Web QDA</i>	Análise de conteúdo	Percepção das vítimas em relação ao acesso aos equipamentos público, quais as sequelas causadas pelas agressões sofridas

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A pesquisa quantitativa representa a possibilidade de encadeamento de dados. Nesse sentido, pontuam Aliaga e Gunderson (2002, p. 20) pode-se entender a pesquisa quantitativa como a “explicação de fenômenos por meio da coleta de dados numéricos que serão analisados através de métodos matemáticos (em particular, os estatísticos)”. Nesse viés, as informações sobre os níveis de violência, os bairros da cidade com maior incidência, a escolaridade dos agressores, escolaridade das vítimas, o poder aquisitivo das famílias, a cor da pele, idade, profissão, naturalidade a reincidência das agressões e as intervenções empreendidas, constituíram o arcabouço quantitativo da violência intrafamiliar.

Os estudos estão circunscritos ao ano de 2020, a opção por esse período deu-se em função das informações disponibilizadas pelo CT. Intentou-se trabalhar também, com períodos anteriores e posteriores, contemplando um panorama antes, durante e depois da pandemia da Covid-19, no entanto, isso não foi possível, porque houve o furto de um computador de um dos polos do CT. Diante disso, os dados disponibilizados deixaram de ser representativos nos períodos anterior e posterior.

Quanto à metodologia desta pesquisa, podemos dizer que esta será de natureza básica, de caráter exploratório, com método indutivo, tendo por base as técnicas de coleta que nos demandam focar a empiria dos fatos. Do ponto de vista do método, já concebendo o processo de tabulação e de análise dos dados, cabe ressaltar que nos ancoramos no método dedutivo inferencial. No que se refere à abordagem, esta pesquisa foi de cunho quali-quantitativo. Os procedimentos metodológicos foram: levantamento de campo; consulta documental e entrevistas semiestruturadas com a técnica estudo de caso, com duas mulheres responsáveis legais por crianças e adolescentes vítimas de violência e a análise dos dados realizadas na esteira da análise de conteúdo, não perdendo de vista a acoplagem de nosso diálogo teórico na geração de categorias e, de subcategorias de análise.

Nesta pesquisa, a análise dos dados ocorreu de modo multifacetado, o material quantitativo coletado recebeu tratamento sob a ótica da estatística descritiva e inferencial. Fez-se necessário “trabalhar os dados para transformá-los em informações, para compará-los com outros resultados, ou ainda para julgar sua harmonização a alguma teoria” (BUSSAB, 2003, p.1). Montgomery (2003) pontua que: sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permite que se tenha uma visão global da variação desses valores. Desse modo, foi possível conhecer a progressão e/ou a regressão da violência intrafamiliar e suas tessituras na cidade de Araguaína e, ainda, inferir sua projeção em relação ao índice nacional e, posteriormente, representá-los por meio de gráficos, de tabelas e de imagens.

Quanto aos dados qualitativos a verificação ocorreu na esteira da Análise de Conteúdo. Para esse mote foi evocada a Bardin (1977). O propósito da utilização dessa metodologia como análise é procurar “conhecer aquilo que está por trás das palavras”, (BARDIN, 1977, p. 44). A análise de conteúdo, conforme a autora, constitui-se em um conjunto de técnicas que, se utilizando de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, objetiva não apenas compreendê-las e o que por trás delas se esconde, mas também aspectos de suas condições de produção e de recepção, a fim de se produzir inferências. A análise deu-se em várias etapas na primeira, os dados foram organizados e todo o material foi lido minuciosamente. Na segunda fase, os dados foram codificados, ou seja, divididos em temas ou palavras-chave, que semanticamente sintetizam excertos identificados nas transcrições, de acordo com as categorias adotadas. Na terceira fase, a literatura já publicada sobre os temas emergentes foi revisada, com o

objetivo de expandir as descobertas emergentes e enriquecer os temas analíticos e as categorias explicativas da pesquisa.

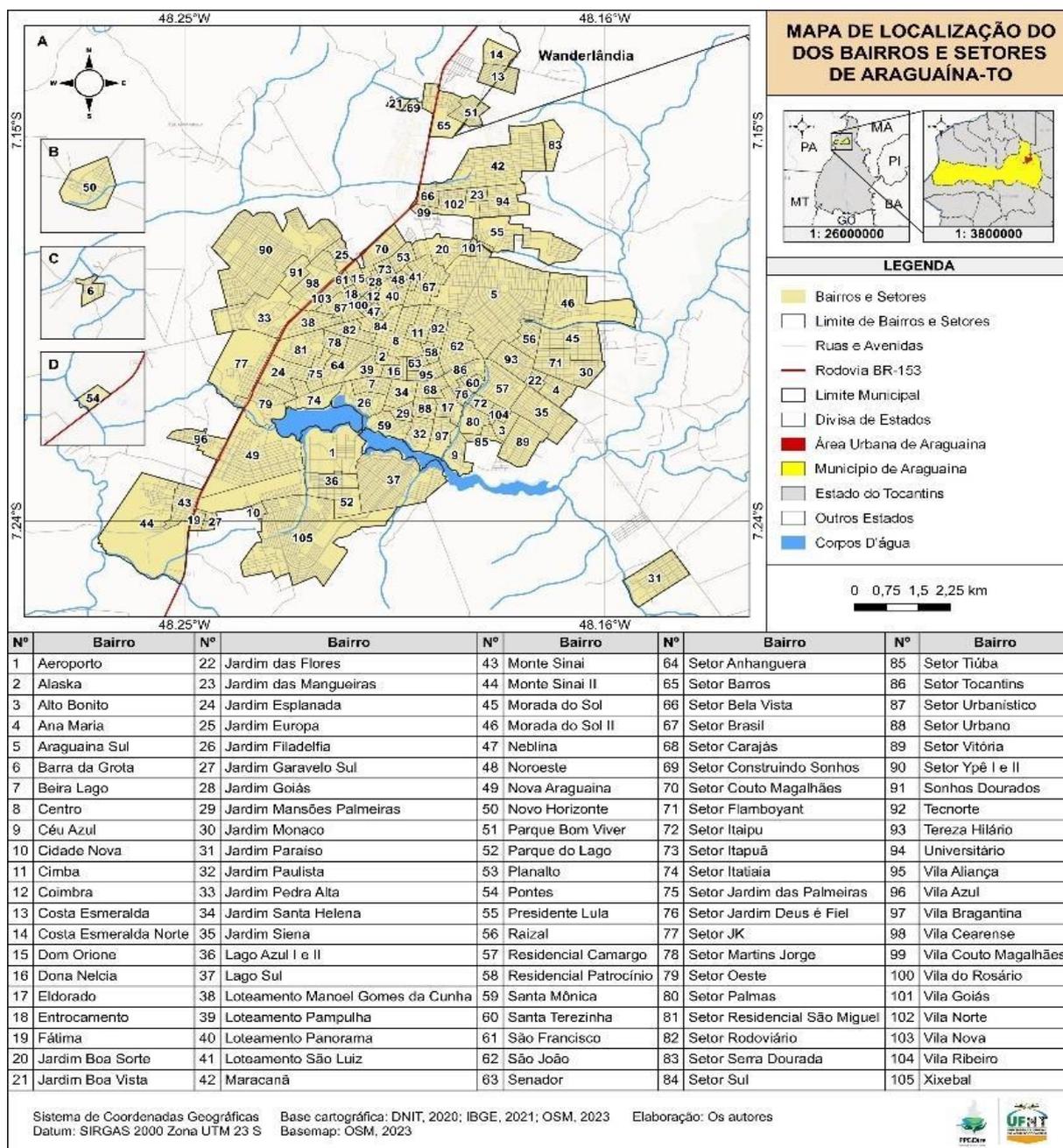
5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através do esforço empreendido, foi possível criar um panorama da situação em que se encontram as crianças e adolescentes no país, no Estado do Tocantins e, sobretudo, na cidade de Araguaína, sendo esta cidade o *locus* de pesquisa. O cenário vislumbrado pela nossa lupa científica, posta sobre a tessitura da cidade, mas especificamente sobre as crianças e adolescentes, revelou nuances ascendentes de violência e invisibilidade, perpetrada sobre o público infantojuvenil.

A cidade de Araguaína possui algumas peculiaridades em relação às demais cidades do Estado, dentre as quais pode ser destacado o seu grande potencial econômico, estruturado a partir do agronegócio, sobretudo, o cultivo de soja e à pecuária de corte, a prestação de serviço nas áreas de educação e de saúde e a exportação de *commodities* (PACÍFICO *et al*, 2020). Em segundo lugar sua posição geográfica privilegiada, contando com vários eixos viários como a Ferrovia Norte-sul, Rodovia Belém – Brasília e a Rodovia TO 222, formando um cruzamento de rodovias e ferrovia que ligam o Estado do Tocantins aos demais da Federação.

Esses fatores têm contribuído para que a cidade de Araguaína apresente um crescimento da taxa populacional acima do percentual nacional. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), Araguaína teve um crescimento populacional de 14% em doze anos enquanto o país tem apresentado uma taxa de crescimento populacional de 6,5% nesse mesmo período. Em grande medida isso se deve aos movimentos comerciais, “pelos fortes centralidades que aí se materializam por meio de deslocamentos, a ponto de contribuírem significativamente para o ordenamento do espaço regional em que se inserem” (TRINDADE JÚNIOR, 2009, p. 04). Todo esse fluxo de crescimento exige a expansão territorial da cidade, o que nem sempre ocorre de maneira ordenada e, com isso os problemas sociais, também se multiplicam. Nesse sentido, observando o mapa de Araguaína se torna perceptível sua semelhança a um mosaico, conforme pode ser visualizado no mapa 2.

Mapa 2 - Localização dos bairros e setores de Araguaína/TO

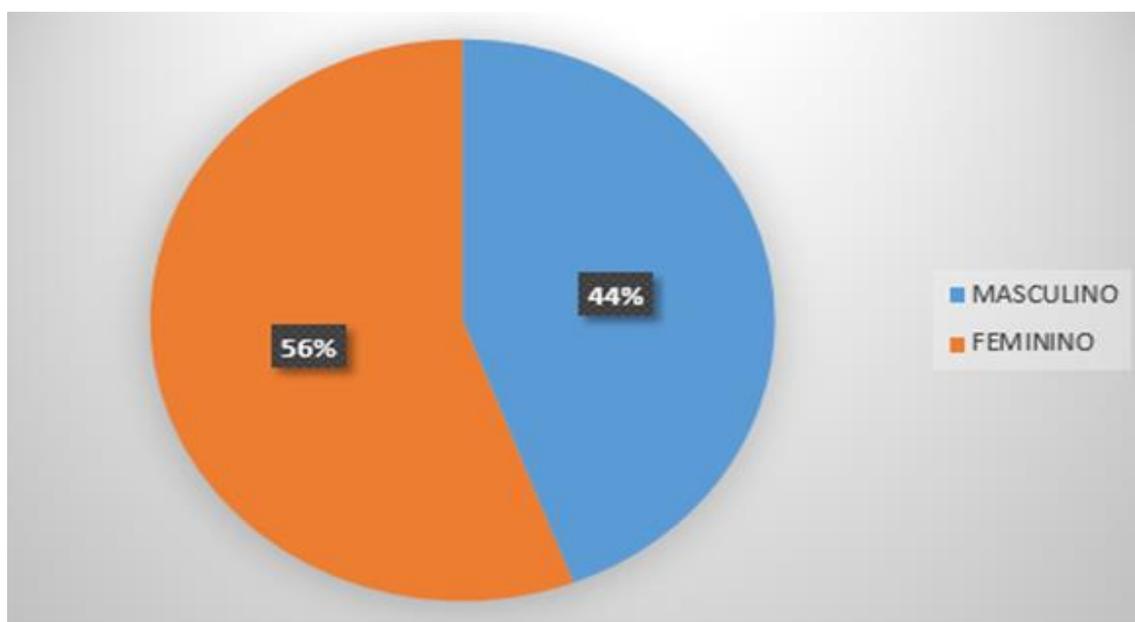


Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Araguaína não possui grandes avenidas, que cruzam a cidade de um lado a outro, os bairros mais parecem um amontoado composto por divisões irregulares, característica de cidade formada sem planejamento. Com o propósito de facilitar a compreensão, a respeito da geografia de Araguaína apresentamos esse mapa, no qual pode ser vislumbrado a disposição dos bairros da cidade. Isso nos auxiliará, também, na compreensão a respeito da espacialização da violência infantojuvenil no município.

A cidade de Araguaína apresenta um paradoxo em relação ao fenômeno da violência, contra criança e adolescente. Embora o (FBSP, 2021), apresenta uma estatística a nível nacional na qual as meninas são as principais vítimas, compondo o enquadramento de 77% das vítimas de lesão corporal, 85% dos casos de estupro e 86% dos casos de exploração sexual, no entanto, essa estatística não se coaduna com a realidade de Araguaína. A cidade anda na contramão, em relação à disparidade de ocorrência entre os gêneros, masculino e feminino. O que se apresenta no município é uma hegemonia, na quantidade de casos entre meninos e meninas a diferença no percentual entre eles é muito pequena, isso pode ser evidenciado no gráfico 3, mas ainda prevalece a tendência de ter mais crimes contra o gênero feminino.

Gráfico 3 - Percentual de ocorrência de violência entre meninos e meninas

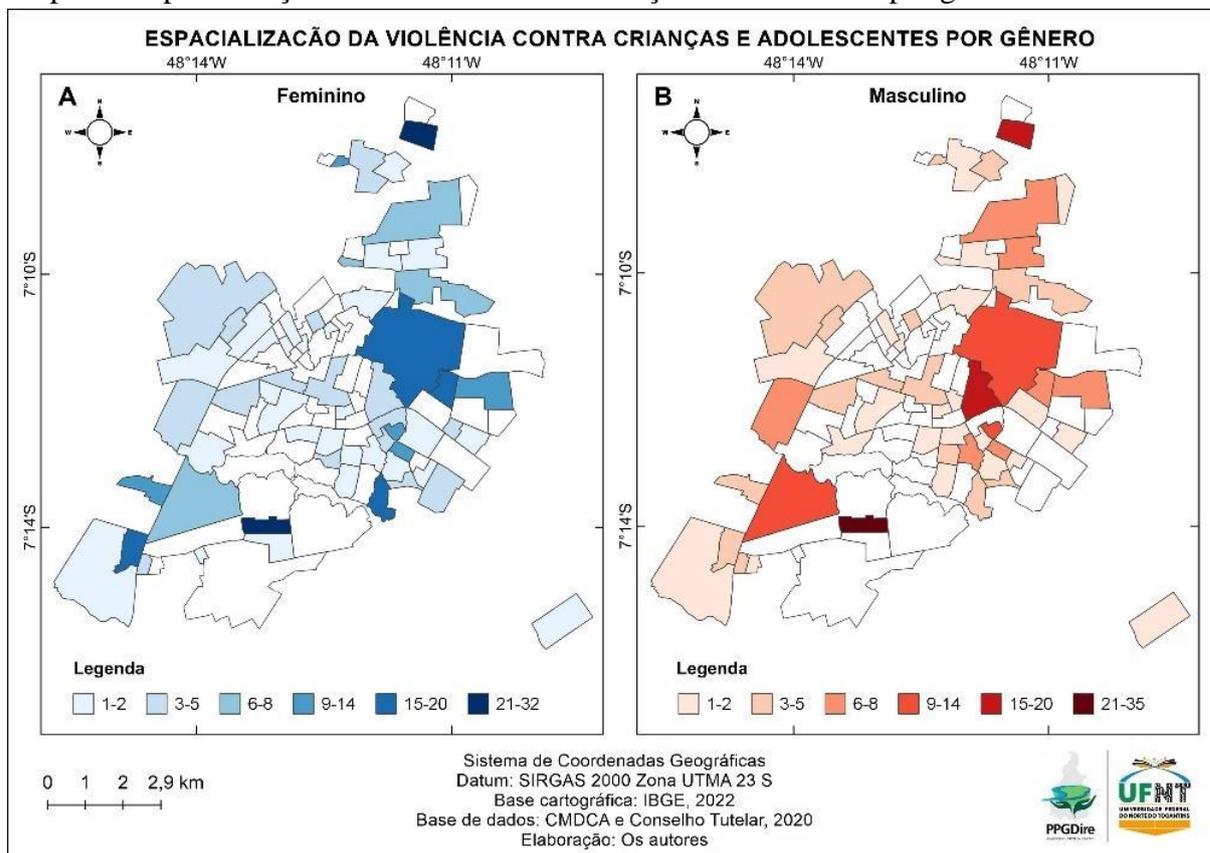


Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

Os dois polos do Conselho Tutelar, que atuam na cidade registraram 563 casos no ano de 2020, destas 314 vítimas eram meninas, ou seja, 56% ao passo que, a quantidade de vítimas do sexo masculino ficou na monta de 249 casos correspondendo respectivamente a 44% do total de casos registrados. Isso evidencia a discrepância em relação aos dados nacionais, onde as meninas são vítimas de 74% das violações, considerando todas as faixas etárias. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2019, divulgada em setembro de 2021, mostra que 20,1% das meninas já sofreram algum tipo de violência sexual, mais do que o dobro dos meninos (9%), que sofrem violência sexual majoritariamente dos 4 aos 8 anos. Na cidade de Araguaína a violência entre os

gêneros está próxima de se equiparar, considerando o percentual nacional. Embora não ocorram com a mesma amplitude em todos os bairros, como é o caso do bairro São João, por exemplo, no qual a violência contra meninos é bem maior do que contra as meninas, conforme explicitado no mapa 3.

Mapa 3 - Espacialização da violência contra crianças e adolescentes por gênero



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

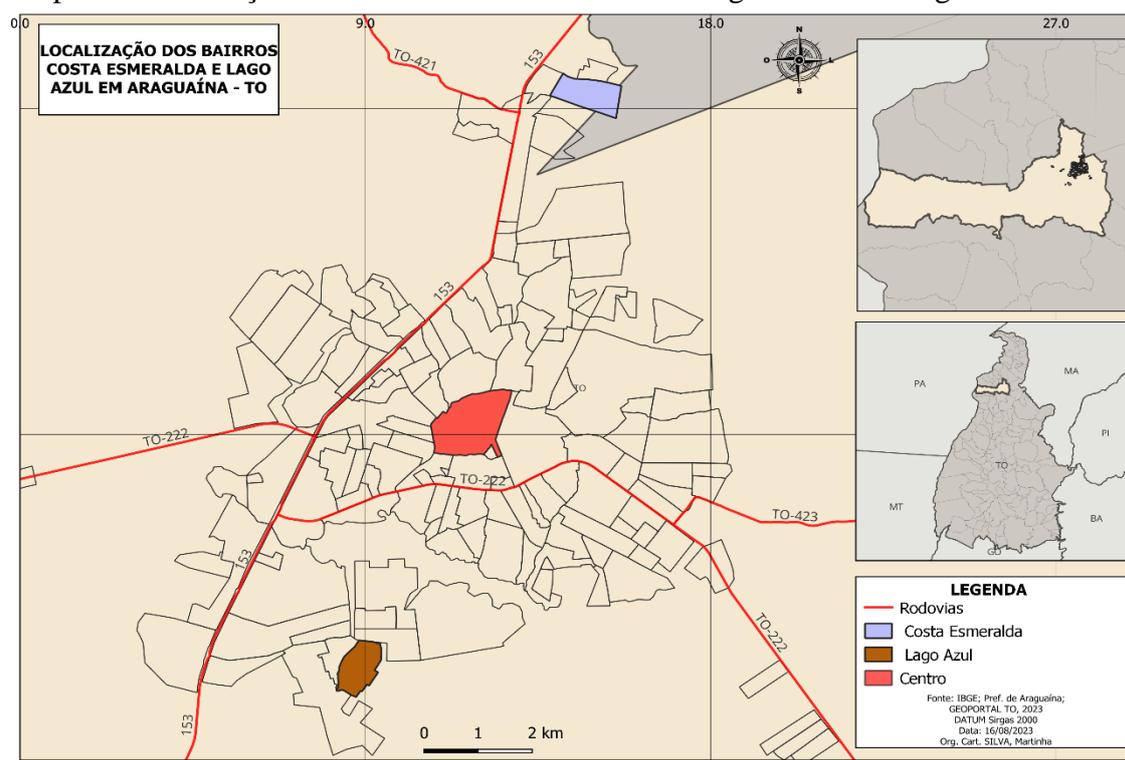
É de referir que, os bairros com maior incidência de casos de violência estão localizados mais afastados do centro da cidade, como é o caso do Setor Costa Esmeralda e Lago Azul, os quais foram criados como vilas habitacionais. O Setor Costa Esmeralda foi construído em quatro etapas, contando 2.205 unidades habitacionais, construídas com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, entregues em 2013. Segundo a Secretaria Municipal de Habitação, ao todo, foram beneficiadas 7.541 pessoas que necessitavam de moradia em Araguaína.

À semelhança do Setor Costa Esmeralda, o Setor Lago Azul está localizado na periferia da cidade. Essa realidade pode ser explicada através do pensamento de Gonçalves (1984 p. 24) sob “alógica do caos urbano”, onde o autor explica que na proporção que novas instalações habitacionais são edificadas nas “Bordas” da cidade.

Locais em que normalmente a ausência dos aparelhos públicos são maiores, principalmente em relação à segurança, transporte e lazer, invisibilizando e fragilizando crianças e adolescentes, que residem nesses locais. Fato evidenciado pela grande quantidade de ocorrências registradas, pelo Conselho Tutelar nesses territórios a ponto de se equiparar a quantidade de casos registrados envolvendo meninas e meninos. Isso revela a gravidade do problema da violência na cidade e, sobretudo, a contradição que existe entre Araguaína e as demais cidades do país, em relação às violações dos direitos das crianças e adolescentes.

A criação das vilas habitacionais minimizou o problema da habitação em Araguaína. No entanto, houve um efeito colateral relacionado ao transporte, segurança e lazer. As famílias passam a conviver com a segregação sócio-espacial, conforme mostra o mapa 4, eles foram retirados do plano diretor da cidade e alocados em locais distantes e de difícil acesso.

Mapa 4 - Localização dos bairros Costa Esmeralda e Lago Azul em Araguaína/TO



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A segregação sócio-espacial¹² é um fenômeno complexo que envolve a divisão e isolamento de grupos sociais em diferentes áreas geográficas, muitas vezes refletindo desigualdades de classe, raça e poder. Há duas dimensões a serem consideradas em relação a segregação sócio-espacial, quais sejam: a primeira diz respeito ao espaço geográfico, Lefèbvre (1968) oferece *insights* valiosos para compreender essa questão, destacando a intersecção entre poder, controle e espaço. A urbanização comandada pelo capital é responsável pelo desenvolvimento geográfico desigual e combinado de cidades e de metrópoles interligadas às redes urbanas de circulação e de valorização do capital global. A segunda relaciona-se aos valores intangíveis Cavalcanti (2020), apresenta uma análise da segregação sócio-espacial através das lentes das interações entre espaço, identidade e pertencimento. Suas contribuições teóricas nos ajudam a examinar como as divisões espaciais refletem e moldam as experiências humanas, particularmente em contextos urbanos.

Cavalcanti (2020), enfoca a importância das narrativas pessoais e das histórias de vida como formas de entender as complexidades das experiências individuais e coletivas. Quando se trata de segregação sócio-espacial, ela nos instiga a ouvir as vozes dos indivíduos que vivenciam essas dinâmicas diretamente. Por meio de suas pesquisas, a autora destaca como as histórias das pessoas revelam não apenas as barreiras físicas da segregação, mas também as dimensões emocionais, psicológicas e culturais que a acompanham. Por outro lado, Harvey (2015) argumenta que o exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais, as quais operam através do exercício do poder.

À medida que certos grupos são marginalizados e colocados em espaços específicos, o poder é exercido sobre eles de maneira sutil, porém eficaz. Esses espaços segregados tornam-se palcos de controle e normatização, onde as identidades e comportamentos são moldados de acordo com as convenções sociais dominantes (HARVEY, 2015). Diante disso, ver se a importância de explorar a intersecção entre o espaço segregado e as diretrizes econômicas, que marginalizam e desempoderam certos grupos. A segregação sócio-espacial perpetua um ciclo de desigualdade e exclusão. No caso dos dois bairros em estudo, suas populações estão destituídas de usufruir dos dois

¹² A segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairro da metrópole. Villaça (2001).

principais locais de lazer existentes na cidade, ou seja, Parque Cimba e Via Lago, e de todos os demais equipamentos urbanos centrais.

De acordo com a empresa de transporte coletivos Viação Passaredo Ltda. A circulação de ônibus pela Via Lago é disponibilizada nos seguintes horários: 06:00h; 07:00h; 12:00h; 16:55h; 18:05h e 19:05h. Esses horários estão relacionados ao fluxo de trabalhadores se deslocando para seus locais de trabalho. Cumpre destacar que em toda extensão da Via Lago não existe ponto de ônibus, o que pressupõe tratar-se de um espaço construído para outro público-alvo, o qual não necessita de transporte público. Podemos inferir que a circulação dos moradores do Lago Azul, através da Via Lago só importa quando se relaciona com a produção de capital, sendo assim, esse local de lazer foi construído para ser “visto” pela população do Lago Azul.

O acesso ao Parque Cimba é ainda mais restrito, porque não conta com uma linha de ônibus para chegar às suas dependências. O que nos leva a insistir na ideia de que o planejamento urbano, da cidade de Araguaína foi realizado com vistas a privilegiar as classes sociais mais abastadas. Esses espaços segregados podem reforçar estigmas e perpetuar desigualdades, mantendo as dinâmicas de poder existentes.

Nesse contexto, Gonçalves (1984, p. 67) contribui afirmando que o conjunto dessas dificuldades de acesso aos bens e serviços, de uso coletivo necessários à vida urbana são conhecidos como problemas urbanos. Assim, é possível notar que essa dinâmica capitalista de produção do espaço urbano segrega as classes sociais (HARVEY, 1989). A segregação, também se reflete na ausência de oportunidades, na falta de investimento em lazer, educação e na perpetuação de estereótipos que limitam suas possibilidades de mobilidade social. Essa gestão restritiva perpetua a segregação sócio-espacial, empurrando essas comunidades para bairros marginais, onde as chances de prosperar são diminuídas. A figura 3 possibilita visualizar a condição de segregação do bairro Costa Esmeralda

Figura 3 - Bairro Costa Esmeralda em Araguaína/TO

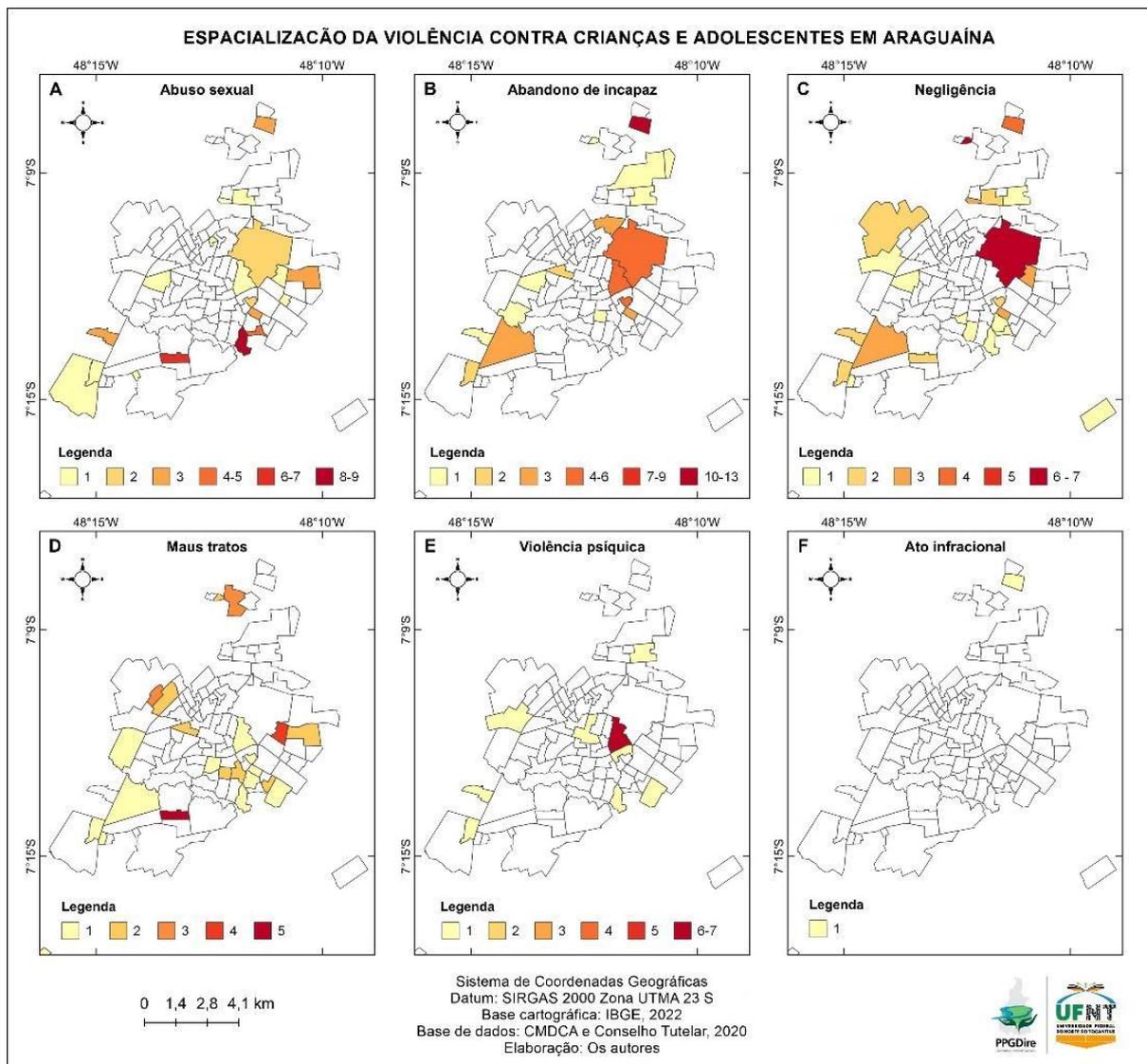


Fonte: <<https://araguaina.to.gov.br/noticias/2013/costa-esmeralda-e-construindo-sonhos-s-albo-modelos-de-residenciais-em-aragua-a-na>> Acesso em 19/07/2023.

A imagem nos permite compreender que o local escolhido, para construção do conjunto habitacional, Costa Esmeralda, é muito semelhante a uma ilha. Isso se confirma quando olhamos o mapa 4, além de apresentar semelhança a uma península a imagem nos autoriza inferir que não há local propício ao lazer, prática de esporte e recreação para crianças e adolescentes. A privação de tais atividades pode contribuir diretamente para o avolumamento de casos de violência, além de prejudicar diretamente o desenvolvimento saudável dessas crianças e adolescentes, privando-os de usufruir plenamente do direito à cidade (HARVEY, 1989).

Os efeitos negativos da segregação sócio-espacial, que exclui e vulnerabiliza cria um cenário propício à eclosão de ações violentas, contra crianças e adolescentes dentro e fora do seio familiar. Os dados fornecidos pelos dois polos do Conselho Tutelar, convergem na direção de um grande percentual de casos que ocorrem majoritariamente nos bairros mais carentes, os casos apresentam múltiplas formas de violações. Essa dinâmica é descrita por Harvey (1985) como parte integrante da lógica capitalista que estrutura o espaço urbano, onde as comunidades mais vulneráveis são frequentemente as mais afetadas pela negligência estatal. A falta de acesso a serviços básicos, moradia adequada e oportunidades educacionais cria um ciclo de pobreza que é perpetuado pela ausência de políticas públicas eficientes. O mapa 5, nos auxiliará na espacialização e distribuição dos casos de violações dos direitos das crianças e adolescentes.

Mapa 5 - Espacialização da violência contra crianças e adolescentes em Araguaína/TO, 2020



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A ligação entre periferia e violação dos direitos das crianças e adolescentes é uma realidade complexa e preocupante. As áreas periféricas, muitas vezes caracterizadas pela falta de infraestrutura adequada, acesso limitado a serviços básicos e altos níveis de desigualdade socioeconômica, enfrentam desafios particulares que podem levar à violação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes que vivem nessas comunidades. No entanto, cabe aqui uma ressalva, embora os dados da pesquisa tenham revelado os altos índices de violência entre a classe menos favorecida, Segundo Saffioti (2004) não há uma inexistência de violência sexual entre as classes média e alta, a invisibilidade ocorre, em grande medida por conta do modo como o processo de abuso acontece. Conforme a autora nas camadas mais bem aquinhoadas, social e

economicamente falando, o abuso obedece à receita da sedução. As técnicas são bastante sofisticadas, avançando lentamente nas carícias. Logo, a invisibilidade entre as classes mais abastada pode ser até maior do que entre a classe menos favorecida. Acontece um silenciamento, com o propósito de preservar o nome da família. Em seus estudos a autora constatou que, em vários casos os homens acompanham o ciclo menstrual das filhas, só mantendo relações sexuais com elas nos períodos estéreis. Outros preferem administrar às filhas o anticoncepcional oral (SAFFIOTI, 2004). Sendo assim, a autora constatou que não encontrou nenhum caso de gravidez de meninas pertencentes às classes média e alta, nas quais é comum o pai ter educação superior. Isso permite inferir que, os números reais de abuso, sejam exponencialmente maiores. A tabela 3 nos ajuda a visualizar os casos de violações dos direitos das crianças e adolescentes com maior incidência na cidade de Araguaína.

Tabela 5 - Violações com maior incidência em Araguaína/TO, 2020

	Violações	Frequência	Percentual
	Oferta irregular de educação	41	7,3%
Negligência Estatal	Irregularidade no atendimento ao sistema de saúde	38	6,7%
Abuso Sexual		51	9,1%
Abandono de Incapaz		49	8,7%
Vulnerabilidade		45	8,0%
Maus Tratos		41	7,3%
Violência Psíquica		12	2,1%
Ato infracional		2	0,4%

Fonte: Conselho Tutelar (2020).

Conforme pode ser observado, existem múltiplas formas de violações dos direitos das crianças e adolescentes. Lamentavelmente no topo dessa pirâmide de atrocidades estão os casos relacionados à negligência do poder público, Harvey (1985), argumenta que o espaço urbano não é um mero reflexo passivo da sociedade, mas um produto ativo das relações sociais e econômicas. A negligência estatal, portanto, não é apenas a omissão de serviços; é um processo que contribui para a produção e reprodução das desigualdades sócio-espaciais.

Isso pode ser confirmado, pelo fato do Conselho Tutelar ser acionado para garantir o acesso à educação e o atendimento do sistema de saúde. Somando-se os dois grupos temos o maior percentual de violação, sendo que foram registrados 41 casos de oferta irregular ao sistema educacional, correspondendo a 7,3%, em relação aos casos de irregularidade no atendimento do sistema de saúde, soma-se 38 casos correspondendo a 6,7%. Somando-se as duas formas de negligência alcançamos a grandeza de 79 casos, equivalentes a 14% da violação dos direitos perpetrada contra crianças e adolescentes no município.

Da mesma forma, na esfera da saúde, a negligência estatal é evidente em sistemas de saúde precários, falta de acesso a serviços médicos adequados e incapacidade de responder eficazmente a crises de saúde pública. Isso coloca os cidadãos em uma condição de vulnerabilidade contínua, onde sua saúde e bem-estar, em que o direito à saúde é subjogado. Harvey (2008) argumenta que as comunidades têm o direito de reivindicar e transformar o espaço urbano para atender às suas necessidades, mesmo diante da negligência governamental. Ele também enfatiza a resistência como uma força transformadora. Para superar essa dinâmica, é fundamental lutar por sistemas educacionais e de saúde acessíveis, de qualidade e inclusivos, promovendo a justiça social e a dignidade para todos os membros da sociedade.

Seguindo com a análise, o abuso sexual com 9,1% aparece em seguida. A violência sexual é uma forma abominável de violação dos direitos humanos, especialmente quando se dirige a crianças e adolescentes. Infelizmente, o Brasil enfrenta um cenário alarmante nesse aspecto, demandando a atenção de toda a sociedade. De acordo com Atlas da Violência (IPEA, 2021), o Brasil figura entre os países com altos índices de violência sexual contra crianças e adolescentes. Lefebvre (1968), aborda a relação entre a apropriação do espaço e a qualidade de vida urbana. A violência sexual, muitas vezes, está intrinsecamente ligada à apropriação desigual do espaço. A falta de iluminação em determinadas áreas, a ausência de espaços públicos seguros e a segregação urbana contribuem para a insegurança, exacerbando as vulnerabilidades que alimentam a violência sexual.

Tem se que, a violência sexual não é apenas um ato isolado, mas parte de uma rede de poder e controle que se estende por várias instituições e discursos, capaz de causar danos, em alguns casos irreparáveis. Lima et al (2023), assevera que, entre os efeitos mais comuns estão problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e transtorno de

estresse pós-traumático, além de dificuldades nos relacionamentos interpessoais e na construção da própria identidade.

Para combater a violência sexual contra crianças e adolescentes, é essencial uma abordagem multifacetada, que envolva tanto políticas públicas quanto ações da sociedade civil. Através da consecução de uma educação sexual adequada nas escolas, que vá além da biologia, e inclui discussões sobre consentimento, respeito e noções de privacidade, capacitando os estudantes para identificar situações de risco. Criar e fortalecer redes de proteção à infância e adolescência, envolvendo órgãos governamentais, ONGs, profissionais de saúde, educação e assistência social, com o objetivo de identificar, denunciar e acompanhar casos de violência sexual.

Investir na capacitação de profissionais que atuam com crianças e adolescentes, como professores, assistentes sociais e policiais, para identificação precoce dos sinais de violência e atuação adequada. Realizar campanhas de conscientização, tanto em mídias tradicionais quanto nas redes sociais, com o objetivo de informar a população sobre a gravidade da violência sexual e a importância de denunciar casos suspeitos.

Continuando com os casos de maior incidência, aparece abandono de incapaz 8,7%, o abandono de incapaz possui uma gama de possibilidade de ocorrência, podendo ser utilizado na tipificação de várias situações, o que pode explicar sua maior incidência quando comparado com outros crimes.

Talvez o caso de abandono de incapaz que tenha ganhado maior repercussão, alcançando nível nacional na história recente seja a morte do menino Miguel, após cair de um prédio de luxo em Recife, em junho de 2020, quando tinha apenas cinco anos. Dois dias antes da morte do menino completar dois anos, Sari Corte-Real foi condenada a oito anos e seis meses de prisão por abandono de incapaz com resultado em morte, pelo óbito de Miguel.

O caso da patroa, mulher branca, que deixou sem vigilância o filho da sua empregada doméstica, mulher negra, no percurso de descida no elevador, fato que culminou na queda da criança do alto do prédio é uma situação extrema em relação ao comumente registrado com base nesse tipo penal. Sendo assim, ajuda a exemplificar um cenário de desamparo que atinge milhares de crianças e adolescentes no Brasil.

De acordo com FBSP (2021). No Brasil, em 2020, foram 7.145 registros de abandono de incapaz com vítimas de 0 a 17 anos no país. Esse número saltou para 7.908 em 2021, o que significou um crescimento de 11,1% nas taxas por 100 mil pessoas com essa faixa etária, saltando de 13,4 para 14,9. A análise dos registros por idade indica que

as maiores taxas estão nas faixas entre 5 e 9 anos, que passaram de 17,4 em 2020 para 19,6 em 2021, um aumento de 12,5%. Ou seja, as principais vítimas são aquelas nem tão jovens (0-4) sobre os quais há um maior controle e vigilância, e nem mais velhas (10-17), que possuem mais condições de se defender dos riscos decorrentes do abandono.

Seguindo com a análise dos casos de maior incidência, abordaremos os casos de vulnerabilidade os quais apresentam um percentual de 8% e maus tratos 7,3. Concebemos vulnerabilidade social a partir de Alves e Silva (2015), os quais asseveram que vulnerabilidade social designa a condição de exclusão, fragilidade, risco e desagregação de indivíduos ou grupos dentro de uma sociedade. Essa condição pode ocorrer por questões de moradia, renda, escolaridade, vínculos afetivos e pertencimento social, entre outros.

A vulnerabilidade social está relacionada com a falta de representatividade, oportunidades, benefícios e direitos que todos deveriam possuir. Quando isso não se efetiva, reverbera na confluência de maus tratos, sendo assim, vulnerabilidade e maus tratos encontram-se intrinsecamente ligados. A esse respeito Lefebvre (1968) destaca que, o espaço urbano não é apenas um cenário neutro; é um espaço de produção e reprodução de relações sociais. A vulnerabilidade social é, portanto, não apenas uma condição, mas um processo dinâmico moldado pelas estruturas sociais presentes na cidade. A falta de políticas inclusivas, o abandono de áreas periféricas e a ausência de participação democrática contribuem para a perpetuação da vulnerabilidade. Os acontecimentos desses fenômenos afetam principalmente o contingente que está em desenvolvimento, que não possuem estabilidade emocional para lidar com essas situações, como é o caso das crianças e adolescentes.

A correlação entre maus-tratos e vulnerabilidade social é uma realidade complexa e interligada que tem impactos profundos nas vidas das pessoas. A vulnerabilidade social também se refere à situação em que indivíduos ou grupos enfrentam desvantagens socioeconômicas e têm acesso limitado a recursos básicos, como educação, saúde, emprego e moradia adequada. Essa vulnerabilidade, reiteramos, cria um terreno fértil para a ocorrência de maus-tratos, que podem assumir várias formas, como abuso físico, emocional, sexual, negligência e exploração.

À vista disso, Lefebvre (1968) destaca a importância da participação ativa na criação do espaço urbano como um meio de resistência contra a exclusão e a vulnerabilidade. Quando comunidades são capacitadas a participar nas decisões que afetam seu ambiente, tornam-se agentes ativos na transformação de suas condições. A

resistência, segundo o autor, está intrinsecamente ligada à reivindicação do direito à cidade.

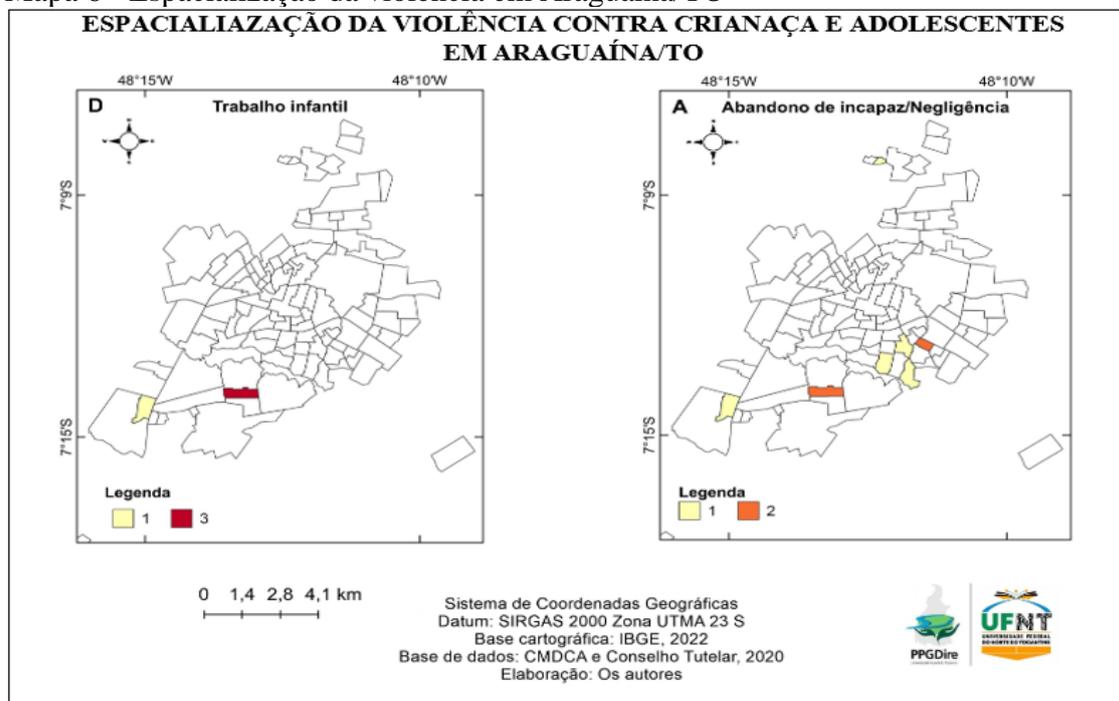
Outro tipo de violação que chamou muito atenção foram os casos de violência psicológica. Os casos podem ser considerados como *outlier*, por apresentar um percentual muito baixo em relação aos outros tipos de crimes. Somando-se as ocorrências dos dois Conselhos Tutelares foram registrados apenas 12 casos, representando 2,1% dos atendimentos realizados no ano de 2020. O baixo percentual está relacionado à invisibilidade acerca da questão, retratada na Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência (BRASIL, 2001), onde foi destacado, pela primeira vez em âmbito nacional, a importância do diagnóstico e da notificação da violência psicológica.

Sua prevalência não é avaliada e quantificada nos levantamentos demográficos realizados sobre a violência contra crianças e adolescentes. Pode ser destacado, ainda, que esse é um fenômeno pouco estudado no Brasil, se comparado ao abuso sexual e físico, causando invisibilidade e sufocando as vítimas desse tipo de violação. Em relação a cidade de Araguaína o que chamou muito atenção foi os locais com maior incidência, dessa modalidade de violação. Conforme pode ser visualizado no mapa 5, as ocorrências dessa violação aconteceram majoritariamente em um bairro próximo ao centro da cidade.

Se considerarmos os fatores socioeconômicos, isso pode apontar em duas direções. A primeira é o acesso à informação, as classes sociais mais favorecidas podem usufruir de esclarecimento a respeito dos seus direitos, mesmo em tenra idade e por conta disso, aparece uma quantidade maior de notificação, junto aos órgãos competentes. A segunda é a normalização e aceitação da violação, a ponto de não haver notificação. Dada a precariedade e invisibilidade em que se encontram as vítimas, as quais possivelmente são submetidas a outras formas de violações mais graves, a ponto de considerarem a violência psíquica irrelevante diante do quadro de vulnerabilidade, invisibilidade e sujeição que se encontram.

Outro tipo de violação que se assemelha a esse é o trabalho infantil, o qual alcança elevados índices a nível mundial e nacional, porém destoa do que tem alcançado registro na cidade de Araguaína. O mapa 6 subsidia na espacialização e distribuição dessa e outras formas de violência, contra crianças e adolescentes em Araguaína.

Mapa 6 - Espacialização da violência em Araguaína/TO



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

As ocorrências de trabalho infantil em Araguaína apresentaram percentuais muito baixos. O que pode indicar uma “normalização” dessa modalidade de violação, principalmente pela invisibilidade de uma parcela significativa da população. O fomento ao empreendedorismo, impulsionado pelo neoliberalismo tem seduzido muitas mães e pais de famílias, os quais se submetem a uma dupla e/ou tripla jornada de trabalho a fim de conquistar ascensão social e econômica. Isso porque de acordo com Harvey (2014 p. 30), “o capitalismo fundamenta-se, na eterna busca de mais-valia (lucro). Contudo, para produzir mais-valia, os capitalistas têm de produzir excedentes de produção”. Isso significa que a força de trabalho deve ser explorada ao máximo, e isso tem reverberado nas crianças e adolescentes, os quais passam a fazer parte desse tipo de enquadramento.

O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir”. Sendo assim, surge uma íntima ligação entre o desenvolvimento do sistema capitalista e a urbanização. A tabela 4, evidencia as

ocorrências e os percentuais tanto da violação de trabalho infantil, quanto de outras formas de violações, as quais passaremos a discorrer.

Tabela 6 - Violações contra crianças e adolescentes em Araguaína/TO, 2020

Violações	Frequência	Percentual
Uso de entorpecentes (Álcool e drogas)	38	6,7%
Automutilação	19	3,4%
Abandono de incapaz/negligência	9	1,6%
Trabalho infantil	5	0,9%

Fonte: Conselho Tutelar (2023).

O trabalho infantil viola os direitos fundamentais das crianças, incluindo seu direito à educação, à proteção e a uma infância saudável. O trabalho infantil pode assumir várias formas, desde trabalho agrícola e doméstico até trabalho em empresas privadas. As crianças envolvidas frequentemente enfrentam longas jornadas de trabalho, exposição a substâncias perigosas, falta de acesso à educação adequada e condições de trabalho precárias. Essas circunstâncias podem ter efeitos negativos duradouros em sua saúde física e emocional, além de limitar suas oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Para enfrentar o problema do trabalho infantil, é necessário desafiar essas estruturas de poder e propiciar mudanças profundas na sociedade. Isso requer a implementação de políticas públicas que garantam educação de qualidade, oportunidades de desenvolvimento e proteção social para todas as crianças. Além disso, é necessário conscientizar a sociedade sobre os efeitos danosos do trabalho infantil, motivando o engajamento de todos na luta por uma infância livre de exploração.

Seguindo com a análise, será apresentado os casos de negligência familiar. Aparecem 9 registros no ano de 2020 representando 1,6% dos atendimentos dos Conselhos Tutelares, conforme foi evidenciado na tabela 4 os casos ocorreram paralelos ao abandono de incapaz. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), a negligência familiar acontece quando os pais ou responsáveis falham na provisão de cuidados básicos para o desenvolvimento físico, emocional e social adequados. A negligência pode se manifestar pela condição socioeconômica desfavorável da família; pelos atos omissivos infligidos pelos agressores, assim como pelo abandono da criança.

A negligência familiar é um fenômeno complexo que pode ter efeitos duradouros no desenvolvimento e bem-estar das pessoas. De acordo com a conselheira tutelar autorizada pelo CMDCA para fornecer os dados para realização da pesquisa, a instituição criou categorias para discriminar as ocorrências de negligência, composta de quatro categorias, quais sejam: a primeira é caracterizada como negligência emocional, geralmente acontece quando há separação dos pais, a criança passa a conviver com apenas um dos genitores, na maioria dos casos com a mãe, o pai por sua vez, deixa de exercer o seu papel como principal provedor não de coisas materiais apenas, mas sobretudo, de amor, carinho e atenção. Ocorre também, casos em que o genitor que tem a guarda da criança proíbe ou dificulta outro genitor de ter contato com a criança, o que causa graves problemas emocionais refletindo no rendimento escolar, na socialização e na saúde física e mental das crianças.

A segunda categoria diz respeito a negligência física, nessa modalidade a criança é exposta a más condições de higiene, roupas e calçados. A terceira é a negligência educacional, nessa categoria a negligência se materializa quando os pais ou responsáveis deixam de levar as crianças para a escola, não acompanham as crianças nas tarefas escolares e provisão de materiais escolares, o que pode reverberar no insucesso escolar das crianças.

A quarta categoria está ligada à saúde, o principal fator relacionado a essa área é a vacinação. Durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro houve uma queda significativa na taxa de vacinação, no seu governo as vacinas foram criticadas e ridicularizadas, isso acarretou abandono da responsabilidade de vacinar as crianças. A Secretaria da Saúde de Araguaína divulgou um balanço parcial da vacina tríplice viral que protege contra o sarampo, a caxumba e a rubéola.

De acordo com os dados, de janeiro a maio deste ano, apenas 45,98% das crianças com até um ano de vida que precisam ser imunizadas foram levadas a uma UBS (Unidade Básica de Saúde) para receber a vacina. O índice ainda está distante da meta de cobertura de 95% do público-alvo estabelecida pelo Ministério da Saúde. O objetivo da campanha é imunizar 3.047 crianças, mas a secretaria tem registrado uma constante queda na procura pela vacina. Desde o início da pandemia de Covid-19, em 2020, Araguaína não conseguiu alcançar mais de 77% de imunização do público-alvo. Em 2021, a queda foi para 76,49% e, em 2022, o índice foi reduzido para 69,83%. Vale ressaltar que essas doenças já estavam erradicadas. A meta de 95% precisa ser alcançada até o fim do ano de 2023, mas o ritmo de procura pela vacina atualmente é considerado baixo.

Desse modo, as crianças precisam lidar com a negligência em duas dimensões diferentes, a estatal e a familiar. Marx (1867) argumentava que a exploração da classe trabalhadora pelo capitalismo pode resultar em condições precárias de vida. Essa exploração econômica pode se traduzir em longas jornadas de trabalho, baixos salários e falta de acesso a recursos essenciais para as famílias. A necessidade de sustento muitas vezes limita o tempo e os recursos disponíveis para o cuidado e a atenção adequada às necessidades familiares. Nesse contexto, as famílias, muitas vezes, enfrentam a hostilidade de um sistema que prioriza o lucro em detrimento do bem-estar humano.

Os efeitos negativos das violações sofridas pelas crianças e adolescentes, se tornam visíveis através dos índices de uso de entorpecentes e automutilação. Foram registrados 38 casos de uso de entorpecentes o que corresponde a 6,7%, dos casos de violações e 19 casos de automutilação correspondendo respectivamente a 3,4%, vale destacar a existência de subnotificação, pois nem todos os casos passam por atendimento institucional.

Portanto, esse é o quadro no qual se apresenta às crianças e adolescentes araguainenses. Vítimas de múltiplos tipos de violência, as quais geralmente deixam cicatrizes profundas que muitas vezes persistem ao longo da vida. Essas formas de violência têm ocorrido em diversos contextos, desde o âmbito doméstico até instituições sociais. O impacto psicológico dessas experiências pode afetar não apenas a saúde mental imediata, mas também o desenvolvimento futuro, influenciando as relações interpessoais, a autoestima e a capacidade de enfrentar desafios.

Foi possível perceber que a violência contra crianças e adolescentes muitas vezes ocorre nas sombras, tornando-se um desafio identificar e denunciar casos. Fatores como o medo, o estigma social e a falta de conscientização podem contribuir para a subnotificação dessas situações, deixando muitas vítimas desamparadas e invisibilizadas. Combater essa problemática exige uma responsabilidade coletiva que envolva governos, instituições, famílias e comunidades. Somente através da conscientização, prevenção, intervenção e apoio adequados podemos aspirar a um futuro em que todas as crianças e adolescentes vivam em ambientes seguros e saudáveis, protegidos da violência que ameaça seu bem-estar e dignidade.

5. 1 Segregação sócio-espacial e violência intrafamiliar: estudo de caso no Setor Costa Esmeralda em Araguaína/TO

Com o propósito de alcançar uma compreensão do fenômeno em estudo de forma ampla e minuciosa, fez-se o estudo de dois casos específicos de violência intrafamiliar. Uma vez que, Yin (2010) propõe o estudo de caso único como uma exploração de um sistema limitado, por meio da análise detalhada e da descrição sistemática para a compreensão de uma situação específica, um indivíduo, um pequeno grupo, uma instituição, um programa do governo ou um evento. Diante disso, empreendeu duas entrevistas semiestruturadas com os responsáveis legais, por crianças e adolescentes vítimas de violência. Ressalta-se a dificuldade em conseguir participantes em função da temática. Os casos foram apresentados com os nomes fictícios de Gemma e Opala, visto que ambas são mulheres. As duas participantes são nascidas na cidade de Araguaína, ambas residem no Setor Costa Esmeralda, cumpre destacar que esse setor tem alta incidência de casos de violência intrafamiliar, conforme os dados qualitativos.

Gemma tem 37 anos de idade é casada e continua vivendo com seu esposo, apesar das ações violentas que sofrera com seus filhos, perpetrada pelo seu esposo, ela é mãe de cinco filhos, sendo quatro do sexo feminino e um masculino, todos são fruto do mesmo relacionamento, atualmente ela trabalha com auxiliar de serviços gerais em uma instituição escolar, sua inserção ao mercado de trabalho, segundo ela ocorreu por indicação política. Opala tem 34 anos de idade, está solteira uma vez que, separou-se do companheiro em função das agressões, perpetrada contra ela e suas filhas, ela tem quatro filhas cada uma delas de pai diferente, no momento da realização da entrevista encontrava-se desempregada, sobrevivendo com rendimentos adquiridos pela realização de serviços de faxina e do programa bolsa família.

As narrações foram gravadas e transcritas. Passaram por análise dedutiva de conteúdo, o que permitiu estabelecer categorias de análise, com o auxílio do *Software* webQDA, as quais auxiliam na identificação do percurso pessoal, por um lado, e na compreensão da conjuntura estrutural na qual residem as entrevistadas. À vista disso, foi possível concatenar as palavras com maior incidência nas entrevistas, a imagem 4 nos ajuda na visualização daquelas que ficaram em destaque.

	com maior incidência de violações.	
	Lazer Esse nível evidencia as possibilidades de lazer para crianças e adolescentes.	Uma pracinha com os brinquedos quebrados.
	Transporte público Esse nível mostra as condições do transporte público disponibilizado à população	Demora muito, mais de uma hora cada vez.
	Emprego Esse nível evidencia o acesso ao mercado de trabalho.	É ruim, desempregada (Opala). Contratada por indicação política (Gemma).
	Segurança Esse nível mostra a percepção das participantes em relação à segurança pública.	Ruim, não tem ronda nem posto policial.
	Infraestrutura Esse nível revela as condições de moradia das famílias.	Casas desconfortáveis muito pequenas, deficiência na coleta de lixo e carência de local de lazer.
Sofrimento familiar e pessoal	Conflito familiar Esse nível demonstra a qualidade dos relacionamentos intrafamiliares.	Discussões entre pais e filhos.

	<p>Ameaças</p> <p>Esse nível revela a amplitude da violência.</p>	<p>Tentativa de homicídio.</p>
	<p>Agressões</p> <p>Esse nível comunica as formas de violência.</p>	<p>Violência físicas e psicológicas.</p>
	<p>Traumas</p> <p>Esse nível demonstra as consequências da violência</p>	<p>Sensação de medo e dificuldade para dormir.</p>
	<p>Esse nível revela quem são os autores das agressões</p>	<p>Pai (Gemma). Companheiro (Opala).</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No nível “Percepção das entrevistadas a respeito do direito à cidade”, evidenciou-se o acesso das entrevistadas aos bens e serviços inerentes à vida urbana. No nível “Sofrimento familiar e pessoal”, aferiu-se as amarras físicas e psíquicas concernentes à violência sofrida pelas entrevistadas e seus filhos no seio familiar, averiguando se há ou não relação com as dificuldades de residir em um bairro periférico. Quando arguida a respeito do acesso ao serviço público de saúde Opala respondeu da seguinte forma:

Vou aqui no postinho, aqui do setor aqui, né? No Esmeralda tem um postinho ali. Perto do colégio a gente vai lá, no postinho. O atendimento lá tem médico, tem o dentista, tem o que atende né? Mas aqui, acolá, falta dentista e médico. Aqui e acolá também, falta médico né? Para consultar, as vezes a gente vai lá, falta muito, né? Só vevi trocando de médico. E o atendimento lá não é muito lá essas coisas não (Opala, 2023).

Embora Opala confirma a existência de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no setor, ela ressaltou deficiência no atendimento e falta constante de profissionais que compõem o quadro, para o funcionamento adequado da UBS. Segundo ela, os serviços prestados na área da saúde são ofertados de modo incerto. Corroborando com Villaça (2017), ele pontua que, a maioria dos serviços urbanos, públicos e privados é ocupado pelas classes de mais alta renda. Ao passo que, a periferia majoritariamente é subequipada

é longínqua, ocupada predominantemente pelos excluídos. Desse modo, se apresenta a realidade vivenciada pelas pessoas que residem em setores periféricos, esses efeitos negativos também afetam diretamente o processo educacional.

Em relação à educação foram unânimes as entrevistadas ao afirmar que, embora haja uma unidade escolar no setor, é ofertado apenas os anos iniciais do ensino fundamental, não há o segundo ciclo a esse respeito Opala afirmou que.

Tem apenas escola Municipal o atendimento é bom. É as professoras são boas, graças a Deus a escola é muito boa. Minha filha mais velha está no nono ano, precisa ir para a Escola Estadual Marechal Rondon (Opala, 2023).

Sendo assim, as crianças e adolescentes precisam se deslocar para outros setores da cidade para dar continuidade aos estudos. No caso da filha de Opala, ela precisa percorrer diariamente uma distância de 22 Km, ida e volta para frequentar as aulas. Corrêa (2004) destaca que, a segregação sócio-espacial atua na estruturação intraurbana concedendo o controle da produção do espaço urbano aos grupos dominantes. Á vista disso, o proletariado é tirado para fora dos espaços que contam com boa infraestrutura, carecendo se deslocar para usufruir de bens e serviços que só se encontram em outras partes da cidade, dentre os quais pode ser destacado os espaços de lazer e entretenimento.

Quanto ao lazer, mais uma vez há unanimidade entre as entrevistadas elas revelaram uma precariedade, em suas palavras “Sim, uma pracinha, uma praça básica mesmo” (Gemma, 2023), Opala por sua vez foi ainda mais pontual ao afirmar que:

Pessoas que fumam droga diante das as crianças. Não tem respeito porque aqui tem pai que tá querendo criar seus filhos no caminho certo, mas os seus filhos com certeza vão olhar para o mundo, entendeu, olhar pra fora e ver que tem moleque nas esquinas e nas praças. E as praças não têm mais equipamentos para as crianças brincarem e se divertir, quebram os brinquedos... fazer uma caminhada e jogar vôlei na praça, não tem como (Opala, 2023)

De acordo com a participante, esse local se encontra totalmente insalubre, não apenas pela precariedade dos brinquedos, mas também, pela presença constante de pessoas que usam entorpecentes diante das crianças. Desse modo, o único local de lazer do Setor se tornou impróprio para realizar atividades elementares, como fazer caminhada e praticar esporte. Carlos (2007), nos ajuda a compreender de forma mais clara, pontuando que as habitações mais precárias, normalmente, localizam-se em áreas de terra mais baratas, afastadas dos centros em áreas com insuficiência ou ainda inexistência de infraestruturas, ocasionando a perpetuação de desigualdades sócio-espaciais. Cumpre

destacar que, tais desigualdades podem contribuir para que haja segregação sócio-espacial, esse fato foi evidenciado quando inquiridas sobre o acesso a outros locais de lazer existentes na cidade, ou seja, Via Lago e Parque Cimba.

Em relação a Via Lagoa, local de lazer e entretenimento de grandes proporções na cidade, Gemma (2023) afirmou que, “Sim, já estive lá”, ao passo que Opala relatou a respeito da “Via Lago acho que só passei por lá para ir para o ginásio (Pedro Quaresma) participar de um evento religioso” Opala (2023). Quando interrogadas a respeito do local da cidade que mais anseiam em conhecer, Gemma pontuou que seria o cinema, ao passo que Opala evidenciou que gostaria de conhecer a Via Lago.

Portanto, tem-se que, a produção capitalista do espaço urbano está intrinsecamente ligada à segregação sócio-espacial, perpetuando as desigualdades (HARVEY, 1985). A gentrificação é um exemplo proeminente desse processo, em que áreas urbanas são revitalizadas, muitas vezes expulsando comunidades de baixa renda em favor de empreendimentos imobiliários voltados para a classe alta. O resultado é uma fragmentação espacial que reflete as divisões de classe existentes na sociedade, desse modo, o espaço urbano se torna o *locus* para o qual se converge a disputa pela sua apropriação. Ambas as participantes afirmaram que não se sentem cidadãs araguainese, pelo fato de residirem no Setor Costa Esmeralda.

Sinto-me como se estivesse em um lugar à parte. É (sorriso) é a parte. Muito longe do centro tem muita dificuldade, dependemos de transporte público. Aqui ele passa mais uma hora de cada vez, entendeu. Demora muito pra resolver um negócio **lá na rua** demora muito. Demora muito questão de vir também, passa por muita cidade, daqui que a gente chega. Demora na rua, chega tarde em casa. Isso é um problema, o transporte público aqui em Araguaína. Opala (2023).

Em função dessa dificuldade com o transporte público, ela afirmou que não conhece o Parque Cimba, reconhece que já esteve nas imediações, no entanto, ainda não teve a oportunidade de fazer um passeio com a família. Gemma, por sua vez, afirmou que já esteve no Parque Cimba, mas isso a muito tempo, que não costuma ir com frequência.

À vista disso, quando interpeladas se gostariam de residir em outro setor e, se sim onde seria, elas prontamente responderam nos seguintes termos: Gemma disse que gostaria de morar em “qualquer outro setor que fosse mais perto da cidade”. Cumpre destacar que, a sentença “mais perto da cidade” reitera que a participante de fato não se sente inserida integralmente à cidade. Em congruência com Bardin (1977) a qual afirma

que a recorrência de palavras chave indica a intenção de reafirmar uma informação importante para o entrevistado. Assim, fundamenta a inferência apresentada.

Por quanto, Opala ponderou que gostaria muito de se mudar para outro setor da cidade para “um lugar perto do centro, um lugar perto do supermercado. Que tipo, baratão e campelo,¹³ onde que vende o produto são menos preço, porque aqui, aqui na cidade as coisas já aumenta um pouco” (Opala, 2023). A oração, “aqui na cidade as coisas já aumenta um pouco”, ratifica o raciocínio apresentado anteriormente, o modo como ela fala mostra que no seu imaginário ela esteja em outra cidade. Corroborando com Bardin (1977) a qual assegura que o texto, falado ou escrito exprime de modo integral a intencionalidade de quem produz.

Para justificar o desejo de se mudar para outro lugar, as entrevistadas foram unânimes ao afirmar que a falta de segurança é um dos fatores preponderantes. Gemma (2023) asseverou que, “não me sinto segura no setor onde moro, como me sinto segura no centro da cidade, onde há policiamento”. Opala classificou como “péssima” a assistência das forças policiais. Logo, é possível notar que “esses bens e serviços coletivos só estão disponíveis exatamente nos lugares onde moram as pessoas que têm condições de pagar por eles” porquanto, os investimentos nas áreas nobres da cidade são exponencialmente maiores do que os que são aplicados nas regiões periféricas fazendo com que a cidade exista de modo ambivalente, uma parte onde moram os que podem pagar, por isso dispõem desses serviços, e outra parte onde estão os que não podem pagar e por isso dispõem desses serviços de modo precário ou não os têm (GONÇALVES, 1984), fazendo com que, ocorra uma segregação sócio-espacial de boa parte da população.

Cabe ressaltar que, os efeitos negativos desse estado de segregação são múltiplos, reverberando de modo abrangente no relacionamento familiar. Quando inquirida sobre as ações violentas sofridas pelas filhas, Gemma (2023) esclareceu que houve uma mudança brusca de comportamento das filhas:

Devido à falta da adaptação da casa. Já começou um pouco do, do transtorno, porque não tinha área não tinha muros, não tinha nada, então começou a entrar em conflito. Conflitos familiar, e aí teve uma que começou a ser rebelde. A outra começou que já tinha um problema psicológico, se agravou e chegou até aí para o médico ficar internada, na psiquiatria e depois a outra veio o estado da rebeldia que isso durou mais um tempo (GEMMA, 2023).

¹³ Baratão e Campelo são grandes supermercados com várias lojas na cidade.

Ela afirmou que o deslocamento do antigo local de moradia para o conjunto habitacional por si só, causou transtorno em sua família. Junto a isso, a nova casa não tinha espaço suficiente para abrigar com o mínimo de conforto todos os membros da família, visto que são sete pessoas e a casa possui dois quartos, sala e cozinha, isso fez com que tivesse início a recorrência de agressões físicas e psicológicas por parte do pai, que não conseguiu lidar de forma harmoniosa com a situação de impotência para atender às necessidades da família. Essa realidade pode ser explicada através do pensamento de Gonçalves (1984) sob a lógica do caos urbano, onde o autor explica que na proporção que novas instalações habitacionais são edificadas nas “Bordas” da cidade, os problemas urbanos tendem a aumentar. Giovanetti (2008) acrescenta que se trata da urbanização que desumaniza. Corroborando com Lefèbvre (2008) quando afirma que, o direito à cidade estipula o direito de encontro e de reunião; lugares e objetos devem responder a certas “necessidades”, em geral mal conhecidas, a certas funções menosprezadas. Assim, se torna evidente que não se trata apenas de habitat, mas sim, de habitar usufruindo de todas as prerrogativas que envolve a ação.

As ações violentas sofridas por Opala e suas filhas, ocorreram por conta de uma gravidez, fruto de um relacionamento amoroso entre a entrevistada e uma pessoa, a respeito da qual posteriormente tomou conhecimento que se tratava de uma pessoa bissexual, o qual segundo ela, mantinha um relacionamento homo afetivo com outra pessoa, no mesmo período em que os dois movam juntos, ela só ficou sabendo do relacionamento quando ficou grávida, por conta da rejeição à gravidez. O então companheiro, pressionou-a a fazer um aborto, justificando que não havia possibilidade de seguir com a gravidez “porque ele não queria ter filhos ou tão cedo, ele era um jovem”, no entanto, ela refutou o parecer apresentado pelo companheiro afirmando que “por lei não pode, porque é uma vida, uma pessoa um ser humano que está dentro de você. (Opala, 2023). Por ela decidir que não seria submetida ao aborto, “ele me ameaçou falou que era para abortar, eu não quis fazer isso, porque se tratava de uma criança” (Opala, 2023).

Esses fatos explicitam a complexidade em torno do aborto, embora ele seja amplamente discutido no sentido de dar autonomia à mulher sobre seu corpo, deve também, ser considerado os casos que ela não deseja se submeter ao aborto e ocorre uma pressão para que ela o faça. Saffioti (2004) discorre sobre a violência de gênero, que muitas vezes envolve a negação da autonomia das mulheres sobre seus corpos. Ela destaca como as dinâmicas patriarcais contribuem para a perpetuação da violência e da

falta de controle das mulheres sobre suas próprias vidas. No caso em estudo o companheiro de Opala irou-se muito chegando ao ponto de:

Ele mandou, né, o companheiro dele tocou fogo na nossa casa né? Quebrar as janelas, rebentar as portas, janela. Jogou álcool misturado com óleo, isso que Polícia falou na hora. Ele queimou o sofá, tinha sofá na minha casa, tinha dois... o sofá ficava do lado da janela, por isso o fogo subiu mais rápido, aí atinge o teto que o teto, um lado desmanchou todo e o outro caiu por cima dos móveis e a maioria dos móveis foi destruído por causa do fogo. Tentativa de homicídio duas horas da manhã, com quatro crianças dentro de casa e eu, que sou a mãe. E foi isso que aconteceu, né? A gente chamou a polícia, né? Demorou um pouco mais veio. Veio a perícia também, né? Fez aqui. E entrou, né? Com as providências. E aí até hoje estamos esperando. Perícia, né? Isso foi o que aconteceu aqui na nossa casa (Opala, 2023).

Segundo ela, entrou em pânico pelo barulho do impacto nas portas e janelas e pelo fogo e fumaça. Os vizinhos se mobilizaram para conter as chamas, e retirar Opala e suas filhas de dentro da casa em chamas, ela passou mal por conta da fumaça e também, por estar no quarto mês de gestação. O agressor, apesar do apoio dos vizinhos conseguiu fugir, esse relato se coaduna com o que assevera Lefèbvre (2008), quando ele aborda o direito à cidade e as centralidades, uma vez que, a distância entre a residência das vítimas e o pelotão do corpo de bombeiros e da polícia militar, representa um obstáculo à prestação dos seus serviços em tempo hábil. Desse modo, se torna evidente que a agilidade é fator preponderante para que os bens materiais, simbólicos e a própria vida sejam preservados, vale destacar que, além dos prejuízos físicos e materiais, também é preciso aprender a lidar com os traumas pós-traumáticos.

Em consonância com Opala (2023), após esses eventos restaram as cicatrizes as quais, segundo ela persistem até os dias atuais, em suas palavras destaca que:

As crianças, não entende muito não, porque são pequenas, mas elas realmente. Ficaram com trauma, um pouco, elas não podiam ouvir barulho no começo, ficaram com muito trauma porque na primeira vez que nós dormiu aqui (Depois das agressões). Questão é, a casa tava feia realmente, tava preta quando ninguém tinha dinheiro pra comprar a tinta, então pra tirar um pouco o trauma das meninas. Mas a primeira noite que nos dormimos aqui, as minhas não conseguiram dormir, nem eu. Porque também não tinha muita resistência na porta e nem na janela, porque ainda hoje a porta tá quebrada, né? E a porta e janela tá toda amassada, a janela do meu quarto tá toda arrebentada (Opala, 2023).

De acordo com Opala, o trauma permanece, como um sofrimento lento que se apresenta cada vez que uma das janelas do inconsciente são abertas, por um barulho excessivo ou pela presença de uma pessoa que não faz parte do convívio social. Essa

instabilidade emocional também é evidência através da experiência vivida por Gemma (2023) ela assevera que:

Tem, tem traumas, tem traumas... a mãe sempre aparenta que está tudo para os filhos e termina, talvez sendo. Queremos é ter uma segurança, colocar uma segurança por filhos, talvez o que ela não teria. Tipo, na questão de abuso. Abuso, principalmente abuso sexual que uma mãe, quando é abusada, sempre quer proteger os filhos. Dessa forma, e eu fui abusada de criança até a adolescência (Gemma, 2023).

Em congruência com Gemma, a causa de muitos conflitos familiares que enfrenta, na atualidade está ligada aos abusos que sofrera na infância e adolescência. As amarras psíquicas foram profundas a ponto de prejudicarem seu relacionamento tantos anos depois.

Portanto, os relatos através das entrevistas, puderam mostrar com muita clareza o impacto da desigualdade social e segregação sócio-espacial nos relacionamentos familiares, na qualidade de vida das pessoas vítimas de violência intrafamiliar, no Setor Costa Esmeralda. Revelou a necessidade de políticas públicas mais voltadas à valorização da subjetividade humana, não apenas, em elementos materiais. Sem, contudo, abrir mão do acesso aos bens e serviços inerentes à vida na urbanidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa realizada, buscou-se averiguar a existência de uma cidade invisibilizada, manifestando-se na tessitura sobre a infância e adolescência no âmbito das relações intrafamiliares. O resultado alcançado evidenciou muitas irregularidades, sofridas pelo público infante-juvenil. As tipologias das agressões são múltiplas, algumas estão relacionadas ao contexto familiar, pois os pais e/ou responsáveis pelo sustento e cuidado dos infantis, em larga medida, tem se tornado seus algozes através da negligência, abandono e agressões físicas e sexuais. Contudo, no topo do *ranking* está o poder público, responsável por 14% das 563 ocorrências atendidas pelo CT, no ano de 2020. Que pese sua responsabilidade pela criação e execução de políticas públicas, as quais na atualidade não tem contemplado plenamente os anseios e necessidades dos infantis, violando os direitos conquistados a tão duras penas, privando-os do acesso pleno e de qualidade à educação, saúde e lazer fomentado pela segregação sócio-espacial.

Assim, a hipótese da invisibilidade de grupos sociais, em quantidade suficiente para compor uma outra cidade foi confirmada. Contrariando o que assegura a

Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 5º o qual determina o exercício dos direitos sociais e individuais, assim como a liberdade dos indivíduos, a segurança e o bem-estar, além do direito de se desenvolver com igualdade e justiça. Os direitos fundamentais estabelecidos pelo Artigo 5º da Constituição Federal de 1988 são: o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Sendo assim, o quadro das crianças e adolescentes araguaninenses está aquém daquilo que é elementar.

A amplitude da invisibilidade das violações perpetradas contra crianças e adolescentes em Araguaína, são ofuscadas pelas conquistas econômicas. A expansão do capital que projeta a cidade no mercado internacional, aliado aos títulos conquistados de capital econômica do Estado, capital do boi gordo e cidade que não para cria a ilusão de que os problemas sociais de violência e distribuição de renda já foram superados. Essas afirmações devem ser vistas como meias verdades, uma vez que, nos setores que estão localizados às margens da cidade, a realidade, vivenciada por muitas crianças e adolescentes é muito diferente do que é veiculado nos meios de comunicação, especialmente na mídia digital.

Além de constatar as várias irregularidades, foi possível também, espacializar na cidade de Araguaína os setores com maior incidência de casos de violência intrafamiliar. Os maiores índices de violência contra crianças e adolescentes aparecem nos Setores periféricos, mas especificamente nas vilas habitacionais Costa Esmeralda e Lagoa Azul. Evidenciando os impactos da segregação sócio-espacial, uma vez que a ausência de equipamentos públicos priva boa parte da população de usufruírem plenamente do direito à cidade, dificultando as relações sociais que aí se estabelecem.

Embora a pesquisa tenha elucidado pontos obscuros em relação à violência intrafamiliar, na cidade de Araguaína, não houve a pretensão de esgotar o tema. Tem-se que, isso não seria possível em tão poucas páginas e tão pobres reflexões, no entanto, almeja-se estimular novos estudos sobre esse mote. Em parte, o avanço em direção a uma profundidade ainda maior, não foi possível por conta da rarefação e fragmentação dos dados disponíveis, visto que para realização da pesquisa foi solicitado o registro de ocorrências dos Conselhos Tutelares, nos anos anteriores e posteriores a 2020, mas não foi possível acessar essas informações. À vista disso, não foi possível apresentar um panorama mais abrangente, capaz de evidenciar a progressão do fenômeno comparando com os índices de anos anteriores.

Em um futuro próximo será possível dar sequência ao estudo do tema, considerando que se encontra em implantação o Sistema de Informação para a Infância e

Adolescência – Conselho Tutelar (SIPIA-CT). O Sipiia é um sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Sipiia tem uma saída de dados agregados em nível municipal, estadual e nacional e se constitui em uma base única nacional para formulação de políticas públicas no setor. Além disso, é o mesmo sistema utilizado pela Polícia Civil, isso possibilita cruzar os dados dos CT com os Boletins de Ocorrências registrados pela Polícia Civil. Sendo assim, haverá a possibilidade de expandir o público de novas pesquisas, uma vez que a violência intrafamiliar diz respeito também, a mulheres, homens, pessoas com deficiência e idosos.

Portanto, a pesquisa evidenciou a necessidade do engajamento do poder público, na criação e execução de políticas públicas mais eficientes e eficazes. No sentido de valorizar os grupos sociais marginalizados e excluídos do acesso à cidade, de modo pleno e igualitário, para que eles não sejam vistos apenas como força de trabalho, mas sobretudo, dignos de usufruir dos bens e serviços inerentes à vida urbana. Desse modo, a violência intrafamiliar terá seus efeitos maléficos minimizados significativamente.

Atualmente existem muitos dispositivos de proteção, no entanto, poucos de prevenção. Porquanto percebe-se a carência de políticas públicas voltadas a esse fim, a ação coercitiva após o fato representa uma grande conquista, impedindo a continuação de ações violentas, mas precisamos avançar um pouco mais, no sentido de prevenir para que não seja necessário reprimir.

7. REFERÊNCIAS

ABREU, João Capristano de. **Capítulos de História Colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

ADAMS J, MRUG S, KNIGHT DC. *Characteristics of child physical and sexual abuse as predictors of psychopathology*. Child Abuse Negl. 2018.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: Poder Soberano e Vida Nua*. Stanford, CA: Stanford Jornal universitário.1998.

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. 2009. 99f. Dissertação (Mestrado em Saúde) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/2411>>. Acesso em: 17/06/2022.

ALIAGA, M.; GUNDERSON, B. *Interactive Statistics*. Thousand Oaks: Sage, 2002.

ALVES, J. E. D., & SILVA, A. M. (2015). **Vulnerabilidade social e saúde: revisão sistemática**. Revista Brasileira de Enfermagem, 68(1), 129-135.

ANTONI, Clarissa. **Abuso emocional parental contra crianças e adolescentes**. In: HABIGZANG, Luiza F.; KOLLER, Silvia (Coord.). Violência contra crianças e adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2012.

ARAÚJO, Amorim James. **Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefèbvre**. GEOUSP Espaço e Tempo, São Paulo, n. 31, p. 133-142, 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/21089574-Sobre-a-cidade-e-o-urbano-em-henri-lefebvre.html>>. Acesso em: 20/11/2023.

ARAÚJO, Gustavo Henrique Andrade. **Políticas públicas no enfrentamento da violência sexual infantojuvenil em Araguaína-TO**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDIRE. Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Araguaína p. 18-117, 2023.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BACHARACHIB, P. e BARATAZ, M.S. *Two Faces of Power*. *American Science Review*, 56. 1962.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERNARDO, Teresinha, **Memória em Branco e Negro. Olhares sobre São Paulo**, São Paulo, Editora UNESP e EDUC, 1998.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. **Para uma história do negro no Brasil**. Catálogo de Exposição. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional 1988. Disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf> Acesso em 09/11/2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASÍLIA: **Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento Penitenciário Nacional**. DEPEN, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. **Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência** e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2017. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Manual instrutivo de preenchimento da ficha de notificação/investigação individual violência doméstica, sexual e/ou outras violências.** Brasília. Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.** Denúncias de violência sexual são maioria contra crianças e adolescentes. Brasília, 04 de abril de 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/maio/denuncias-de-violencia-sexual-sao-maioria-contra-criancas-e-adolescentes#:~:text=Entre%20as%20den%C3%BAncias%20de%20viola%C3%A7%C3%B5es%20de%20direitos%20humanos,Mulher%2C%20da%20Fam%C3%ADlia%20e%20dos%20Direitos%20Humanos%20%28ONDH%2FMMFDH%29>>. Acesso em 05/10/2023.

BRASIL. Ministério da Saúde **Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno.** Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Edifício-Sede, 6º andar, sala 625, Brasília – DF 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência Intrafamiliar:** orientações para prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. (Série Cadernos de Atenção Básica; n. 8)

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC).** Brasília: 2020.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 18 maio de 2022.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.** Lex: Estatuto da Cidade, Brasília, jul. 2001.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos **LEI N** o 6.697, de 10 de outubro de **1979**. Revogada pela **Lei n**º 8.069, de 1990.

BRSIL. Presidência **da** República Subchefia para Assuntos Jurídicos **LEI N**º 8.242, de 12 de outubro de 1991. Cria o Conselho Nacional dos Direitos **da** Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Relatório do disque 100**: ano de 2010. Brasília: SNPDC/Disque 100, 2010 (circulação restrita).

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de Vigilância Epidemiológica**. Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007

BUSSAB, W. O. e MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007. p. 123.

CARLOS. Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008.

CARONE, I. & BENTO, M. A. S. **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes. (Orgs.). 2002.

CAVALCANTI, L.S. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papyrus, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino da geografia para a vida urbana cotidiana**. 3ª edição. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

CAVALCANTI, Z. V.; SILVA, M. L. S. **A importância da Revolução Industrial no mundo da tecnologia**. Anais Eletrônico, VII EPCC, CESUMAR, 2011. Disponível em: https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2011/wp-content/uploads/sites/86/2016/07/zedequias_vieira_cavalcante2.pdf. Acessado em: 02/11/2023.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. 2ª edição. São Paulo, Companhia das letras, 2005.

CANÇADO, Ana Cardoso; BARROS, Fabiane Santos; BARROS, Fernando Santos. **Políticas públicas no brasil**: revisão sistemática da literatura. Revista Observatório, 7(1), 2021.

CARDOZO, A. **Conselho Tutelar como instrumento de participação da população e de efetivação de política social de atendimento da criança e adolescente**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais) - Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Porto Alegre, 2011.

CHAUI, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. Perspectivas antropológicas da mulher, Rio de Janeiro, n. 4, 1985, p. 23-62.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

COELHO, E. B. S.; SILVA A. C. L. G.; LINDNER, S. R. **Violência: Definições E Tipologias**. Atenção A Homens E Mulheres Em Situação de Violência Por Parceiros Íntimos. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

COLLIER, Francis. *The Family Economy of the Working Classes in the Cotton Industry*. Manchester: Manchester University Press, 1964.

CORREIA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

COSTA, A. C. G. **É possível mudar: a criança, o adolescente e a família na política social do município**. São Paulo: Editora Malheiros, 1993.

CUNHA, E. P.; SILVA, E. M.; GIOVANETTI, A. C. **Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil: expansão do PAIR em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

DELEUZE, G. *Logique du sens*. Paris. France: Minuit 1969.

DYE, T. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs: N.J.: Prentice Hall, 1984.

EASTON, D. *The Political System: An Inquiry into the State of Political Science*, New York: Knopf, 1953.

ELLIS, Myriam. **As bandeiras na expansão geográfica do Brasil**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). A época colonial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. v. 1.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Infância e processo político no Brasil**. In: RIZZINI, Irene; PILLOTTI, Francisco (Orgs.). A arte de governar crianças. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

FALQUET, Jules. *Pax neoliberalia*. Perspectivas feministas sobre (la reorganización de) la violencia contra las mujeres. Buenos Aires: Ed. Madreselva, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus Edusp, 1965.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. **Situação do trabalho infantil doméstico no Brasil**. Disponível em: <<https://fnpeti.org.br/>> Acesso em 15/08/2023.

FLORENTINO, M.; GOES, J. R. **A paz nas Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREY, Klaus. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas públicas, n. 21, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FUSTER, E. G. *Las víctimas invisibles de la violencia familiar: el extraño iceberg de la violencia doméstica*. Paidós, Barcelona, 2002.

GANSHOF, F.L. **Que é o Feudalismo?** Lisboa: Publicações Europa-América. 1968.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GOMES, M. A. S., SIQUEIRA, A. M. M., & Mendes, J. T. N. **Favela Margem da Linha e as Mudanças Socioespaciais Urbanas em Campos dos Goytacazes**-RJRevista NERA, 10(11), 1-19. 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Paixão da Terra: Ensaios Críticos da Ecologia e Geografia**. Rio de Janeiro, Rocco, 1984.

GONZÁLEZ, R. S. **Políticas públicas para a infância no Brasil: análise do processo de implementação de um novo modelo**. São Paulo: Editora Lume, 2015.

GUARINELLO, N. L. **Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no Mundo Romano**. Revista Brasileira de História, v. 26, n. 52, p.227-246, 2006.

GUATTARI, Félix. **Restauração da cidade subjetiva**. In GUATTARI, Félix. Caosmose. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

Han, Byung-Chul. **Sociedade do desempenho**. Relume Dumará. 2013.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2015 (Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. Annablume, 2005.

HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Blackwell, 1989.

HARVEY, David. *The Limits of Capital*. Blackwell, 1985.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

HOBBSBAWM, E. J. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. 25a ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HODGETT, G.A. **História Social e Econômica da Idade Média**. Rio de Janeiro, Zahar Editores 1975.

HOFBAUER, Andreas. **Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil**. Lua Nova, São Paulo, n ° 68, p. 9-56, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – REGIC. **Regiões de influência das cidades: 2018** / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** - PNAD Contínua 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saúde escolar** - PeNSE. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE (2022). Disponível em: < [INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA \(IPEA\); **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial** \(SEPPIR\). Mapa da Violência 2016: Homicídios de crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA, 2016.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/37023-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-e-o-coeficiente-de-desequilíbrio-regional-de-022#:~:text=Em%202022%2C%20o%20rendimento%20nominal,e%20CDR%20de%2000%2C68.> Acesso em 01/09/2023.</p></div><div data-bbox=)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação Básica 2019**. Brasília: INEP, 2020.
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) & **Fórum Brasileiro de Segurança Pública** (FBSP). (2021). Atlas da Violência 2021. Rio de Janeiro: IPEA.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Annual Review of Anthropology*, vol.11, 1982, pp. 221-22.

KROM, Marilene. **Família e mitos – prevenção e terapia: resgatando histórias**. São Paulo: Summus, 2000.

LASSWELL, H. D. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland: Meridian Books, [1936]1956.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução: Sérgio Martins. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2019.

LEFÈBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**; tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEFÈBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Documentos de Trabalho nº 2, USP, 1991 [1968].

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Saudades de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

LINDBLOM, C. E. *The Science of Mudding Though. Public Administration Review*. 1959.

LIMA, C.C, GOMES, N.P, SILVA, K. K, SANTOS, J. D, MONETEIRO, D. S, et al. Associação entre a violência intrafamiliar experienciada e transtorno mental comum em adolescentes. *Acta Paul Enferm*. 2023; 36: eAPE02391.

LIMA, Juscelino Gomes. **Cidades médias brasileiras: a partir de um novo olhar denominal e conceitual: cidades de comando regional**. In: ENANPUR – Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional? São Paulo. Anais [...]. São Paulo, 2017. p. 2 a 19.

LIRA, José. T. Correia de. **O urbanismo e o seu outro: Raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945)**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Campinas, nº 1, 1999.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOWI, Theodore J. *American business, public policy, case studies and political theory*. *World Politics*, n.16, p. 676-715, 1964.

MARICATO, Ermínia. **A formação do pensamento crítico sobre a moradia precária**. Petrópolis, Vozes 2009.

- MARINHEIRO, A. L. V.; VIEIRA, E. M.; SOUZA, L. **Prevalência de violência contra a mulher**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 604-610, ago. 2006.
- MARQUESE, R. de B. **A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX**. Novos Estudos - CEBRAP, n. 74, p.107-123, 2006.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 1998.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Editora: Saraiva. 2010. (publicação original: 1867).
- MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MICHAUD, Y. **A violência**. Tradução L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS. **Relatório Anual 2020**. Palmas, 2021.
- MONTGOMERY, D.C. e RUNGER, G.C. **Estatística Aplicada e Probabilidade para Engenheiros**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2003.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. Hucitec, São Paulo, 2000.
- MORUS, T. A. **Utopia**. Lisboa: Guimarães, 1998
- MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2016.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. São Paulo: Editora 34. ISBN 85-7326-206-7. 1999.
- NASCENTES, Atenor. **Dicionário Etimológico Resumido**: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura. 1966.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- OLIVEIRA, Reinaldo José (org.), **A cidade e o negro no Brasil: Cidadania e Território**, São Paulo, Editora Alameda, 2009.
- OLIVEIRA, Rosane Machado de. **Revolução Industrial na Inglaterra: Um Novo Cenário na Idade Moderna**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do

Conhecimento. Edição 07. Ano 02, Vol. 01. pp 89-116, Outubro de 2017. ISSN:2448-0959

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Estatísticas de saúde mundial**. Genebra, Suíça: OMS; 2019. Disponível <<https://www.paho.org/pt/noticias/20-5-2022-oms-divulga-novas-estatisticas-mundiais-saude>> Acesso em 10/10/2023.

PACÍFICO FILHO, Miguel et al. **Cidades Médias na Amazônia Legal: Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA – indutoras de desenvolvimento e desigualdades**. Redes (St. Cruz Sul, Online), Santa Cruz do Sul, v. 25, p. 1477-1503, nov. 2020. ISSN 1982-6745. doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.15139>.

PASINATO, W. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. São Paulo: Annablume: FAPESP. 2004.

PIRENNE, H. **História Econômica e Social da Idade Média**. São Paulo: Mestre Jou 1963.

PUNTONI, Pedro. **Os holandeses no comércio colonial e a conquista do Brasil, 1540- 1635**. In: SZMRECSÁNYI, T. (org.). História econômica do período colonial. São Paulo: Edusp; Hucitec; Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

RIBEIRO, R. A. RISCADO, P. E. MENEZES, M. **Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão**. Revista Agenda Política | Vol.3 – n.2 – julho/dezembro – 2015. Disponível em <file:///C:/Users/Documents/Downloads/admagpol,+3_Artigo_Agun_Menezes_Riscado_Agenda.pdf> Acesso em 29/11/2023.

RODRIGUES, Arlete, Moysés. **Moradias nas Cidades Brasileiras**. IO. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

RODRIGUES, Arlete, Moysés. **Desigualdades Socioespaciais – A Luta Pelo Direito à Cidade**. II Workshop do Grupo de Estudos Urbanos (GEU) em dezembro de 2006, em Brasília, DF.

RODRIGUES, Arlete, Moysés. **Direito à Cidade e o Estatuto da Cidade**. Cidades, Presidente Prudente, v. 2, n. 3, p. 89-110, jan-jun, 2005.

ROLNIK, Raquel, **A Cidade e a lei: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo**. São Paulo, Studio Nobel, 1997.

ROLNIK, Suely. **Pensamento, corpo e devir**. Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. In Cadernos de Subjetividade, n. 2, volume 1, São Paulo, set. /fev. 1993.

ROMARO, R. A; CAPITÃO, C. G. **As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões**. São Paulo: Vetor, 2007.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Unidade I. Para aprender políticas públicas**. Brasília, DF: IGEP, 2013.

- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual.** In: MADEIRA, Felícia Reicher. Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do "ser negro": um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros.** São Paulo: Educ 2005.
- SANTOS, Milton. **O espaço do Cidadão.** São Paulo, Studio Nobel, 1993.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras. ISBN 85-7164-329-6. 1993.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos.** 2ª Ed. Cengage Learning, 2013.
- SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO TOCANTINS. **Núcleo de Coleta e Análise Estatística (NUCAE).** Palmas, Tocantins: SSP-TO, 2020.
- SILVA, Ilma. Ribeiro. **Abuso e trauma** São Paulo: Vetor, 2000.
- SILVA, Maria Nilza. **Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo:** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- SIMON, H. **Comportamento Administrativo.** Rio de Janeiro: USAID, 1957.
- SMITH, N. *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city.* Londres, Routledge. (1996).
- SODRÉ, Muniz. **O social irradiado.** São Paulo: Cortez, 1992.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **A “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto.** Revista Cidades: Ativismos sociais e o espaço urbano. v. 6 n. 9 (2009): Disponível: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/issue/view/158>. Acesso em: 02/11/2023.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana.** Revista Território, ano 111, nº 4, jan./jun. 1998

SUGAI, Maria. Inês. **Segregação Silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócioespacial na área conurbada de Florianópolis.** (Tese de Doutorado), FAU-USP, São Paulo, 2002.

THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class.* New York: Vintage Books, 1966.

TRINDADE JR., S-C. C. **Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico científico informacional no espaço amazônico.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010.

TAGUIEFF, P-A. (2001). *The force of prejudice: On racism and its doubles.* (Melehy, H., trad.). Minneapolis, MN: University of Minnesota Press. (Trabalho original publicado em 1987).

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; RIBEIRO, Rovaine. Marabá: **Novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense.** XIII ENANPUR, maio de 2009, Florianópolis-SC, 2009, disponível em <http://www.anpur.org.br>, acessado em 15/06/2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. **A Familiar Face: Violence in the lives of children and adolescents.** New York: UNICEF; 2017 [cited 2021 June 17]. Available from: Disponível em: https://www.unicef.org/publications/files/Violence_in_the_lives_of_children_and_adolescents.pdf> Acesso em 09/06/2023.

SIM, Julius; SAUNDERS, Benjamin; WATERFIELD, Jackie; KINGSTONE, Tom. **Can sample size in qualitative research be determined a priori?** In: International Journal of Social Research Methodology, vol. 21, no. 6, pp. 619-634. DOI: 10.1080/13645579.2018.1454643. 2018.

UNODC, *Global Study on Homicide 2019* (Viena, 2019)

VALENZUELA, José Manuel. **Jovenicidio Ayotzinapa y las vidas precarias em América Latina e España.** Ned Ediciones. Barcelona, 2015.

VENTURINI, Fabiola Perri; BAZON, Marina Rezende; BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. **Família e violência na ótica de crianças e adolescentes.** Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2004, p.20-33

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP: *Lincoln Institute*, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS DE ATÉ 6 ANOS CRESCE NO TOCANTINS. 18/10/2022. G1 Tocantins e TV Anhanguera. Disponível em: < <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2022/10/18/violencia-contras-criancas-de-ate-6-anos-cresce-no-tocantins-e-ja-sao-quase-800-notificacoes-em-2022.ghtml> > Acesso em 11/06/2023.

VOLPATO, Luisa Rios Ricci. **Entradas e bandeiras**. São Paulo: Global, 1985.

WAIKAMP V, BARCELLOS SERRALTA F. *Repercusiones del trauma en la infancia en la psicopatología de la vida adulta*. Cien Psicol. 2018.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009, vol. 1

WEKERLE, C., Leung, E., WALL, A. M., MACMILLAN, H., Boyle, M., TROCME, N., & Waechter, R. (2009). *The contribution of childhood emotional abuse to teen dating violence among child protective services-involved youth*. *Child abuse & neglect*, 33(1), 45–58. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2008.12.006>

WINDHOFF-HÉRITIER WORLD, Health *Organization*. *Rapport mondial sur la violence et la santé*. Genebra: OMS; 2002.

YIN, R. K. **Estudos de Caso: Planejamentos e Métodos**. (4ª ed). Bookman: Porto Alegre 2011.

8. ANEXO

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

1. Gênero: Feminino
2. Quantidade de filhos: 04 (Todas do sexo feminino)
3. Idade: 4, 8, 10 e 15 anos
4. Idade da entrevistada 37 anos
5. Local de moradia: Setor Costa Esmeralda
6. Nasceu onde?
Araguaína
7. Se migrante, veio quando pra Araguaína? Por que? De que forma? Como foi a chegada na cidade?
8. Trabalha? No que? Onde?
Auxiliar Escola
9. Como é a inserção no trabalho?
Contrato por indicação
10. Com quem ficam os filhos quando sai para trabalhar ou para outra coisa?
Com a filha mais velha (já é maior de idade)
11. Como é o acesso aos equipamentos públicos de saúde?
É bom o serviço de saúde.
12. Educação?
Só até o básico, fundamental até o quinto ano.
13. Estuda onde?
14. Estudou até que série?
O oitavo ano do ensino fundamental
15. Segurança?
Não, não tem posto polícia não tem nenhuma segurança.
16. Lazer?
Sim, uma pracinha, uma praça básica mesmo.
17. Onde você costuma ir para se distrair/divertir?
Parque Simba.
18. Onde gostaria de ir na cidade e nunca foi?
No cinema
19. Você e sua família frequentam o Parque Cimba e a Via Lago?
Sim, já estivemos lá.
20. Se sim, com qual frequência?
Muito pouco.
21. O que falta no bairro que você mora, que só encontra no centro da cidade?
Segurança.
22. O que a cidade de Araguaína representa para você?
Cidade boa onde eu nasci, é boa gosto de Araguaína.
23. Você se sente parte de Araguaína?

